



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 287/16 - REFORMA DA PREVIDÊNCIA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0140/17	DATA: 28/03/2017	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 14h53min	TÉRMINO: 22h03min	PÁGINAS: 164

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARCOS LISBOA - Presidente do Insper.

DENISE LOBATO GENTIL - Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Juiz Federal do 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e Representante da Associação dos Juizes Federais do Brasil — AJUFE.

FABIO GIAMBIAGI - Superintendente da Área de Planejamento e Pesquisa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

SUMÁRIO

Debate sobre o Brasil com a Reforma da Previdência: impactos da reforma sobre o orçamento da Seguridade Social; impactos da reforma sobre o mercado de trabalho; impactos da reforma sobre a economia brasileira.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.

Houve exibição de imagens.

Há palavra ou expressão inaudível.

Há oradores não identificados em breves intervenções.

Houve intervenções inaudíveis.

A reunião foi suspensa e reaberta.

Expressões do discurso dos Deputados Darcísio Perondi e Arnaldo Faria de Sá foram retiradas a pedido do Presidente da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro abertos os nossos trabalhos.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da Ata da 16ª Reunião.

Pergunto se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Sérgio.

Indago se algum membro deseja retificá-la. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foi tão boa a reunião anterior, Sr. Presidente, e havia tão poucos Deputados, que eu me senti tentado a pedir a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como é, Deputado?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Foram tão boas as palestras anteriores com as mulheres e havia tão poucos Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. quase quis ouvi-las de novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Eu fiquei tentado a pedir a leitura da ata, porque assim as Sras. e os Srs. Deputados teriam a chance de ouvi-las.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Embora muito qualificadas as palestras, foram 7 horas de reunião, Deputado. Mas eu também tive o mesmo pensamento que V.Exa. *(Riso.)*

Vamos à nossa audiência pública

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Pela ordem, Sr. Presidente. Só pela oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É sempre um prazer ouvi-lo, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sinto-me da mesma forma, Sr. Presidente, e agradeço a V.Exa. a gentileza.



É que o assunto virou momentoso, com a exclusão dos funcionários públicos municipais e estaduais, e o retorno deles à matéria da reforma previdenciária. Logo no início, eu havia apresentado o Requerimento nº 74, de 2017, sugerindo ao Relator que a Comissão fizesse audiências públicas regionais, exatamente para ouvir os funcionários públicos estaduais e municipais. Dividindo os Deputados, poderíamos fazer cinco audiências regionais no mesmo dia. Eu fiz um levantamento aqui e constatei que há Deputados das cinco Regiões interessados e comprometidos com o debate, já que esse assunto virou tão momentoso.

Na ocasião, o Deputado Pestana falou: *“Não, aqui não tem matéria de Estado, nem de Município”*. E o assunto veio à tona com a verdade trazida pelos fatos — não é?

Então, eu queria sugerir a V.Exa. que coloque em apreciação esse requerimento. Se aprovado, num mesmo dia poderemos realizar as cinco audiências regionais, para ouvir a experiência de Prefeitos, Governadores e funcionários estaduais e municipais, receber contribuição que eles podem nos dar para que o Governo resolva de que maneira vai enfrentar o problema dos funcionários públicos municipais e estaduais.

Este é o meu pedido a V.Exa.: coloque em apreciação o Requerimento nº 74, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou avaliar com muito respeito a solicitação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Pela oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Já vou lhe passar a palavra, Deputado.

Atendendo à solicitação da Oposição, nós vamos realizar amanhã uma audiência pública unitária com o Sr. Marcio Pochmann e, na quinta-feira, com o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

Não me lembro disso. Acho que neste caso a ordem dos fatores não altera o produto.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não, Sr. Presidente. Quinta-feira, aqui, é um dia esvaziado. O Ministro merece vir amanhã.



O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não, quinta-feira é um dia de trabalho, não é esvaziado.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No momento em que estamos discutindo...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Estamos tão ávidos pela vinda do Ministro, que ele merece um dia de Casa cheia.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A alegação de que quinta-feira é um dia esvaziado, é uma situação com a qual eu discordo plenamente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas é esvaziado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - As audiências públicas têm sido realizadas, e delas têm participado aqueles que efetivamente manifestam interesse nas questões que estão sendo discutidas.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Então, faça os dois juntos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não acredito que nós possamos até colocar uma situação como esta.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então vamos trocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Os convites já foram feitos, e a questão está decidida.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas para lembrar que esta Mesa só surgiu porque V.Exa. propôs a vinda do Ministro da Fazenda. Aí nós dissemos: *“Tudo bem. Nós vamos ouvir o Ministro da Fazenda, mas precisamos de uma Mesa seguinte para fazer o contraditório”*.

Aí V.Exa. inverte a ordem. Não faz sentido isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Ministro da Fazenda tem agenda na quinta-feira e aqui estará para debater, da mesma forma que debateu o Ministro do Planejamento.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, V.Exa. precisa reconhecer que inverteu a ordem proposta por V.Exa. mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. Não inverti, porque eu não havia estabelecido ordem.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Claro!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não inverti, porque eu não havia estabelecido ordem.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Uma Mesa só surgiu em função da outra. V.Exas. sempre fazem isso.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Por favor, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Veja bem, eu vou, inclusive, Deputada Jandira, pesquisar nas notas taquigráficas se, em algum momento, eu assumi esse compromisso.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos resolver a questão: deixe vir os dois juntos na quinta-feira.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Coloque os dois juntos na quinta-feira, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Atendendo ao pleito da Oposição, na audiência pública de amanhã, ouviremos a exposição do Sr. Márcio Pochmann.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, e a minha proposta?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E, na quinta-feira, ouviremos o Ministro Meirelles.

Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, e a minha proposta?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, há outra questão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não! Não existe este debate prévio. Em respeito...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas não é debate prévio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tenho a mais absoluta convicção de que atendi às reivindicações da Oposição, e faremos dessa forma.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu quero falar de outro assunto, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E a minha proposta, Sr. Presidente? À proposta que eu fiz V.Exa. não se referiu.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu quero pedir a V.Exa. que, da mesma forma que o Deputado Mentor fez, nós possamos realizar seminários nos Estados.

Eu apresentei um requerimento também, posterior ao do Deputado José Mentor, que apresentou um para cada Região, eu apresentei um para cada Estado, onde houver interesse. Não é possível que não possamos fazer um seminário oficial desta Comissão nas Assembleias Legislativas. Eu quero fazer um seminário da Comissão. Por que eu não posso? Por que a Comissão não aprova isso? E aí irão os Deputados que quiserem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Hoje, estão acontecendo audiências públicas em vários locais.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas não é oficial, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, eu também tenho um requerimento para realização de audiência pública em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Houve uma audiência administrativa na semana passada, convocada a pedido da Oposição...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E o Governo não deu quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...e não se estabeleceu quórum.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Governo derrubou o quórum! O Governo derrubou o quórum!

Sr. Presidente, ninguém aqui nasceu ontem!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não é questão de oposição ou situação! Nós temos mais de 60 requerimentos aqui, Sr. Presidente! É um desrespeito conosco!



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não tem cabimento isso!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, V.Exa. não estava aqui na semana passada, havia um convidado que estava inscrito, que foi indicado pelo Sr. Marcelo Caetano; a indicação não era de nenhum Parlamentar, nem de V.Exa., nem da Mesa. Eu até questionei — V.Exa. estava ausente — se o Sr. Marcelo Caetano podia fazer indicação, porque mais de 60 requerimentos com propositura de Parlamentares estão sendo desconsiderados! Então eu encareço a V.Exa. que nós pudéssemos votar em globo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não são 60, são mais de 60 requerimentos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Então, Presidente! Peço um pouco de ponderação!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós estamos tocando o nosso trabalho...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Ontem, o Presidente anunciou que, inicialmente, vai jogar a reforma para os Estados...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E não quer debater nos Estados!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - E nós não podemos debater nos Estados, nos Municípios, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Isso não tem cabimento, Sr. Presidente! O Governo não pode impedir o debate!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço desde já a presença de todos...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, não é uma questão de agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...e convido para tomar assento à mesa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, essa condução de V.Exa. não está correta!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu já ouvi todas as ponderações...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente Carlos Marun, V.Exa. não me respondeu. É sobre o debate fiscal!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quem quiser resposta faça na forma de questão de ordem.

Vamos em frente!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, me responda!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Vamos em frente! Vamos em frente!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradecendo a presença de todos, convido para tomar assento à mesa: o Sr. Marcos Lisboa, Presidente do Insuper; a Sra. Denise Lobato Gentil, Professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Sr. Victor Roberto Corrêa de Souza, Juiz Federal do 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro, representando a AJUFE — Associação...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Não era apenas sobre economia, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Mas juiz não pode falar sobre economia?

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Vamos trabalhar, Deputado Perondi! Vamos trabalhar!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Agora vai cassar a palavra do juiz?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conforme acordo estabelecido, foi concedido à Oposição o direito de fazer convite. Não me cabe deliberar sobre esse convite. O tema está posto.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. não pode obstruir, não pode obstruir. Já há pessoas demais para fazer isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Convido para tomar assento à mesa o Sr. Fabio Giambiagi, Superintendente na Área de Planejamento e Pesquisa do BNDES.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não nos ajude, Deputado Perondi, pelo amor de Deus! Deixe-nos ir contra sozinhos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Peço desculpas ao Juiz Victor, os Deputados do Governo agem assim, constrangendo os convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Solicito que o Deputado Lelo Coimbra exerça a função de Relator.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Onde está o Relator, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Lelo Coimbra...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Onde está o Relator? Ele só se reúne com o Temer! Em vez de ouvir aqui, ele só ouve o Temer!

(Não identificado) - O Relator está no Palácio!

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Ele vai e volta, vai e volta, com os Estados e Municípios.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - No dia em que vieram as mulheres, ele tinha quatro audiências fora. Onde ele está?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, quem o senhor quer que seja o primeiro a ser ouvido? V.Exa. tem alguma sugestão? Atenderei com satisfação. Identifique quem V.Exa. quer ouvir. O primeiro é o Sr. Marcos Lisboa?

O Sr. Marcos Lisboa, Presidente do Insper, será o primeiro a falar. V.Sa. dispõe de 20 minutos.

O SR. MARCOS LISBOA - Srs. Deputados, é um prazer estar aqui com os senhores. É um debate importante.

(Segue-se exibição de imagens.)

O que está por trás desse debate é a impressionante transição demográfica pela qual o Brasil vai passando. O Brasil tem uma das transições demográficas mais rápidas, entre todos os países do mundo. Perdemos para a Coreia, para a China e poucos outros. Nós vamos ter, em 20 anos, a mudança demográfica que a França teve em 120 anos. A geração dos meus pais — eu nasci nos anos 60 — tinha, em média, 6,3 filhos por casal. A geração nova, a geração dos meus filhos, tem menos



de dois filhos por casal, 1,8 filho. Quer dizer, em 50 anos, com queda da mortalidade infantil, fomos de 6,3 filhos por casal para 1,8 filho.

Isso significa que a população do Brasil vai começar a encolher na próxima década. A partir do fim dos anos 20, começo dos anos 30, o Brasil vai encolher. E foi isso que levou todos os países a fazerem reforma na previdência. O problema da Previdência não é se ela tem um déficit hoje ou não. O problema é que o gasto vai crescer acima do PIB, pelo rápido crescimento da população idosa e pela diminuição da população que trabalha, a partir 2030.

Esta é a pirâmide demográfica de 1980. Aqui em baixo, na base, temos as mulheres e homens que tinham 0 ano, 1 ano, 5 anos, 10 anos, 80 anos. Era uma pirâmide. A geração dos meus pais teve muitos filhos, como a geração dos pais deles teve. Mas a mortalidade infantil despencou. Muitas crianças sobreviveram. Então, muitos jovens chegaram ao mercado de trabalho.

Esta é a pirâmide demográfica atualmente. Como a geração atual tem poucos filhos, há menos jovens do que adultos. Esse é o auge do bônus demográfico. Nós estamos em um momento da história com a maior parcela da população em idade de trabalho. Essa população, daqui a 15 anos, vai estar aposentada. Nós vamos ter muitos aposentados para poucos jovens. Nós já tivemos nove trabalhadores para cada aposentado. Vamos ter pouco mais de dois para um. Com nove, dá para ter uma regra de previdência; com dois, a regra tem que ser outra.

A população em idade de trabalhar vai diminuir 6,7% até 2060, e a população acima de 65 anos vai aumentar 262%, ou seja, 2 vezes e meia. Uma diminui um pouquinho e a outra multiplica por 2 e meio. E a boa notícia é que vamos viver muito mais! A população com mais de 80 anos vai ser multiplicada por um fator de 10 nesse período, portanto, será muito mais gente recebendo e por muito mais tempo.

O nosso regime de previdência, ao contrário do que acontece em outros países, é um regime de repartição: quem trabalha paga por quem está aposentado.

E reforma da Previdência é sempre longa, porque tem sempre que levar em conta os direitos adquiridos, então, existe sempre uma transição, que pode demorar de 20 a 30 anos. Isso é normal em todos os países. Não se faz uma reforma abrupta, a menos que chegue uma grave crise. Como o Rio de Janeiro vai resolver, eu não sei.



Isso aqui, apenas para se ter uma noção é a nossa demografia dos anos 2000: quantas crianças de 0 a 15 anos nós tínhamos; quantas pessoas até 60 anos; e a população acima de 60 anos. Havia 8,4 ativos para cada aposentado.

Esta é a demografia de 2030: a população de jovens diminuindo; o auge bônus demográfico ali no meio; e o número de idosos crescendo.

Esta é a demografia de 2060, quando se inverte a curva. Este é o problema: vamos ter 2,6 ativos para cada inativo e vamos ter meio milhão a mais de centenários.

A nossa população na idade de trabalhar está crescendo 0,7% ao ano. Vai crescer zero na década seguinte e vai começar a diminuir a partir de 2030.

Há um debate sobre se existe um déficit, se não existe um déficit, o que se considera no cálculo do déficit, se entra PIS e COFINS... O problema da Previdência não é o gasto de hoje. Isso se resolve com desoneração, aumento de imposto. O problema é a trajetória do gasto. Nós vamos ter um crescimento da população na idade trabalhar de 80%. O gasto, no entanto, vai crescer 220%. Essa é a trajetória. Isto é o que aconteceu entre 1988 e 2015: o rápido envelhecimento da população.

Como é que se financia isso? Com produtividade. Cada brasileiro, cada firma, cada empresa vai ter que produzir cada vez mais ou, então, nós vamos empobrecer. Esse é o desafio do País que ficou velho antes de ficar rico. O problema é que a nossa produtividade não aumenta há 40 anos. Aqui está a produtividade do Brasil.

Existem várias medidas de produtividade, e eu posso depois disponibilizar para os senhores e seus assessores esses dados se quiserem. Existem várias maneiras de medir isso. Pode-se medir a produtividade total dos fatores, e existem seis modelos diferentes na literatura para se fazer isso, mas o mais simples é a produtividade do trabalhador: tudo o que o país produz de renda — tudo — dividido pelo número de trabalhadores, por hora trabalhada.

Aqui é sempre como fração dos Estados Unidos Estados Unidos. Os Estados Unidos é cem. A linha laranja é Taiwan. Um trabalhador em Taiwan produzia 40% do que um trabalhador dos Estados Unidos produzia em 1985, isto é, o trabalhador de Taiwan produzia 40 centavos para cada dólar que se produzia nos Estados Unidos. Hoje o trabalhador em Taiwan produz 90 centavos por dólar, ou seja, Taiwan convergiu para um padrão de riqueza igual ao americano.



A linha vermelha é o nosso vizinho Chile. O Chile produzia 35% da renda *per capita* americana, do produto *per capita* do trabalhador americano e passou para 50%.

Aqui embaixo estão os jovens emergentes: a linha de baixo é a Índia e a verde, a China. A China vai passar o Brasil em poucos anos. A Colômbia também.

Aqui há uma linha azul clara e outra escura. É fácil não confundir as duas: a que cresce é a Coreia e a que decai é o Brasil. A Coreia era 30% do produto do trabalhador americano e hoje é mais de 60%. O Brasil era 30% e está um pouco abaixo, em 28%.

Não estamos discutindo governo. Não estamos falando de governo A, de governo B. estamos falando de um período de 40 anos.

Temos uma população que vai envelhecer, vamos ter que sustentar uma grande parte da população que vai estar inativa, com menos pessoas trabalhando, e a nossa capacidade de crescimento cessou.

O Brasil já cresceu 7% e, quando cresceu 7%, a população cresceu 3%. A população vai crescer 0% e vai diminuir.

Nos melhores anos do Governo Lula, o produto por trabalhador cresceu 1,4%, nos auges daqueles celebrados anos 2000. Isso quer dizer que, mantendo esse número e reproduzindo os melhores anos do Governo Lula, em 2030, se o Brasil crescer mais de 1,5%, estaremos felizes.

Há duas agendas. Primeira: como é que nós transformamos a Previdência em algo sustentável nas próximas décadas? E temos que começar isso hoje, já estamos atrasados. Segunda: como é que resgatamos uma agenda de produtividade? Por que nós ficamos tão para trás? De novo, não é um problema de um governo ou de outro, isso é um problema estrutural nosso, mais antigo, e acho que requer uma agenda mais comum.

Esse gráfico traz mais do mesmo, é o nosso bônus demográfico. Ele chega ao pico em 2030. A população dependente vai crescer e a população que trabalha vai diminuir. Esse é o desafio que nós temos. A nossa Previdência, quando comparada com a de outros países, tem inúmeras distorções. Há muitas peculiaridades da nossa Previdência que são nossas apenas.



Os trabalhadores de maior renda podem se aposentar por tempo de contribuição. Não é o normal isso nem em país desenvolvido, nem em país subdesenvolvido. Eu só conheço três países que não têm idade mínima, e nenhum deles está bem na foto.

Os trabalhadores formalizados conseguem se aposentar por tempo de serviço. São os trabalhadores urbanos e de maior renda: em média, o homem se aposenta com 55 anos e a mulher, com 53 anos. Os trabalhadores de baixa renda, sejam os rurais, sejam os que estão na informalidade, não conseguem se aposentar por tempo de serviço. Logo, os trabalhadores de baixa renda já se aposentam por idade na grande maioria: os urbanos com 65 anos; os rurais com 60 anos.

Além do mais, diversas categorias do Brasil têm regime especial. O Brasil é um país curioso, porque nós não tratamos os iguais como iguais. Médico não é igual a professor, que não é igual a policial militar, que não é igual a bombeiro. Servidor público não é igual a servidor privado. Cada um tem uma regra diferente. Há uma multiplicidade de regras, os chamados regimes especiais.

Vou dar alguns números da Previdência. O problema não é o nível do crescimento; o problema não é uma reforma tributária para arrecadar mais e pagar as contas. O problema é a trajetória, o aumento contínuo do gasto.

Esta imagem mostra o tempo de contribuição, como cresceu de 2012 para cá. São apenas 4 anos. Isso é só o gasto. Não estou entrando em receita. Os gráficos mostram: aposentadoria urbana por idade; aposentadoria rural por idade; e pensão por morte. Esses são os crescimentos. De novo, não estou entrando na questão da receita.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MARCOS LISBOA - Pode-se entrar, mas ela não é sustentável. Com esse crescimento, vai ter que se aumentar imposto ano sim, ano não.

Esta tabela mostra a idade mínima em vários países. De novo, são países desenvolvidos, todos com idade mínima. E não estamos falando só de países desenvolvidos.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Quais são os três que não têm idade mínima?



O SR. MARCOS LISBOA - São Nigéria, um país da África Central e o outro eu não sei. No relatório da ONU tem os três.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - São três?

O SR. MARCOS LISBOA - Eu só conheço três.

Essa lista toda tem Portugal, Polônia, Peru, Noruega, México, Itália, Grécia. A Grécia teve que fazer a reforma depois da crise fiscal. Na maioria dos casos, a idade de aposentadoria é igual para homem e mulher. E, em todos os casos, a idade mínima é acima de 60 anos.

No Brasil, há a distorção entre quem se aposenta por idade e por tempo de contribuição. Por tempo de contribuição, os homens se aposentam aos 55 anos e as mulheres com quase 53 anos. São menos de 25% das aposentadorias, mas representam quase metade dos gastos. Por quê? Porque são aposentadorias de maior faixa de remuneração. Como esse grupo ganha bem mais do que aquele, apesar de ser um quarto do número de pessoas, é quase a metade.

Está aqui a diferença de renda média: de 800 a 1.700 reais. Os grupos com maior renda se aposentam mais cedo que os grupos com menor renda.

A nossa pensão por morte também é diferente. Para evitar a discussão de que estamos só olhando para países desenvolvidos — é uma crítica válida — vamos observar os países aqui da América: Argentina, México, Canadá e Estados Unidos. São dois países com grau de desenvolvimento igual ao do Brasil e dois países desenvolvidos, ambos na América. Em todos os lugares, as restrições para aposentadoria por pensão são bem mais rígidas do que no Brasil. A pensão é por pouco tempo há regras para o acúmulo com outros benefícios: no México, apenas por 6 meses; na Argentina, parcial; no Canadá não permite o acúmulo; nos Estados Unidos, parcial. Em geral, não é o valor integral da pensão, é bem menor que o valor da pensão.

No Brasil, a pensão é integral depois de 2 anos de união estável e, com alguma idade, ela vitalícia.

Expectativa de vida. Quantos anos a pessoa trabalha para se aposentar? Por tempo de contribuição, 35 anos. De quantos anos, em média, é a expectativa de vida depois de receber o benefício? É de 24 anos.



Então, com a alíquota que as empresas dos trabalhadores pagam, consegue-se compor 135 salários, mas essa pessoa vai receber 177 benefícios, além dos 135 que contribuiu. Então contribui com o equivalente a 135 salários e recebe 312 benefícios, isto é, 177 benefícios a mais do que contribuiu. No caso das mulheres é ainda mais: a mulher contribui 116 salários, mas recebe 390 benefícios, ou seja, 234 benefícios a mais.

Além do mais, tem o caso dos servidores. O déficit de aposentadoria de 1 milhão de aposentados de servidores federais é maior do que o déficit de 33 milhões de aposentados da iniciativa privada. Ainda tem o caso dos Estados, que nós não temos os números completos.

O TCU levanta uma parte desses números num relatório recente que fez, no qual comenta que não conseguiu todos os números. O déficit atuarial, isto é, a diferença que os Estados têm a pagar do que eles têm a receber é de 2,8 trilhões de reais. Esse número não está completo. É meio PIB.

Para que os senhores tenham uma noção do número, a dívida total do Governo Federal corresponde a 70% do PIB.

A crise dos Estados — acho que hoje está mais do que claro, com os números disponíveis — é de folha de pagamentos, ativos e inativos. E é uma questão de tempo. Alguns Estados são mais jovens, com população jovem, que não se aposentou ainda. Quando se observa a curva demográfica, percebe-se que vários Estados irão apresentar um quadro tão grave quanto o do Rio de Janeiro nos próximos anos. Infelizmente, é a situação do meu Estado querido.

Aqui é só para mostrar a evolução. O problema é a direção da curva, e não o nível. Vemos aqui o regime próprio da União, civis e militares. Observem a trajetória, a estimativa para este ano feita por Paulo Tafner.

Esta é dos Estados e Municípios. De novo, o que interessa aqui é a trajetória.

O Brasil gasta hoje pouco menos de 13% do PIB com aposentadorias. Com as regras atuais, nós vamos gastar 18,7%, quase 19%, em 2020, e 20,3%, em 2034. Nós vamos gastar, em 2060, mais de 18% do PIB somente com INSS. Com tudo somado, setor privado e público, nós vamos chegar a um quarto da renda nacional destinado ao pagamento de aposentadorias e pensões.



Aqui é a projeção dos gastos com o INSS. A linha preta é se nada for feito; a linha amarela é com a proposta de reforma. E aqui são as simulações para soluções intermediárias: idade mínima; acumulação de benefícios; desvinculação do salário mínimo.

Esse é um debate importante porque acho que o debate não tem que se dar sobre os gastos hoje, ou receitas e gastos hoje, ele tem que rever desonerações. Todo mundo concorda que foi um fracasso, que há muita distorção tributária. Acredito que são medidas para o bem. Isso mexe na carga, mas não mexe na trajetória. Eu acho que o debate importante se dá em termos de trajetória, como vai ser a evolução do nosso gasto ao longo dos anos e que sacrifícios o País vai ter que enfrentar com essa trajetória de envelhecimento e também com o impacto sobre as contas públicas.

Sem reforma da Previdência, o gasto com previdência, que este ano deve chegar a 56% dos gastos totais, vai chegar a 77% dos gastos totais em 2026. Não é muito tarde não. Nós vamos estar aqui para ver — esperamos todos. E, em 2036, o envelhecimento da população vai consumir mais do que o Orçamento da União. Todo gasto público será para pagar a Previdência.

A reforma tem distorções: idade mínima.

Vou concluir — há poucos slides agora — dizendo que no começo do ano passado, para entender um pouco o que houve nesse último ano, havia uma grande incerteza sobre a solvência das contas públicas do Brasil. Em que medida o País ia ser capaz de pagar suas contas? Em que medida o Rio de Janeiro era apenas o prólogo de uma crise que seria federal? Esse era o grande debate que se tinha, e essa era a dificuldade do Governo em vender seus papéis.

O Governo teve muita dificuldade em vender seus títulos. Por quê? Quem iria comprar papel longo? *“Não sei se ele vai conseguir pagar. Será que ele vai fazer como o Rio de Janeiro?”* O Rio de Janeiro não está pagando suas dívidas hoje. O Estado não paga suas dívidas.

Qual é a consequência dessa incerteza sobre a solvência fiscal? É o que acontece hoje com os Estados: ninguém quer emprestar para os Estados hoje. Qual é a consequência disso? As curvas de juros, as taxas de juros para as operações de crédito públicas aumentam. Não estou falando da taxa do Banco Central, a taxa de



mercado, a curva toda de juros, mas as taxas de juros para 2019, 2020, 2025, todas subiram. Em 2014 e 2015 essa curva abriu.

Na hora em que a taxa de juros que o Governo paga inteiro aumenta, primeiro para segurar a inflação, o Banco Central é forçado a subir os juros. No jargão dos economistas, a taxa neutra, aquela que impede que a inflação suba, aumenta em primeiro lugar. Ocorre uma situação de recessão com inflação. É o pior quadro que uma economia pode vivenciar. O custo para as empresas aumenta. Sobe o custo para as empresas pegarem financiamento, para fazerem capital de giro, para comprarem de fornecedor e diminui o desconto que têm ao vender. Então, as empresas, no mundo real, são penalizadas por esses efeitos. A consequência é a queda do investimento, da produção e o aumento do desemprego.

Há um ano, o dólar estava em 4 reais e os juros, perto de 15%. Isso referente aos juros de curto prazo, os juros de longo prazo eram maiores ainda. O que houve de um ano para cá? De um ano para cá houve um aumento na confiança de que o País vai enfrentar o problema fiscal. A confiança hoje não é a de país desenvolvido, nem é a de países latino-americanos como Chile e Colômbia, mas é melhor ou, se quisermos, menos pior do que há um ano. Na hora em que essa confiança aumenta, as taxas de juros caem, porque o grau de desconfiança em relação ao País honrar suas contas cai. Na hora que cai, isso permite ao Banco Central baixar juros, e a inflação cai.

A minha mulher, Zeina Latif, que é macroeconomista, estima que a taxa neutra de juros, aquela que impede que a inflação suba, pode estar caindo para 8% até o fim do ano. É uma queda expressiva de 15% para 8%. Isso acontece em todo o setor privado. As taxas de juros do mercado caíram pela melhor perspectiva fiscal. Isso reduz o custo para as empresas: reduz o custo da contratação, do investimento e da produção. Por isso houve essa parada de piora do desemprego e um sopro de recuperação.

Agora, a continuação deste quadro depende da continuação do ajuste. Isso está baseado na crença de que de fato essas medidas vão ocorrer, de que de fato essa agenda vai avançar. Se houver um retrocesso, corremos o risco de viver o que vivemos em meados de 2015. No começo de 2015 havia uma relativa crença de que o Governo iria enfrentar, pelo menos um pedaço, o problema fiscal. Não enfrentou.



O resultado foi que, com a apresentação do Orçamento, em julho de 2015, ficou claro que as metas e os objetivos estavam longe de ser cumpridos, pelo contrário: estávamos com um quadro fiscal gravíssimo.

O que houve? As curvas de juros aumentaram, as taxas de juros aumentaram, perdemos o grau de investimento, os custos de financiamento e de investimento privado aumentaram, o custo de geração de emprego aumentou, e tivemos aí a pior recessão da nossa história.

Nós estamos num momento como o do começo de 2015, um pouco melhor talvez. Existe uma sinalização de que há intenção em se fazer algum ajuste, uma discussão sobre os caminhos de como fazer, uma discussão sobre exoneração, receitas, despesas — Previdência é uma parte disso. Assim, há uma melhor perspectiva para o futuro, que permite taxas de juros menores e um começo de retomada da economia, um começo, tênue. Se essas expectativas forem revertidas, correremos o risco de vivenciar, em 2017, o mesmo que vivenciamos em meados de 2015.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Agradeço o pronunciamento do Sr. Marcos Lisboa.

Vou estabelecer a seguinte ordem: Marcos Lisboa, Denise Lobato Gentil, Victor Roberto Corrêa de Souza e Fabio Giambiagi. Essa foi a ordem de chamada dos expositores para a Mesa. Positivo? (*Pausa.*) Alguma objeção? (*Pausa.*) Vamos em frente.

Concedo a palavra à Sra. Profa. Denise Lobato Gentil.

Seja bem-vinda. V.Sa. tem 20 minutos para a sua exposição.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Boa tarde.

Eu agradeço muito a honra do convite, Deputado Carlos Marun. Agradeço a oportunidade de conversar com os Srs. Deputados sobre um assunto tão urgente, tão importante e tão polêmico. Eu acho que não existe nenhum tema dentro do Governo Federal hoje que esteja tão sujeito a manipulações de informação e a divergências de opiniões — como se pode conduzir um resultado fiscal e como se pode tratar um sistema de previdência.

(*Segue-se exibição de imagens.*)



Eu começo perguntando se a Previdência tem déficit hoje. A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil — ANFIP fez uma análise da Previdência. Eu tenho a honra de me juntar nessa análise à ANFIP, que há 20 anos vem debatendo sobre o tema com enorme reputação, por causa da qualidade das suas interpretações, por causa do respeito às suas pesquisas e principalmente por causa da luta que tem travado pela manutenção e ampliação dos direitos sociais no País. Eu me junto a essa instituição.

Quando digo que não há déficit, eu não estou sozinha. Há um conjunto de grandes instituições, compostas de profissionais de alto nível e de alta reputação no País, que defende o mesmo, como a OAB, a UNAFISCO, o SINDIFISCO, a AJUFE, a AMB, o IBDP, a CONAMP e o COFECON.

Não seria um delírio se eu dissesse a vocês que a resposta à pergunta que fiz depende da interpretação que se faz da Constituição Federal. Obviamente, os cidadãos estão livres para fazer a interpretação que quiserem. Eu escolho o respeito pela Constituição Federal de 1988.

Segundo a Constituição Federal de 1988, o orçamento da Seguridade Social tem uma composição de cinco tipos de receitas — eu não vou detalhá-las porque vários expositores que me precederam já fizeram isso — e reúne no seu grupo de despesas a Previdência, a assistência social e a saúde.

Quando juntamos o quadro de receitas e de despesas, percebemos uma situação superavitária, seguindo os artigos 194 e 195 da Constituição Federal.

Esse quadro está com superávit em valores deflacionados, ou seja, a preços de 2015. Dá para ver que o maior superávit que nós tivemos foi em 2007, de 124 bilhões de reais. Esse superávit foi caindo progressivamente. Hoje, está em 11 bilhões de reais, depois de sequenciados ataques feitos aos recursos da Previdência Social, o que também já foi descrito por outros que me precederam.

Cito as desonerações tributárias e o pouco caso que o Governo faz com a cobrança daqueles que devem à Previdência. O Governo não impõe a eles nenhum tipo de constrangimento. Só se consegue recuperar 0,3% do que devem os que estão autuados judicialmente. Vários saques foram feitos. Eu tenho certeza de que vocês já ouviram falar o quanto as receitas da Previdência foram prejudicadas nesse processo.



Depois de tudo isso, o Governo se volta para a população e diz: *“Tenham calma que agora o gasto está muito alto, a receita está em queda, e nós precisamos não apenas reduzir a renda de vocês no futuro, mas aumentar o tempo de trabalho e o tempo de contribuição de vocês”*. Obviamente, fica um tanto quanto difícil para o trabalhador e para qualquer cidadão brasileiro entender o que se passa. Se existe um déficit, porque o Governo saqueia tanto as receitas da Previdência?

Como disse Marcos Lisboa, a questão não é se há déficit ou superávit. Pode até haver superávit hoje. Essa é uma questão polêmica que podemos discutir. Deve-se pensar no futuro, quando seremos atingidos por um envelhecimento da população que destruirá esse superávit de hoje. Essa é a questão.

O que eu me proponho a fazer aqui? Eu escrevi recentemente um artigo com quatro colegas, entre eles engenheiros e economistas, em que nos debruçamos sobre o modelo atuarial do Governo Federal — o velho modelo atuarial, que, segundo o Governo, tem mais de 20 anos — e fizemos o seguinte ensaio: como seria uma reforma da Previdência pelo lado da receita, que mantivesse os benefícios existentes hoje? Como esse modelo atuarial do Governo se comportaria? E, cá para nós, o Brasil não é nenhuma França, não é nenhuma Itália e não é nenhuma Inglaterra. Nós temos benefícios baixíssimos. Temos uma alta cobertura de idosos, mas os nossos valores de benefícios são extremamente baixos.

Nós desenvolvemos algumas hipóteses. Decidimos fazer o contrário do que o Governo sempre apregoa. O Governo sempre fala em cortar os gastos. Vamos fazer o oposto? Vamos deixar os gastos correrem conforme a equação do Governo e vamos ativar receitas.

E, aí, nós fizemos o seguinte: há duas hipóteses. Na primeira hipótese, nós vamos considerar apenas a receita de contribuições sociais. Vamos desconsiderar as demais receitas, exatamente como faz o Governo. Não vamos considerar a COFINS, nem a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nem a receita de concursos de prognósticos, nem o PIS/PASEP. Vamos considerar simplesmente a arrecadação sobre a folha.

Na segunda hipótese do nosso teste, como forma de melhorar a gestão dos recursos da Seguridade, vamos considerar que o Governo vai combater a sonegação fiscal, porque, de fato, aqui a sonegação é particularmente assombrosa.



A sonegação de contribuições previdenciárias estimada para 2015, pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional — SINPROFAZ, é de 103 bilhões de reais, o que significa algo em torno de 1,7% do PIB.

Vamos dizer que o Governo se empenhe, equipe melhor a Procuradoria da Fazenda e consiga não apenas combater a sonegação, mas também recuperar a dívida ativa previdenciária. O eslaide anterior era sobre a sonegação, este é sobre aquilo que está oficialmente ajuizado. Entre os 500 maiores devedores inscritos na Dívida Ativa da União estão grandes corporações, como vocês sabem. Vamos supor que o Governo dê um impulso e consiga reverter essa dívida, recuperando, por exemplo, 100 bilhões, que, como disse o Ministério do Trabalho e Previdência Social na época, são perfeitamente recuperáveis, num esforço imediato, porque têm alta e média recuperabilidade.

Vamos supor também que o Governo, de repente, recuasse e, em vez de aumentar a alíquota da DRU de 20% para 30%, diminuísse de 20% para 15%, talvez para 10% — não cortasse tudo, mas diminuísse. Não vamos fazer outro jogo que não o jogo que está lá.

Vamos dizer também que as desonerações não fossem as mesmas de hoje. Vamos dizer, por exemplo, que não se comprometessem 151 bilhões de reais, o equivalente a 2,22% do PIB, com renúncias de receitas da Seguridade Social.

Digamos que todos esses fatores pudessem ser mais bem geridos e que, em um cenário para o futuro, o Governo fizesse as alterações na receita, mantendo os benefícios.

Esse cenário obviamente é uma análise não convencional, não liberal, porque a análise que corta os gastos é bem endereçada. Quem precisa das transferências de renda do Governo? Obviamente, as pessoas mais necessitadas. Quem ganha quando o Governo passa a transferir menos? As pessoas favorecidas pelos demais gastos do Governo, particularmente os gastos com juros. Uma reforma que corta gastos não é assim totalmente isenta e desinteressada. Ela tem um objetivo muito claro de pressão social — é óbvio.

Vamos fazer um estudo pelo outro lado. Por que não? Há a liberdade de escolhermos cenários para o futuro. Vamos escolher, como propusemos, que, além



de o Governo melhorar a gestão das receitas, nós conseguimos fazer ganhos de produtividade.

Nós começamos a ensaiar pensando o seguinte: de repente, este País começa a ter um projeto de desenvolvimento, em vez de discutir apenas o ajuste fiscal, uma coisa muito pequena diante de um projeto de desenvolvimento econômico.

O ajuste fiscal se transformou no principal item da agenda do Governo. Não falamos em crescimento industrial, não falamos mais em desenvolver a nossa tecnologia, não falamos mais em avançar em educação de nível superior. Não! A discussão é sobre como cortar gastos no País.

Mas digamos que, no futuro, de 2018 para frente, consigamos nos sentar e discutir um projeto de desenvolvimento econômico do País, que implique numa melhora da infraestrutura e das políticas industriais, que repercuta na incorporação de ramos da indústria difusores do progresso técnico em relação aos demais ramos da economia e que, com isso, tenhamos ganhos de produtividade.

Depois eu vou mostrar os indicadores. Só estou levantando as hipóteses.

Eu quero dizer que esta é a questão central no sistema previdenciário: a taxa de crescimento da produtividade. Por quê? Porque, quando a produtividade cresce, uma unidade de trabalhador — quer dizer, um trabalhador — é capaz de produzir mais. É como se houvesse não um, mas dois trabalhadores. Então, o número efetivo de trabalhadores é maior do que o número real de trabalhadores quando a produtividade aumenta. Essa ideia não é nossa, não é do nosso artigo. Nós pegamos de Thomas Palley, um economista americano muito bem conceituado. Ele faz o mesmo estudo para a sociedade americana, em que diz que a taxa de produtividade nos Estados Unidos cresce, em média, 1% ao ano. Isso significa que cada trabalhador americano se transformou num trabalhador mais produtivo. Logo, é como se existissem mais trabalhadores ativos, porque um ficou mais produtivo.

Nós dizemos que a taxa de dependência, que é a razão entre aposentados e trabalhadores ativos, diminui quando a produtividade aumenta; ou seja, a carga dos inativos sobre os ativos se reduz quando aumenta a produtividade, de tal forma que há uma taxa de dependência efetiva e uma taxa de dependência convencional.



Nós preferimos tratar, portanto, de uma taxa de dependência efetiva, aquela que leva em consideração o ganho de produtividade. Isso resulta num exercício significativamente diferente do exercício que acabou de ser feito pelo meu antecessor. E digo isso porque, se se trabalha com produtividade, supondo-se que os trabalhadores são cada vez mais produtivos, essa taxa de dependência cai, pois é como se mais trabalhadores ativos entrassem nas fileiras de produção. E isso transforma significativamente o envelhecimento da população num problema de crise. A crise de envelhecimento deixa de ser uma ameaça imediata.

Nós também fizemos a suposição de sermos suficientemente competentes e capazes de aumentar o emprego formal, porque o grau de informalidade na economia brasileira ainda é uma coisa assustadora: temos mais de 42% da força de trabalho no mercado informal, sem qualquer tipo de proteção.

Digamos que, em um projeto de desenvolvimento econômico, busquemos incluir esses trabalhadores no mercado formal. Isso seria extremamente importante para o resultado previdenciário. Mas não estamos discutindo nesta Casa, até aqui, como se faz para aumentar o emprego formal e melhorar a produtividade. Nunca discutimos como melhorar a produtividade para dar um melhor resultado na Previdência. Qual é sempre a proposta? Cortar gastos. Mas vamos ter a ousadia de pensar diferente.

Enfim, o nosso modelo matemático utilizado aqui é precisamente o modelo do Governo pelo lado da despesa. O nosso modelo, por ser o mesmo do Governo, vai ter toda a influência populacional das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. O nosso modelo atuarial tem dominância demográfica. É, portanto, um modelo muito frágil pelo lado da receita, pois ele trata de variáveis do mercado de trabalho que considera constante — essa é uma fragilidade muito importante, porque reduz a receita do modelo, subestima a receita — e também trabalha com as variáveis demográficas. Então, ele tem uma dominância demográfica. Como a população envelhece rapidamente, a despesa tende a estourar.

Mas o fato é o seguinte: vamos trabalhar exatamente com o modelo do Governo pelo lado da despesa e vamos modificar essas variáveis pelo lado da receita.



Por fim, vamos supor que a remuneração dos trabalhadores tenha uma variação exatamente igual àquela do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.

Construímos aqui três cenários. Por que três cenários? Na condição de economistas que somos, sabemos que toda previsão envolve um erro. Não existe previsão sem erro. Aliás, o Governo demonstrou errar muito entre 2002 e 2015 em todas as suas previsões para a Previdência. Ele errou na receita, ele errou na despesa e, evidentemente, ele errou na necessidade de financiamento do setor público. A margem de erro chega a ser superior a 40% — refiro-me ao erro! Portanto, trata-se de um erro muito grave. A possibilidade de acerto do Governo, nesse intervalo de tempo, foi de 60%, muitas vezes de 50%. Isso significa que os erros não são apenas sistemáticos, mas também muito elevados.

É por esse motivo que preferimos construir cenários, porque eles nos levam à perda da arrogância de que chegaremos a um número cabalístico em 2060, de uma despesa em relação ao PIB de exatamente, precisamente, 36,7%. Esse número cabalístico é afastado por nós. Preferimos, portanto, dizer que qualquer previsão está sujeita a erro e que é mais recomendável traçar cenários. Por tudo isso é que traçamos um cenário pessimista, um cenário moderado e um cenário otimista.

Para um cenário pessimista, imaginou-se um baixo crescimento de produtividade, 0,7%; e um impulso sobre a receita de 1,3%. Supõe-se que o Governo vai retroagir minimamente nas suas renúncias de receita da Seguridade Social; que ele vai cuidar da dívida ativa com mais competência e mais interesse; que ele vai combater sonegações, etc.; e, por fim, que venhamos a ter políticas de intervenção no mercado de trabalho que tragam maior formalidade. E assim, sucessivamente, traçamos um cenário moderado e um otimista.

Notem que a produtividade é modestamente crescente. O mais otimista começa com 1,2%. No tocante à receita, não a tratamos assim. Como achamos que a receita está ao alcance do Governo — porque esse é um fator ao alcance do Governo —, ela pode crescer a taxas mais altas anualmente. E o emprego formal também é uma decisão de política econômica. Caso se opte por uma política econômica não recessiva, ou seja, absolutamente diferente da que é feita hoje, que



é proposital e deliberadamente recessiva, se se fizer o oposto, uma política deliberadamente expansionista, o número de empregos formais sobe.

Apresento aqui o resultado dos quatro cenários.

Este artigo, evidentemente, está disponível no *site* da ANFIP, caso vocês desejem saber com mais detalhes os cálculos que deles resultaram.

Aqui colocamos como referência o cenário do Governo. Evidentemente, o Governo tem um cenário muito, digamos, pessimista para o futuro. Trata-se de um cenário com forte expansão da despesa, porque é um modelo predominantemente demográfico, um modelo que não dá espaço para as mudanças e para o dinamismo que ocorreu no mercado de trabalho nos últimos tempos. O Governo resolve ignorar essa dinâmica do mercado na sua modelagem e assume apenas o impacto demográfico em seus modelos — se não apenas, mas principalmente. E o resultado faz com que tenhamos um déficit, em 2050, da ordem de 1 trilhão 447 bilhões, no caso do cenário de referência, que é o do Governo.

No nosso cenário pessimista, também não alcançamos um superávit. No cenário pessimista, em que, como eu disse antes, a produtividade cresce a 0,7%, a receita só cresce 1,3%, e o emprego formal cresce a 1,5% ao ano, também encontramos um déficit, mas com valores muito menos elevados do que os do Governo, de tal forma que, em 2050, ele será 54% menor do que o cenário de referência do Governo.

Quanto ao nosso cenário moderado — demonstrado naquele quadro sobre o qual falei antes e que não vou descrever, pois já devidamente descrito —, conseguimos obter superávit no longo prazo. Vou repetir: o superávit é conseguido com apenas uma das fontes de receita da Seguridade Social, que é a contribuição sobre a folha ou a contribuição dos autônomos.

Esse ganho de produtividade que, suponhamos, possa existir, o aumento de empregos formais e a melhoria na gestão da receita, sem considerar as demais receitas de contribuições sociais, gerariam um superávit, já em 2038, de 13 bilhões. E nós chegaríamos, no ano de 2050, a um superávit de 613 bilhões, deixando a despesa exatamente como ela está. Ressalto que os benefícios não foram modificados, e as regras de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade,



auxílio-doença, auxílio-acidente, enfim, são exatamente as mesmas regras previstas pelo Governo.

No cenário otimista, vamos ter um superávit maior ainda, o qual começaria já em 2027.

Vou concluir.

Eu queria fazer agora algumas considerações sobre o novo modelo atuarial do Governo Federal.

O Governo Federal resolveu que esse modelo antigo, que já tinha 20 anos, de fato não era bom. Mas considerou isso, infelizmente, depois de enviar a proposta de reforma a esta Casa. E nós só tivemos acesso ao novo modelo atuarial do Governo após requisição dos Deputados — não o tivemos até então. Acho que foram meses solicitando explicações sobre esse modelo atuarial do Governo. Ele sabia que esse modelo era precário. Surgiu um novo modelo atuarial, e nós nos dedicamos arduamente a decifrar o novo modelo atuarial do Governo.

Tenho aqui algumas considerações aos senhores. Em primeiro lugar, o modelo atuarial do Governo continua de resultado único no futuro, ele continua sendo um modelo determinístico. Acho isso interessante, porque o Governo nem sequer consegue prever o PIB do próximo trimestre, mas consegue dizer de quanto será o déficit da Previdência Social em 2060. Trata-se de uma arrogância achar que existe um modelo atuarial determinístico, ou seja, um modelo com um único resultado, que é uma verdade inexorável, inquestionável. O caminho mais prudente e mais confiável seria traçarmos cenários de possibilidades com margens de erro no cálculo desses valores.

Em segundo lugar, o Governo não apresentou a memória de cálculo do modelo dele. O Governo apresentou dados, descreveu as equações — todos nós lemos equações —, mas, infelizmente, não nos disse exatamente como passou das equações para os resultados da tabela, nem qual foi a ferramenta que utilizou para fazer as previsões. Nós questionamos o seguinte: por que não temos um estudo do impacto da proposta de reforma do Governo, já que ele está com um novo modelo atuarial? Por que ele não nos trouxe, junto com a proposta de reforma, os cálculos atuariais do novo modelo? Suspeito que não há esse cálculo, que não houve tempo



de rodar esse modelo. Inclusive, nós estimamos que levem pelo menos 3 meses para as equações serem rodadas.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não é possível que vão fazer isso conosco!

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Professora, nós estamos pedindo há mais de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, conclua.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Vou para a conclusão das minhas considerações.

O crescimento do salário mínimo, por exemplo, no novo modelo do Governo, até o ano de 2019, baseia-se na regra atual. Mas, depois de 2019 — pasmem! —, o salário mínimo cresce, em termos reais, acima do crescimento do PIB. Vou mostrar a vocês.

Está aqui: a taxa de crescimento real do PIB é a laranja; a taxa de crescimento real do salário mínimo é a azul. Nunca houve essa regra na economia brasileira. Então, por que o Governo faz isso? Por que ele estima um crescimento real do salário, sem inflação, acima do crescimento do PIB? Vocês já descobriram: se o salário mínimo é o piso do benefício da Previdência Social, mais de 70% dos benefícios da Previdência Social equiparam-se ao salário mínimo e, se o salário mínimo vai crescer acima da inflação e acima do PIB, o gasto vai explodir, mesmo que a taxa de crescimento da população idosa caia.

Ouçam o que estou dizendo, e esta é uma estatística do IBGE: em números absolutos, a população idosa cresce ano a ano, mas o incremento anual é decrescente, a taxa de crescimento da população idosa é decrescente — estou falando de taxa de crescimento. A taxa de crescimento do PIB, para o Governo, também é decrescente, e muito. Nós não seremos capazes de produzir PIB superior, por exemplo, a 2% nos próximos anos. Jamais seremos a Índia; jamais seremos um dia o que a Argentina já foi. Enfim, não vamos crescer, por muito tempo, mais do que 1%. Essa é a previsão do Governo.

Em terceiro lugar, nós experimentamos assim: vamos corrigir o salário mínimo pela regra atual.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A senhora tem que concluir. A senhora terá um tempo depois.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Estou chegando ao final.

Reparem que a taxa de crescimento do salário mínimo no modelo do Governo e a correção do salário mínimo pela regra atual, que é a parte azul, ainda assim, fazem com que o salário mínimo, no modelo do Governo, cresça mais acima ainda.

Outra coisa que é surpreendente: a relação salário-PIB no modelo do Governo é constante, como se os trabalhadores não tivessem nenhuma perspectiva de aumentar a sua participação no PIB ou na renda. A relação salário-PIB mantém-se estagnada, constante, o que significa que o Governo está projetando um futuro sombrio para os cenários do mercado de trabalho.

Agora vem o pior: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — PNAD de 2014 é a base de dados para essas projeções. E o que faz o Governo? Quando estima a despesa, ele usa as variáveis demográficas do IBGE, que mostram, como vocês sabem, que a cada ano aumenta a expectativa de vida. Temos a *chikungunya*, a dengue, a febre amarela, a violência no País crescendo, mas a nossa expectativa de vida cresce ano a ano. Não vou discutir a demografia do IBGE. Tudo bem, vamos considerá-la. Qual é o problema? Do lado da receita, é tomada como referência a PNAD de 2014, que se mantém constante até 2060 para as seguintes variáveis: taxa de participação no mercado de trabalho, taxa de ocupação, taxa de urbanização, taxa de cobertura contributiva, taxa de participação dos subconjuntos da população rural, enfim, tudo isso se mantém exatamente como os da PNAD de 2014. O que é variável fica constante, o que faz com que o modelo não tenha consistência lógica nenhuma, porque variável tem que variar.

Projeções são feitas com séries históricas longas e não com um ponto. Como se projeta com um ponto, eu não sei. Não sei como os economistas do Governo conseguem projetar com apenas um ponto. Existe um número mágico: 30 pontos para uma boa projeção para o futuro. O Governo trabalha só com a PNAD.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Professora, tocou a sineta. Temos que encerrar.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Então, vou dar a última palavra.



Quero apenas finalizar dizendo que as projeções do Governo possuem um conjunto de dados que não estão ali presentes. Os microdados não estão presentes no modelo que o Governo enviou.

Sras. e Srs. Deputados, se V.Exas. não tiverem às mãos os microdados, não há possibilidade matemática de se calcular probabilidade. Qual é a probabilidade de uma mulher ganhar uma pensão tendo um filho, dois filhos ou três filhos? Não sabemos, porque os microdados não foram fornecidos nem a V.Exas. nem a nós população brasileira.

Qual é a probabilidade de alguém se aposentar aos 65 anos, com 25 anos de contribuição? Não sabemos, porque cálculo de probabilidade só se faz com microdados, e os microdados não vieram para esta Casa. O estranho é que não vieram porque custavam muito caro, 500 mil reais, se não me engano, e precisavam ainda ser extraídos — extraídos! Mas os dados já deveriam ter sido extraídos. Se o Governo rodou para fazer as estimativas da reforma da Previdência, os dados já deveriam estar à disposição, à mão e gratuitos, porque o dinheiro já teria sido gasto antes para rodar o modelo. Ou não? É uma questão de lógica.

Eu critico muito uma reforma que está sendo feita às escuras, em cima de dados fictícios, que vão causar um enorme prejuízo e empobrecimento à sociedade, com base em um modelo que permanece precário, limitado, incompleto e que vai atingir, de forma brutal, a parcela da população mais carente da sociedade brasileira.

Muito obrigada. *(Manifestação no plenário: Muito bem! Palmas.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Gostei do trabalho sobre os dados.

Isso é uma avacalhão. Nós temos denunciado isso, Dra. Denise. Estamos aqui sendo enrolados...

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - O Prof. André, do IPEA, não disse isso. O Prof. André, que a Oposição indicou, não disse isso em relação ao cálculo atuarial. Os senhores se esqueceram da apresentação? Desmemoriados!

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Mentiu, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Acabou o piquenique? Como diz o Deputado Alceu Moreira, acabou o piquenique?



Com a palavra o Sr. Victor Roberto Corrêa de Souza, Juiz Federal do 11º Juizado Especial Federal do Rio de Janeiro e representante da Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE.

V.Sa. tem 20 minutos para sua exposição. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Enquanto não chegar o cálculo atuarial aqui, a base de dados, nós deveríamos suspender as reuniões e a tramitação dessa proposta. Não podemos fazer uma reforma em cima de dado falso, porque não serve para nada. E tem que mentir para a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço aos Srs. Parlamentares que respeitem a presença do ilustre magistrado. Vou garantir a palavra ao convidado para que dê sua contribuição à Comissão.

Por favor, reponha o tempo do expositor.

Como não vou poder bloquear daqui, peço aos Srs. Parlamentares que redobrem o respeito e a fidalguia em relação à manifestação do ilustre magistrado.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quer o poder o tempo inteiro, não é, Deputado Carlos Marun?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Estamos comportados demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Sr. Victor Roberto Corrêa de Souza, por 20 minutos.

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Boa tarde a todos!

Em nome do Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil — AJUFE, Roberto Veloso, agradeço o convite para participar deste evento.

Nós queríamos trazer algumas contribuições para o debate relacionadas não tanto a aspectos econômicos, que os meus colegas de Mesa estão dividindo, mas a aspectos jurídicos, que é a nossa atividade diária, na condição de magistrados, de juízes federais associados à AJUFE.

Nós temos uma preocupação muito grande com os efeitos da reforma da Previdência em relação à judicialização da reforma em si. Ela certamente, como está escrita, vai acarretar muitos processos judiciais individuais, coletivos e, inclusive, de controle de constitucionalidade. Essa é a nossa preocupação.



Destaco a nossa participação em vários eventos. Há uma comissão na AJUFE, constituída por 15 juizes, que produziu notas técnicas sobre a reforma. Nós estamos trabalhando essa questão desde dezembro e manifestamos nossa preocupação, especialmente, com relação às regras de transição e à igualdade, tendo em vista que alguns dispositivos da reforma ferem a igualdade e a segurança jurídica. A meu ver, essa questão deve ser tema de preocupação de cada um dos congressistas.

Eu vou acelerar um pouco a apresentação — os senhores devem ter os eslaides — para ser concluída no tempo de 20 minutos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Muito se fala aqui, na proposta do Governo, que os direitos adquiridos são respeitados. Todavia, não é só o direito adquirido que está em debate nessa proposta. Não há um direito mais buscado e mais esperado pelo cidadão do que o direito à aposentadoria, que não é meramente uma expectativa de direito.

O conceito de expectativa de direito vem do Direito Privado, das relações entre particulares, mais propriamente. E, mais modernamente, o nosso sistema jurídico vem entendendo a existência de um ponto mediano entre expectativa de direito e direito adquirido, o princípio da proteção da confiança, que já é tema doutrinário, muito difundido no Direito.

Eu trouxe aqui dois livros que trabalham muito bem o princípio da proteção da confiança, do Prof. Humberto Ávila, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e do Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público — CNMP, Valter Shuenquener de Araújo, que é Juiz Federal. Esse princípio é um instrumento de defesa que protege a confiança legítima. Não se trata de qualquer confiança, mas a confiança legítima do cidadão, do trabalhador, do servidor público, depositada nos atos estatais, seja o Estado em quaisquer de suas feições: administrativa, judicial e legislativa.

Esse princípio já está de certo modo positivado. Ele começou a ser debatido, no Brasil, nas leis de controle de constitucionalidade. O art. 27 da Lei nº 9.868, de 1999, previu a possibilidade de modular a decisão do Supremo Tribunal Federal — STF no controle de constitucionalidade, com base na segurança jurídica. Trata-se de um postulado, um direito fundamental, previsto no art. 5º, *caput*, da Constituição



Federal. Esse princípio tem esse embasamento, assim como o princípio da legalidade. Não há Estado de Direito sem segurança jurídica e sem legalidade. Os dois têm que funcionar em conjunto.

Com base nas razões de segurança jurídica, uma decisão do STF pode ser modulada. E, de praxe, nós acompanhamos essa possibilidade nas decisões do Supremo.

O novo Código de Processo Civil, aprovado por esta Casa, que foi eleita em 2014, traz o princípio da proteção da confiança positivado no art. 927, que fala sobre a modulação da jurisprudência. Quando houver modificação do entendimento já consagrado na jurisprudência, o tribunal observará a necessidade de fundamentação de sua decisão, com base no princípio da proteção da confiança, modulando ou não sua decisão. Ele tem que se posicionar sobre o princípio da proteção da confiança do jurisdicionado.

Os Srs. Deputados e os Srs. Senadores debateram esse tema quando aprovaram a redação do novo Código de Processo Civil. Esse princípio é tema também de várias decisões do Supremo Tribunal Federal. O Ministro Gilmar Mendes é um dos subscritores de vários acórdãos sobre o tema da segurança jurídica como subprincípio do Estado de Direito. Não existe Estado de Direito sem proteção da confiança.

Há mais um precedente sobre a proteção da confiança, que inclusive é de interesse dos Parlamentares. Esse precedente fala do princípio da anterioridade, que é inspirado na proteção da confiança. Trata-se de uma decisão também do Ministro Gilmar Mendes, de 2012. Há, no mínimo, oito precedentes.

O Ministro Luiz Fux também fala sobre as expectativas legítimas dos servidores. Os senhores podem consultar o inteiro teor dos acórdãos. A administração pública não pode se afastar desse princípio. O Tribunal de Contas da União — TCU também está submetido a esse princípio. Portanto, há uma ligação direta com a segurança jurídica.

Estes diversos eslaides tratam da segurança jurídica e da proteção da confiança. Mas o que é a proteção da confiança? Como se sistematiza o direito à proteção da confiança? Há um ato inicial: a base da confiança — é o ato em que o cidadão confia. Há uma existência subjetiva da confiança: o particular não pode ser



o causador do erro, ilegalidade ou inconstitucionalidade do ato. Trata-se da boa-fé subjetiva. No exercício da confiança através de atos concretos, o cidadão se planeja para aquela vida, para a vida que ele escolheu, com as escolhas que ele fez, de acordo com aqueles atos que estão à sua disposição, de acordo com a legislação vigente.

Trazendo o tema para o debate da reforma da Previdência, o cidadão, o servidor, o trabalhador planeja a sua vida de acordo com a legislação que está em vigor. Por isso, o legislador, no seu papel de modificação da legislação, que é legítimo — nós escolhemos os senhores para isso —, não pode deixar de observar a base da confiança do cidadão, que tem um ordenamento em vigor à sua disposição. Esse ordenamento precisa ser estudado e analisado antes de ser modificado. Esse é o exercício da confiança.

Todo cidadão, quando escolhe o serviço público e faz um concurso público, está exercitando a sua confiança no ordenamento em vigor. Um comportamento estatal frustra a confiança quando alguma lei, ato administrativo ou jurisprudência muda o posicionamento do Estado, desfavoravelmente ao cidadão, trazendo uma medida que piora as suas expectativas, sem alguma medida de reposição.

O que o Direito prevê para essas situações? O Prof. Humberto Ávila traz uma classificação de três medidas possíveis, de três formas de trabalhar essa mudança sem impedir a atividade legislativa, mas trazendo alguma progressividade no tratamento das situações que envolvem as expectativas legítimas do cidadão.

A anterioridade normativa já é uma realidade no Direito Eleitoral; no Direito Tributário, com a anterioridade dos tributos; e no Direito Penal, com a clássica exigência da anterioridade normativa.

A vinculatividade normativa diz respeito à limitação das atividades de cada Poder. O Poder Legislativo e o Poder Judiciário têm as suas limitações, e deve haver um equilíbrio entre os Poderes.

Há um ponto mais emblemático: como obter uma continuidade normativa e como garantir segurança jurídica com uma mudança muito drástica, como esta que se planeja? Pela suavização de regras e com o estabelecimento de regras de transição.



Neste eslaide, eu vou focar no serviço público. Trata-se de uma defesa dos servidores públicos do País inteiro, mas não é uma defesa corporativa.

Apenas em 1998, com a Lei nº 9.717, foi instituído um regime contributivo real dos regimes próprios. Até 1998, entendia-se que a aposentadoria do servidor público era quase uma benesse, uma dívida do Estado em relação aos seus servidores.

Só em 1993, como está escrito aqui, houve a inclusão de um perfil contributivo aos Regimes Próprios. Com a Emenda Constitucional nº 20, introduziu-se, no Regime Próprio, a ideia de um regime igual para todos os entes federativos. Isso está lá no art. 40, que hoje é tema de ebulição legislativa.

Houve a estipulação, já nessa primeira reforma, de uma idade mínima. Eu lembro que essa reforma durou 4 anos — começou em 1995 e só se concluiu em 1998. Estabeleceu-se, sim, uma idade mínima para a aposentadoria dos servidores: 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres. Houve transição, com um pedágio de 20%, para quem tivesse 53 anos, no caso dos homens, e 48 anos, no caso das mulheres.

Ali se estipulou uma permissão de limite ao teto do Regime Geral para as aposentadorias do servidor público, com algumas regras de transição que, naquela época, se entendeu serem razoáveis.

Em 2003, há uma nova reforma da Previdência, que atinge novamente o serviço público e traz o perfil solidário do Regime Próprio, com a cobrança de contribuição dos inativos. Extinguem-se a integralidade e a paridade na aposentadoria do Regime Próprio. Há um redutor da pensão de 70% do que superasse o teto do Regime Geral. Além disso, traz-se a possibilidade de uma previdência complementar de natureza pública dentro dessa segunda reforma da Previdência, em 2003. Novamente, houve regras de transição que estipulavam pedágios e idades para a concessão de benefícios para aqueles servidores que ingressassem até a data da emenda respectiva.

Em 2005, temos a PEC Paralela. Muitos dos senhores participaram do debate desta PEC, que suavizou a regra da Emenda nº 20, criando a possibilidade de aposentadoria com a soma da idade ao tempo de contribuição.

O Regime Geral não foi tocado nessas duas últimas reformas, a da Emenda Constitucional nº 41 e a da Emenda Constitucional nº 47.



Na Emenda nº 70, são estipulados critérios de cálculo e correção de aposentadoria por invalidez, para tentar suavizar um pouco a situação dos servidores que tiveram sua aposentadoria calculada de modo proporcional.

Até então, as emendas sempre previram regras de transição, que estão em vigor, especialmente nos artigos da Emenda nº 41 e da Emenda nº 20.

O que nós temos nessa reforma?

Aqui eu trago uma série de disposições que frustram a confiança do cidadão, seja ele trabalhador do Regime Geral ou trabalhador do serviço público: fim da aposentadoria por tempo de contribuição; idade mínima de 65 anos, indistintamente para mulher ou para homem; aumento do tempo de contribuição repentino de 15 anos para 25 anos; fim da aposentadoria especial.

A aposentadoria especial vai acabar. A ideia é eliminar o tempo especial, que é uma medida de igualdade real, não é de igualdade formal. Eu penso que os economistas estão trabalhando muito sob a lógica de igualdade formal, e temos que ter cuidado com isso, porque é prevista como direito fundamental a proteção a esses trabalhadores, e agora, com a proposta, essa aposentadoria especial, que tanto é para o Regime Geral quanto para o Regime Próprio, só vai ser possível diante de efetivo prejuízo à saúde. Efetivo prejuízo à saúde é quase uma invalidez. Vamos discutir, então, uma aposentadoria por invalidez disfarçada.

Temos, portanto, que refletir sobre essa questão do tempo especial.

Essas são medidas restritivas, que vão diminuindo a confiança do cidadão na legislação em vigor até então.

Outra medida é o fim da possibilidade de conversão de tempo.

Muda a forma de cálculo da aposentadoria, com o fim do percentual de 100% da aposentadoria por invalidez decorrente de acidente que não seja de trabalho. Este é um problema delicadíssimo, pois podemos ter uma aposentadoria por invalidez de 51% mais 1% a cada ano. Se o cidadão se vê repentinamente atingido por uma situação de invalidez total por um tumor maligno, em 2 anos ele vai ter uma aposentadoria por invalidez de 53%, e a pensão subsequente, caso ele venha a morrer, será de 26,5%. Esta é uma questão muito delicada, e temos que refletir sobre essa enorme frustração de confiança que há com esse dispositivo.



Enfim, são várias possibilidades, que já são de conhecimento dos senhores, graças aos debates que vêm sendo feitos nesta Comissão, como o aumento da idade mínima para o benefício assistencial. São várias medidas drásticas em relação ao trabalhador.

O que a PEC traz como regra de transição? Ela permite, e isso é o mais importante, a manutenção do direito de se aposentar de acordo com as regras anteriores, desde que o cidadão tenha a idade de 45 anos ou 50 anos. Essa é uma idade de corte.

Em um evento no TCU, eu perguntei ao representante do Ministério da Fazenda de onde saiu esse cálculo. Até hoje eu não encontrei a razão de ser 45 anos ou 50 anos a idade de corte.

Imaginem os senhores duas irmãs que ingressaram no mesmo emprego. Uma está com 44 anos e a outra com 45 anos de idade e têm o mesmo tempo de trabalho. Uma vai se aposentar após mais 6 anos de serviço e a mais jovem vai ter que aguardar 16 anos para se aposentar. São 10 anos a mais! Há uma violação de isonomia muito clara nesse dispositivo que limita a idade de 45 anos ou 50 anos.

E isso não é só em relação ao servidor público; vale também para o Regime Geral, especialmente para o segurado especial.

Eu trabalhei como magistrado no interior do Nordeste e fiz várias audiências com segurado especial. Essas pessoas começam a trabalhar muito jovens. Ontem, a *TV Record* estava passando um programa sobre pessoas que trabalham com castanha de caju. É uma situação extremamente delicada, pois essas pessoas trabalham desde muito jovens e agora serão submetidas ao mesmo regime, com a fixação da idade mínima em 65 anos.

Será o mesmo regime tanto para o trabalhador urbano quanto para o trabalhador rural, mulher e homem. A mulher trabalhadora rural vai sair de uma previsão de 55 anos para 65 anos, repentinamente. Imagine uma mulher de 44 anos de idade. Ela vai ter que aguardar mais 21 anos para se aposentar. Não tem transição para ela. Na verdade, a PEC não traz nenhuma regra de transição para as pessoas abaixo dessa idade, mas que já estão no mercado de trabalho há algum tempo. Pior, ela revoga as regras de transição que estão em vigor e que protegem



os direitos previstos pelos servidores, que calcularam a sua vida com aquela regra em vigor. São os direitos que estão nas Emendas nº 20, ° 41 e nº 47.

Há um argumento de que a PEC vai igualar os regimes. Esses regimes já estão igualados. Já há uma limitação ao teto do Regime Geral, desde 2013, em todas as esferas de Poder, com a FUNPRESP instalada e funcionando. A própria Constituição previa, os senhores congressistas previram, que o benefício do Regime Próprio só poderia ser limitado ao teto do Regime Geral se se implantasse o sistema de previdência complementar. Então, como fica toda a contribuição que o servidor fez de 11% sobre sua remuneração? Como fica essa contribuição que fizeram todos esses servidores que ingressaram antes de 2003? Essa contribuição vai para o Regime Próprio e vai ser devolvida, então, se o servidor vai ter que se aposentar agora pelo teto do Regime Geral? Isso aqui revoga a integralidade e a paridade de servidores que ingressaram antes de 2003. São garantias constitucionais. Isso vai implicar, obviamente, muita judicialização. Essa revogação fere drasticamente o princípio da proteção da confiança dos atos legislativos em vigor.

Imaginem os senhores que, daqui a 2 anos, outro Congresso revogue tudo o que os senhores estão fazendo neste momento. Está havendo um debate qualificado, com a presença de todas essas pessoas, dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores, que aprovam uma emenda que modifica o regime de previdência — em tese, para o bem —, e isso, depois, é revogado, daqui a 2 anos, repentinamente, para piorar, mais uma vez. Que segurança jurídica as pessoas têm em relação à sua aposentadoria? Não há direito mais fundamental do que a aposentadoria.

Inexistência de direito à fórmula de cálculo da aposentadoria do professor ou do no RGPS conforme a regra anterior, mesmo se o trabalhador tiver a idade de corte. Essa questão da idade de corte fere inclusive precedente do STF, no caso do professor.

Mas há, contraditoriamente, uma regra de transição para aumentar a idade. Acho que isso foi feito por constrangimento, porque imaginar que o idoso que vai receber o Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS está com expectativa de vida igual à de quem não vive situação de miserabilidade não é justo. Uma pessoa que recebe benefício assistencial aos 65



anos, obviamente tem uma expectativa de vida menor. O Governo pretende aumentar para 70 anos. Há uma gradação, é verdade, dessa previsão.

E há uma gradação também para o regime dos Parlamentares. A reforma só vai se aplicar para os Parlamentares diplomados posteriormente à promulgação da emenda. Mas não há gradação para os outros servidores e não há gradação para o Regime Geral; há uma idade de corte.

Já me encaminhando para o final, essas são as regras.

Contraditoriamente ao ordenamento existente... Já há tabelas de gradação, por exemplo, para a carência das aposentadorias, no art. 142, da Lei nº 8.213, de 1991, e em seu art. 29-C, que é a tabela gradativa da soma de idade e tempo de contribuição, que também foi uma lei aprovada por este Congresso.

Em nosso entendimento, a reforma poderia se limitar, na questão da aposentadoria do Regime Geral, à soma da idade de tempo e contribuição. Se for para estimular aposentadorias com maior idade, poderia ser um sistema em que só se permitisse a aposentadoria como está no art. 29-C.

Em relação à forma de cálculo da RMI — Renda Mensal Inicial há uma questão muito grave. A forma de cálculo da RMI que está prevista na PEC se aplica inclusive para quem tem mais de 50 anos ou 45 anos. Ou seja, não há regra de transição, também, para essas pessoas estão acima de 50 e 45 anos, porque elas já vão se submeter à nova forma de cálculo. Isso também não é justo, seja para servidor, seja para regime geral.

Contraditoriamente, não há regra de transição na PEC do Teto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Encaminhe a conclusão, por favor.

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Já estou encaminhando.

A PEC do Teto previu um regime extremamente duro de controle de gastos. É justo que haja um controle de gastos, mas não houve uma previsão de transição para esse regime de 20 anos de duração, que está previsto na Emenda nº 95, de 2016. Seria uma medida interessante haver uma regra de transição para esse regime.

Trago aqui algumas experiências internacionais que falam de idade mínima e idade de referência. O Governo só implanta a idade mínima, e não implanta uma



idade de referência, que seria idade de 65 ou 63 — aí, vai ficar a cargo dos senhores —, nem uma idade mínima real, que seria a idade para as pessoas se aposentarem antecipadamente, diante de eventos como desemprego involuntário de longo prazo. Todos os países preveem essas medidas. Em Portugal, por exemplo, essa idade é de 52 anos. Não há transição.

Aqui, eu já vou me encaminhando para o final, passando essas experiências internacionais. Eu sei que os senhores, na semana passada, tiveram evento só sobre isso, mas nossa sugestão sobre transição é fazer uma inclusão de regra de restrição para o teto de gastos. Essa é uma medida importante. Em alguns países, as despesas previdenciárias foram excluídas do teto de gastos. Em alguns países, o teto de gastos só se limitou a 3 ou 4 anos — e nós estamos fixando um teto de gastos por 20 anos.

Outra sugestão é a transição na igualdade entre gêneros. O Prof. Marcos Lisboa falou de uma regra de transição que dura 20 anos para poder chegar ao cálculo. Podemos aproximar os gêneros para o futuro. A própria exposição de motivos diz que a mulher ganha 80% do que recebe o homem. Então, pode-se aproximar essa idade ideal para o futuro.

Sugerimos a transição da estipulação dos novos requisitos para aposentadoria. Aqui, inclusive, na carência da aposentadoria por idade, que vai de 180 meses para 300, pode-se fazer uma tabela de transição.

Sugerimos, ainda, a manutenção da forma de cálculo da RMI conforme a regra em vigor para quem estiver filiado no RGPS ou no Regime Próprio até a data da promulgação da emenda.

Sugerimos também a manutenção das regras de transição das emendas em vigor, o que protege a confiança do cidadão, do trabalhador e do servidor público na legislação em vigor. Se os senhores não observarem essa segurança jurídica, os senhores estarão deslegitimando a atuação do Congresso que os próprios senhores ocuparam anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, por favor.

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Aqui há algumas sugestões para o Regime Geral, que eu vou deixar nos eslaides, para os senhores debaterem.



Nós entendemos que temos legitimidade para trazer este debate, porque quase 90% dos juízes trabalham com a matéria do Regime Geral, julgando processos que envolvem o INSS. São 27 sugestões, cuja leitura e acompanhamento eu recomendo aos senhores. Depois, estou aberto a responder perguntas sobre isso.

Como reflexão final, eu trago a fala da Secretária de Direitos Humanos do Governo Federal, Dra. Flávia Piovesan, sobre a importância da segurança de direitos sociais e econômicos. Nós não podemos fazer reforma sem observar essa segurança.

Por fim, o Prêmio Nobel de Economia de 2001, Joseph Stiglitz, fala da necessidade de respeitarmos a confiança não só do empresário, mas também a do cidadão, no ordenamento em vigor.

Peço desculpas por ter ultrapassado os 20 minutos, mas há muito assunto; o tema é muito palpitante, e está incomodando a toda a sociedade essa falta de garantia, de segurança jurídica, de respeito à igualdade. Nós da AJUFE pedimos que seja observado o ordenamento em vigor.

Estamos abertos a questionamentos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Vamos seguir em frente.

Vamos ouvir agora, também por 20 minutos, o Sr. Fabio Giambiagi, Superintendente da Área de Planejamento e Pesquisa do BNDES.

V.Sa. dispõe de até 20 minutos, Sr. Fabio.

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Boa tarde a todos.

Muito obrigado pela presença.

Venho aqui numa dupla condição — e nenhuma delas é a de funcionário do BNDES. A primeira condição é a de técnico com 25 anos de dedicação ao estudo da Previdência.

Eu estou funcionário do BNDES há 33 anos, mas sou especialista em previdência. A previdência é minha vida, dediquei a ela mais de 2 décadas de estudos e me preparei para hoje, de certa forma, para fazer a palestra mais importante da minha vida.



Aqui entra o segundo aspecto. A segunda condição em que falo é na de um condutor do diálogo.

Eu sou brasileiro, nasci aqui no Brasil, mas sou filho de argentinos. Fui morar na Argentina com 1 ano de idade; fui criado lá. Sou filho da violência política da Argentina dos anos 70 — vários amigos dos meus pais desapareceram.

Eu cheguei aqui em 1976, no começo da redemocratização, fugindo daquele inferno, e via o Petrônio Portela conversando com Ulysses Guimarães. E aquilo fascinava a mim, que vinha daquele horror. Como, num contexto difícil — era uma ditadura —, era possível que os diferentes dialogassem e, dentro das dificuldades, procurassem encontrar pontos em comum e definir pontos de consenso?

Dessa forma, venho aqui, humildemente, também reconhecendo — e isso eu digo desde as minhas primeiras palestras, há mais de 20 anos, sobre o assunto — que o técnico fala — e eu venho como técnico —, o técnico sugere, mas a primazia é sempre da política. É este o espaço da decisão. É este o espaço do diálogo.

Vamos ver se conseguimos, neste debate, chegar a um denominador comum, baseados em números, pensando no futuro do País.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu vou pular, nesta apresentação, o quarto ponto, porque não há tempo.

Vou falar, inicialmente, do contexto da reforma.

Este talvez seja um dos principais dados: o Brasil estava em marcha batida rumo a um desastre. A continuidade desse tipo de trajetória de elevação da dívida pública, à qual meu amigo Marcos Lisboa se referiu, só poderia conduzir, sem a intervenção de elemento de ajuste, a um de dois cenários de pesadelo: o retorno da altíssima inflação ou o calote da dívida pública. Não há situações intermediárias, quando isso continua aumentando indefinidamente e chega-se a um momento em que o cidadão percebe que as suas aplicações no banco representam papel pintado. Em algum momento, esse posicionamento acerca das regras de pagamento terá de ser refeito.

Então, o tema da reforma Previdenciária está umbilicalmente ligado a isso aqui.



Nossa colega Denise disse que se exerce sempre o corte de gastos, o corte de gastos, o corte de gastos, como se isso fosse uma prática recorrente de diversos Governos.

Quero trazer aos senhores os números da realidade dos gastos primários do Governo Federal, desde que essas estatísticas existem — o *site* do Tesouro Nacional divulga esses dados desde o ano de 1997, mas eles são coletados pelo Governo desde 1991.

Em 1991, a União gastava 14% do PIB com gastos primários. Hoje, gasta 24% do PIB. Isso é algo associado, em parte, ao eslaide anterior e associado claramente a essa questão.

Ao retroagirmos a 1988 — quanto à Previdência há dados dos anos 80 —, veremos que a despesa do INSS era 2,5% do PIB em 1988, ano da nova Constituição. Serão 8,5% do PIB, este ano.

Senhores, o que está em discussão, resumidamente, é isso.

Daqui a poucas semanas, eu vou fazer 55 anos. Se eu não me chamasse Fabio, mas Fabiana, e se, aos 15 anos, os meus pais tivessem começado a pagar aquele carnê do INSS como contribuinte autônomo, eu poderia estar aposentado — neste caso, aposentada — há 10 anos.

Senhores, eu tenho vergonha de um País que permite a dilapidação desses recursos públicos.

Eu pedi para voltar hoje ao Rio de Janeiro — tenho um compromisso profissional amanhã cedo — num horário condizente com a realidade de quem vive no Rio — eu vou ter de sair para pegar o avião em torno das 8 horas —, porque eu tenho medo, como cidadão que mora no Rio de Janeiro, de transitar pela Linha Amarela à meia-noite, 1 hora da manhã. Nós não temos segurança, e nós permitimos que pessoas continuem a se aposentar.

A grande maioria dos meus amigos que trabalham no setor estatal se aposentou com 52, 53, 54 anos. Insisto: este é um País profundamente injusto.

Paulo Tafner, Marco, José Cechin, Marcelo Caetano, diversos outros colegas que têm se dedicado a esse assunto temos sido acusados há anos de ir contra os direitos, de defender a injustiça social. Eu pergunto: onde está a justiça social que permite esse estado de coisas? Que permite que não haja serviços essenciais



sendo providos da forma que é devida ao cidadão que paga corretamente os seus impostos e permite que pessoas situadas nos estratos superiores das faixas de renda — porque são elas que se aposentam por tempo de contribuição — se aposentem em idade precoce?

E isto não é uma questão contábil! Repito: isto não é uma questão contábil! O dado que eu mencionei não é uma questão contábil. Isto é um fato. Eu estou comparando o que se gasta com INSS, com LOAS e RMVs com relação ao percentual da receita líquida — ou seja, a receita bruta, tirando transferências.

Esse aumento está fagocitando o espaço para as políticas públicas. E eu falo aqui como servidor público, com 33 anos dedicados à reflexão sobre políticas públicas. Previdência Social é uma das políticas, mas há uma série de outras políticas que estão sendo estranguladas pelas aposentadorias precoces em nome da manutenção de uma justiça social que está levando ao canibalismo do gasto social.

Na época dourada da década passada, em que tudo aumentava, era possível aumentar receita, gasto, todos os gastos, etc., numa situação irrepetível, numa configuração zodiacal que não voltaremos provavelmente a assistir nas nossas vidas.

Quando esse mundo se extinguiu, aquilo que estava sendo lançado aparece em toda a sua crueza. E a crueza é o seguinte: hoje um gasto social está comendo outro gasto social.

Isto não é uma questão contábil! E não estou falando de coisas do futuro. Estou falando de coisas que aconteceram recentemente.

Fala-se muito na necessidade de preservar saúde e educação. Em princípio estamos todos de acordo.

Vamos olhar o que tem acontecido.

Esse é o crescimento real anual da saúde no período de 2010 a 2014, primeiro Governo da Presidente Dilma, e no ano de 2015 e de 2016 — a média tendo 2014 como base.

O crescimento da saúde em termos reais, utilizando o PIB como deflator, caiu drasticamente.



No caso da educação, tivemos queda absoluta, em termos reais, de 10% ao ano em 2015 e 2016.

O Ministério do Desenvolvimento Social teve queda de 6% devido à falta de reajuste do Bolsa Família.

Isso é exatamente aquilo que eu qualifiquei: é um gasto social comendo o espaço do outro.

Por que a reforma da Previdência é necessária? Por uma série de razões. Listo as principais: similaridade com o resto do mundo; efeitos negativos do financiamento via carga tributária para permitir esse gasto sobre o crescimento; excesso de aposentadorias precoces; isso que eu chamei de canibalismo do gasto público social.

Eu vou me permitir entremear a apresentação com uma ou duas considerações filosóficas.

Isto tem sido muito discutido à luz do conceito, da ideia de que haveria os justos de um lado e aqueles que seriam contra o povo, contra os interesses da maioria da população.

Essa é uma visão que não corresponde à efetiva realidade dos fatos.

Trago aqui as palavras de Mario Vargas Llosa, repetindo uma famosa frase do policial Javert, em *Os Miseráveis*, de Victor Hugo: *“Que fácil é ser bom. O difícil é ser justo”*. Mario Vargas Llosa, a esse respeito, diz que *“o Bem e o Mal não são, como ele sempre tinha pensado, algo rigidamente separado e reconhecível, mas caminhos que se cruzam e se afastam e às vezes se perdem um do outro sem que seja possível distingui-los”*.

Vou falar rapidamente sobre as tendências demográficas. Não quero me alongar muito, porque sobre elas o Marcos já falou.

Olhemos especificamente para este dado marcado: a proporção de pessoas com 60 anos ou mais.

No Japão, em 1970, essa proporção era de 10,6% da população; no Brasil, em 2010, era de 10,2% da população. Só que no Japão, nesse mesmo ano, 2010, a proporção era de 30,7% da população.



Então, olhemos para a trajetória do Japão nos últimos 30 ou 40 anos e teremos uma ideia do que acontecerá conosco, naturalmente sem a tecnologia japonesa.

Segundo dados da Divisão de População da ONU, o número de indivíduos com 100 anos de idade ou mais no Brasil, em 1990, era 3 mil; em 2010, 34 mil, com tendência crescente.

De acordo com dados do IBGE, os nonagenários, pessoas com 90 anos de idade ou mais, eram 284 mil no ano 2000, e seremos — se eu tiver, aos 98 anos, o privilégio de estar nesse grupo —, 5 milhões e 24 mil pessoas em 2060.

Essa não é uma questão contábil! Estamos falando de desafios concretos.

A Denise se referiu ao fato de que, como tendência, a taxa de crescimento da população idosa irá cair. Isso, a partir de determinado ponto, será verdade. Mas o que interessa na macroeconomia é a comparação dessa taxa de crescimento com a taxa de crescimento da população em idade de trabalhar. Esta distância irá se alargar. Entre 2010 e 2050, todo o crescimento do PIB terá de vir da produtividade, porque a população em idade de trabalhar, assumindo, grosso modo, a faixa de 15 a 59 anos, irá se manter estável.

É verdade! A taxa de crescimento do grupo de 60 anos ou mais irá cair um pouco.

Mas olhem para o desafio do diferencial. A população de 15 a 59 anos em 2017 — avançando um pouco mais o tempo — é de 136 milhões e, em 2050, pelas projeções do IBGE, é de 128 milhões. A população com 60 anos ou mais em 2017 é de 26 milhões e, em 2050, é de 66 milhões.

Anos atrás, o colega Paulo Tafner e eu publicamos um livro chamado *Demografia: a Ameaça Invisível*. Eu gostaria de ter errado essa previsão, mas infelizmente nós cantamos a bola. O futuro estava chegando, e ele chegou.

Esse é um desafio, independentemente de quem vier a ser o mandatário ao longo das próximas décadas. É um desafio que terá que ser endereçado, e uma das formas de endereçá-lo é reconhecer que, devido à maior longevidade, nada é mais natural do que dilatar o período de permanência das pessoas no mercado de trabalho.



Quanto à participação feminina por grupos etários como proporção do total da faixa etária, temos, grosso modo, na população como um todo, mais ou menos meio a meio de homens e mulheres, mas, devido à maior incidência de *causa mortis* na população masculina adulta, nós temos uma maior presença feminina na composição dos grupos de aposentados. Em relação aos dados já observados, no grupo de 65 anos ou mais, 57%, em 2010, era composto por mulheres, e, no grupo de 90 anos ou mais, até 68%.

Há uma série de questões-chave. Vou passar porque algumas delas já foram tratadas.

Basicamente, o que gera a precocidade das aposentadorias no Brasil são, essencialmente, dois regimes: a aposentadoria rural, que se dá, em média, para o total, aos 58 anos, e a aposentadoria por tempo de contribuição, que se dá, para o conjunto, aos 55 anos e, para a média, no caso das mulheres, aos 53 anos.

Número de mulheres aposentadas por tempo de contribuição quando começou o Plano Real: 300 mil mulheres. Pela projeção, mantendo a taxa de crescimento até um suave deslizamento, em 2017 serão 1 milhão e 800 mil pessoas.

Senhores, o número de mulheres aposentadas nestes dias multiplicou-se por 6. Não há país que suporte essa tendência definitivamente. Esta é uma variável que, em termos físicos, tem crescido a 6% ao ano nos últimos tempos.

Peço, humildemente, aos senhores: afastemo-nos do radicalismo ideológico, afastemo-nos do debate partidário. Aqui não cabe debate partidário! O que está em jogo é o futuro dos nossos filhos! Que regras nós queremos que sejam adotadas para as aposentadorias futuras? O País não terá futuro, se continuarmos a permitir isto.

Permitir aposentadorias precoces, aos 45 ou 48 anos, é algo inteiramente legítimo, natural. Ninguém rasga dinheiro. Não há nada que seja uma condenação da minha parte em relação a quem faz uso desse direito individual. Mas, do ponto de vista coletivo, isso — desculpem-me a franqueza — não faz o menor sentido. Se isso se repetir, nós seremos um fracasso coletivo.

Pela exiguidade do tempo, eu quero dedicar os últimos 3 minutos — o tempo já está se esgotando — àquilo que, na minha modesta opinião, pode ser um caminho para tentar avançar na direção de algum grau de consenso. Sou



perfeitamente consciente — ninguém é ingênuo — para entender que se trata de um tema altamente controverso. Mexer com previdência é sempre controverso em qualquer lugar do mundo.

Eu quero ressaltar que sou um defensor da reforma, mas não venho aqui em representação do Governo para defender 100% daquilo que o Governo está apresentando. Entendo que é razoável admitir, imaginar que alguns componentes dessa proposta são passíveis de negociação, e eu sugiro alguns caminhos que, num espírito de procura de consenso, poderiam ser alcançados.

Primeiro ponto: a base de 51%. Não consigo me convencer de que o Governo esteja 100% empenhado nisso. Na minha avaliação, isso é um convite à negociação, para que esse componente, ao final da negociação, passe para 55%. Ao passar para 55%, nós teremos uma situação em que uma pessoa que comece a trabalhar aos 20 anos, ao se aposentar aos 65 anos, com 45 anos de contribuição, terá direito à aposentadoria integral. Nada mais justo. Quem tiver contribuído por um número menor de anos terá uma aposentadoria menor. Mas eu indago: onde está a injustiça de fazer com que um cidadão que trabalhou 30 ou 35 anos tenha uma aposentadoria menor do que a de um cidadão que contribuiu durante 45 anos ininterruptos?

O segundo é o adicional de 10% por dependente, que faz com que, em situações muito específicas de tragédias familiares, o caso típico de um casal com 2 filhos... E, estatisticamente, as mortes precoces são mais caracteristicamente masculinas: são associadas a acidentes de carro, são associadas a infartos, e a *causa mortis* maior nessas faixas é masculina. Então, o que aconteceria pela regra do Governo? Pela regra do Governo, um casal com dois filhos teria direito a 80% do benefício.

Senhores, estamos falando de casos muito particulares. Não custa nada para o Erário estender essa possibilidade para 100% do benefício. Vamos ajudar essas famílias tragadas pelo drama da morte precoce de um cônjuge e permitir que, nessas situações, o benefício possa ser de 100% do benefício original. Por exemplo, algo natural poderia ser 10% para o primeiro beneficiário, que é o cônjuge, e 20% para cada um dos filhos.



O terceiro elemento em que se distingue a minha avaliação da posição do Governo é a vedação da acumulação de pensão e aposentadorias. Eu, há anos, junto com Paulo Tafner, o Cechin, Marcelo Caetano, etc. estamos brigando contra o princípio de que a pensão seja de 100% do benefício original. Por quê? Porque a pensão foi estabelecida, nas origens da Previdência, no século XIX, com o objetivo de fazer com que uma pessoa, no final da vida, não fique na miséria. Mas esse princípio, que é inteiramente defensável, não significa que a pessoa, ao falecer, tenha, necessariamente, que deixar 100% do benefício original. Por quê? Porque as despesas daquela unidade familiar vão cair. Essa é a base para a nossa defesa de que a pensão seja inferior a 100% do benefício original.

O Governo foi um pouco além e adotou o princípio de que não deve haver acumulação. E isso, no meu modo de ver, é algo que poderia ser repensado. Por quê? Imaginemos uma situação em que haja um casal composto por duas pessoas que, ao longo da vida, ganham mais ou menos 2 mil reais, aposentem-se com 2 mil reais e tenham uma idade parecida. Quando um dos cônjuges morre, na altura dos 80 anos, esse grupo familiar, que tinha uma renda de 4 mil reais, se valer a vedação, vai passar a ter uma renda total de 2 mil reais. Qual é o problema? O problema é que uma série de despesas vai cair — gastos com alimentação vão cair, porque um dos cônjuges falece; gastos com transporte, etc. —, mas há gastos que vão ser os mesmos: aluguel vai ser o mesmo; condomínio vai ser o mesmo; se tem duas pessoas ou uma pessoa assistindo à televisão, vai-se incorrer no mesmo consumo de energia, etc.

Parece-me, dessa forma, que seria indevido tirar dessa família 50% da renda, o que corresponderia a não haver renda, em função desse princípio. Uma alternativa poderia ser — entre zero e 100%, obviamente, há um vasto potencial de negociação — algum percentual intermediário.

Quero concluir, nos últimos 30 segundos, citando uma frase que foi dita neste recinto — provavelmente não nesta sala — e me foi relatada por alguém que a ouviu. E confesso, senhores, que faço isso com uma ponta de tristeza e — por que não dizer? — com certa desesperança, ao constatar a prevalência de alguns dos nossos grandes, enormes problemas nacionais.



Reporto-me a um diálogo em que uma pessoa como eu, um simples assessor do Ministério do Planejamento, veio à Câmara dos Deputados e apresentou uma série de projeções demográficas, apontando para a necessidade de mudar as regras de aposentadoria. Um Deputado da própria base aliada retrucou: “Ok. *Eu entendi. Eu só quero saber o seguinte: a Previdência vai estourar, mas ela vai estourar neste Governo, ou não?*”

O drama da Previdência, como os problemas ambientais, é que ela nunca estoura no atual Governo; ela sempre estoura 30 ou 40 anos depois. Mas, da mesma forma que a deterioração do meio ambiente é incessante, ocorre dia após dia, se nós não nos mexermos, esse futuro chegará.

E digo isso com uma ponta de tristeza, porque esse diálogo ocorreu em 1982. Eu estava nos bancos da faculdade. Foi há 35 anos. E...

(Manifestação no plenário: Foi o Perondi!)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos garantir a...

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Isso foi dito há 35 anos. E, como dizem na Espanha, senhores, nesse processo, “*se nos va la vida*”.

A minha vida profissional não tem muitos anos pela frente. Eu estou há 33 anos no BNDES, há 25 me dedicando aos estudos da Previdência. Tenho, para tratar do assunto, mais 5 ou 10 anos. Depois, a nova geração vai tornar irrelevante o que eu disser.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Vai se aposentar *(inaudível)*.

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Não, Deputada Jandira. Eu sou fiel àquilo que eu defendo. Não vou me aposentar cedo. Eu tenho princípios, luto por ideias, e não por partidos ou por ideologias.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Muito bem, Fabio! Muito bem!

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Existe uma ordem de inscritos. V.Exa. tem alguma questão de ordem?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Depende. Com todo o respeito, existe uma ordem de inscritos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só quero me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, eu lhe concedo 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Então, eu também quero, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não. Calma! Vou conceder, excepcionalmente, 1 minuto ao Deputado e vou seguir a ordem de inscrição. Respeitar a ordem é a melhor maneira de trabalharmos. Não inventaram outra maneira melhor do que respeitarmos a ordem.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, só quero lembrar a V.Exa. o seguinte: o último orador falou 8 minutos além do tempo, e V.Exa. foi condescendente com ele. Espero que V.Exa. aja da mesma maneira com todos os demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. estava aqui acompanhando todas as exposições? Eu fui condescendente no tempo com todos. Com todos!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas o último teve mais tempo do que o anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só para deixar registrado, não gosto de criar essas situações. Realmente fui condescendente no tempo com todos os que estão aqui presentes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está bom. Foi registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu até não vou entrar nesse...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas agora foi mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Talvez houve 1 minuto a mais, 1 minuto a menos. Mas registro: fui condescendente no tempo porque gostei muito do debate hoje aqui estabelecido e entendo que ele contribuiu muito para a nossa informação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E fez bem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, queria só uma informação de V.Exa., por favor. Só uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Pepe, então, nos informe.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Não, eu queria uma informação de V.Exa.

Na nossa reunião passada, eu havia feito uma solicitação para que V.Exa., como Presidente da Comissão, fizesse gestões junto ao Governo, que havia dito que os microdados e as memórias de cálculos das projeções de longo prazo estariam num CD. Abrimos o CD e não encontramos nada lá dentro, a não ser o material já impresso, que nos havia sido encaminhado. V.Exa. havia ficado de fazer gestões junto ao Governo para que nos fosse disponibilizado esse material.

Queria saber se conseguimos avançar nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Fiz a gestão e ainda não tive resposta. Devo lhe confessar que ainda não tive a resposta.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo? Vamos avançar.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu tenho só uma questão sobre esse tema, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, tenho uma informação para dar. Posso compartilhá-la com o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Como viveríamos sem essa informação que V.Exa. vai nos dar?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sim, porque fui o autor do requerimento aprovado pela unanimidade dos membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos lá!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sabe qual é o problema? Quando estive aqui, na quinta-feira passada, o Secretário de Previdência do Ministério do Planejamento, ele disse que havia recebido o requerimento há 1 dia. A Mesa da Câmara segurou isso por 30 dias, Sr. Presidente. É por isso que não veio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não acredito nisso.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, só para esclarecer...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, o meu também. Eu entrei com um requerimento de informação no dia 16 de fevereiro, mas só foi encaminhado no dia 16 de março. É a mesma situação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Se houver alguma dúvida, basta consultar o Secretário da Comissão, que sabe a história de cabo a rabo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, consulte a Mesa da Câmara, porque são eles que encaminham os requerimentos. O meu foi encaminhado 30 dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Farei a consulta, não a quem de direito, mas a quem de obrigação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - A Câmara emitiu no dia 16 de março.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Temos de verificar a verdade. É grave isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Mas 16 de março, Sr. Presidente? Chegou, portanto, ao Ministério na segunda-feira ou na terça-feira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É para chegar depois da votação. V.Exa. não entendeu?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Estão enganando a nós e a eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Ivan Valente, conclua esse pré-debate com a manifestação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sobre essa questão, Sr. Presidente, vários membros da Comissão informaram a V.Exa. e ao Relator que o Governo não estava oferecendo os elementos, os dados do cálculo atuarial. Eu fiz outro caminho e entrei com requerimento de informação junto à Mesa da Câmara dos Deputados.

O procedimento regimental desse requerimento é o seguinte: entramos, como qualquer Deputado sabe, com o requerimento junto à Mesa da Câmara; a Mesa da Câmara despacha o requerimento ao Ministério correspondente, no caso, o da



Fazenda; o Ministério da Fazenda responde; e a resposta é devolvida ao Parlamentar.

Olhem o que fez o Governo: o Governo mandou para cá um documento em resposta a mim, mas não ao meu gabinete. Ele era em resposta a mim, ao Deputado Ivan Valente, mas foi encaminhado à Comissão toda aqui. É essa a resposta de V.Exas.

Só que o meu questionário tinha 17 perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. já se referiu a isso na semana passada.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pois é. Mas acontece, Sr. Presidente, que eles não mandaram as respostas ainda.

(Não identificado) - É verdade. Não mandaram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Aí é que está a questão. Eles mandaram um documento, mas não responderam ao questionário.

Então, estou comunicando a V.Exa. — e V.Exa. faça as gestões — que estou entrando de novo com as perguntas junto à Mesa da Câmara. Se não responderem em 1 mês, isso é crime de responsabilidade do Governo. Isso é constitucional e é regimental.

O Governo está nos tapeando. Eu acho que o depoimento da Dra. Denise Gentil aqui é esclarecedor, porque existe um grande debate sobre o cálculo atuarial. Aliás, não sei inclusive em que cálculo, em que modelo os outros debatedores se basearam. Eu queria entender. É até bom que eles falem depois sobre isso, porque não falaram a que modelo atuarial se referiram, como o senhor que é especialista em Previdência e tal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Já está registrado. Só peço que, assim que V.Exa. apresentar seu requerimento à Mesa, comunique à Mesa da Comissão também, para que possamos contribuir no sentido de que suas dúvidas sejam esclarecidas.

Vamos em frente. O primeiro inscrito é o Deputado Lelo Coimbra, como Relator.

A palavra é de V.Exa., Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*



Estão encerradas as inscrições. Alguém que esteja presente não se inscreveu?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, enquanto isso, V.Exa. poderia esclarecer algo? O Relator oficial...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, há relatoria especial?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Um momento. Alguém que esteja presente não se inscreveu? *(Pausa.)*

Então, estão encerradas as inscrições. São 26 inscritos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Leia o nome dos inscritos, Sr. Presidente, porque fica mais fácil. Eu sou o de nº 12?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, V.Exa. é o de nº 12.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Veja bem, não tenho nada contra em se ter uma relação fraterna e respeitosa com o Deputado Lelo. Mas essa prioridade para a palavra do Relator é para o Relator da matéria, senão a Mesa, ao escolher quem vai ocupar a vaga do Relator a cada reunião, escolhe quem vai falar primeiro.

Então, V.Exa. me perdoe. Não é nada contra a pessoa do Deputado Lelo, pois poderia ser qualquer outro ali. Mas não pode um Parlamentar que não seja o Relator usar da prerrogativa do Relator para falar antes de todo o mundo. Isso está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, entendo a sua consideração como uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Respondo da seguinte forma...

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, antes de V.Exa. responder, só quero registrar que essa posição já foi ocupada por mim em outro momento e que essa conduta foi adotada em outro momento exatamente igual.

E nem o carinho de V.Exa. por mim, Deputado Alessandro Molon, permitiu que fizesse essa questão de ordem à época.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Honestamente não reparei nisso, Deputado Lelo Coimbra. E digo isso honestamente. Podia ser...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vou responder da forma regimental.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, há Sub-Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No caso, o Regimento me permite designar um Relator *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - E na semana passada falaram os dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E esse Relator nomeado *ad hoc* pode, obviamente, falar de forma antecipada por estar exercendo essa função.

Concordo com outra situação: a de que, em chegando o Relator, S.Exa. não falará nessa condição. Certo?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O.k. De acordo, Sr. Presidente. Quero que fique claro que não é nada contra o Deputado Lelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Então, vamos fazer dessa forma, sempre seguindo o Regimento. Positivo?

Vamos em frente. Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - V.Exa. me atendeu Sr. Presidente. Da vez passada, reclamei sobre isso.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Sr. Presidente, queria que V.Exa. me nomeasse Relator *ad hoc* um dia também. (Risos.)

(Não identificado) - V.Exa. precisa adotar outro Relator também. Adote, não só *ad hoc*.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente, seguindo adiante, queria inicialmente saudar o Marcos, a Denise, o Victor e o Fabio, na ordem em que foram chamados para a mesa.

Quero fazer um registro, aproveitando para não perder uma brincadeira com o Fabio, que começou sua fala dizendo que foi muito criticado a vida toda, por suas defesas em relação ao tema da Previdência. Mas ele concluiu sua manifestação de tal modo que deverá receber um troféu de muitos daqueles críticos, inclusive de



muitos aqui presentes, ao abrir o debate em relação às possibilidades de negociação saudável.

Estou fazendo só uma brincadeira. Mas queria saudar todos.

Queria fazer alguns comentários. Estamos na 13ª audiência, realizamos um seminário e ouvimos 73 pessoas, incluída a Mesa de hoje. Tenho me reunido com grupos que me procuram para tratar sobre a reforma da Previdência. Todos afirmam da necessidade de reforma da Previdência. Não ouvi de ninguém algo em contrário. Só que, ao final, dizem: *“Mas desde que eu esteja fora, desde que o grupo que represento esteja fora”*. Nas audiências que fiz, nas interlocuções que fiz, ouço isso com muita frequência, o que me chama a atenção.

É lógico que todos eles dizem falar em nome do conjunto da sociedade. Mas, na realidade, eles não estão falando em nome dos 63% que se aposentam com 1 salário mínimo, não estão falando em nome dos 13% que se aposentam com 1 a 3 salários mínimos e nem estão falando em nome dos 8% que se aposentam com 3 a 5 salários mínimos. Na realidade, eles estão buscando um subterfúgio para não dizer o que não se quer discutir, que são os privilégios *versus* o conjunto do interesse da sociedade. Esse é o grande paradoxo dos debates de que participei ao longo desse período e nas audições que tenho feito. Isso me chama a atenção.

Na Mesa de hoje, a Profa. Denise traz de volta o tema que o Deputado Delegado Waldir, no debate com o Ministro do Planejamento, abordou há duas quintas-feiras. É a mesma informação, é o mesmo debate, com uma característica distinta, com uma defesa que, primeiro, não contabiliza a Previdência dos servidores públicos na sua conta e, segundo, faz um esforço em dizer que não se deve discutir os gastos, que se deve discutir a receita. Tal frase, se trabalhada como uma frase símbolo, ficaria assim: *“Esqueçam o controle de gastos. Deixem tudo como está e vamos aumentar as receitas”*.

Aí vamos para as receitas que se propõe que sejam aumentadas. Elas são uma ficção. Na minha manifestação, eu falei isto para o Valdir, quando aqui estive: *“É como se se estivessem oferecendo um pote de ouro no fim do arco-íris”*. Essa fantasia, vivemos na infância quando nos contavam histórias. Mas, na vida real, isso não existe, esse pote de ouro não existe. O que existe é um cenário que foi muito bem apresentado, mas no qual se esquece do debate da democracia, se esquece



da progressão da curva da Previdência, se esquece da resposta que o mundo tem dado a este tema, se esquece da referência com o PIB.

Esses elementos estão muito presentes no nosso debate. É preciso deixarmos de maneira clara quem defende o quê, como está defendendo o quê. Na realidade, a pessoa defende alguém que está à distância, mas num formato narrativo de defender a sua própria posição, que está entre os 16% daqueles que são necessários terem revistos os procedimentos de aposentadorias e pensões.

Vejam Lula, Dilma e FHC. O FHC buscou reformar; o Lula não trabalhou nessa perspectiva com afinco, pois estava numa situação muito privilegiada; a Dilma fez alguma movimentação. Mas há um fato que é interessante ser lembrado. Já falei isso em outros lugares, inclusive falei com o Deputado Arlindo, se não me engano. E falo isso como um depoimento de quem viveu a situação. Quando FHC tentou fazer a reforma da Previdência, ele chamou lideranças do PT e lhes disse: *“Deixem-me fazer o que precisa ser feito. Eu não tenho perspectiva de poder. Vocês terão. E, se eu o fizer, vocês não precisarão fazê-lo”*.

Aqui está o Marcos, que participou do primeiro Governo do Lula. Não foi, Marcos? O Marcos foi assessor da área econômica no primeiro Governo do Lula.

Isso naturalmente não foi obedecido. Mas, quando Lula entrou — eu presenciei, estou falando de coisas que presenciei —, um dos assessores do Lula, na sua presença e na presença de outras pessoas, disse: *“Nós deveríamos ter ouvido Fernando Henrique. Deveríamos ter feito oposição, mas não atrapalhado, para que o projeto pudesse ser votado e aprovado. E nós não estaríamos com esse problema neste momento”*. Essa frase foi dita em 2003, 2004.

Portanto, estamos diante de um grande desafio e temos que saber resolver um problema aqui e agora será importante para o futuro, até mesmo pelo pragmatismo da perspectiva de poder, se for o caso. Mas há somente esse motivo, pois os dados e as informações são absolutamente relevantes e precisam ser estabelecidos.

Por fim, há um tema que está fora dos nossos debates aqui e que preciso lembrar: os recursos públicos e a sociedade. Se você pegar curva e não discutir o tema da Previdência, mas aquilo que está sendo oferecido para investimentos em benefício da sociedade, isso vai diminuindo até desaparecer.



Estamos discutindo, com relação aos que estarão se aposentando, o grupo público especialmente, como pegar esses recursos e subtraí-los para todos nós. A sociedade está fora dessa discussão. A sociedade — que se diz representada pelo discurso que tem sido feito — está fora dessa discussão porque, em 2024, se seguirmos a curva que está colocada, ela não terá recurso da receita de arrecadação anual da União para ser investido em seu benefício, em obras e investimentos públicos. Essa grande maioria está excluída das narrativas que aqui estão sendo feitas, daqueles que acham que a Previdência não deve ser trabalhada.

Por fim, este é o momento para o Brasil que foi levado ao chão. Agora temos a oportunidade de realizar reformas capazes de nos dar sustentabilidade para o futuro e de olhar não só para a Previdência, mas também para os interesses coletivos da sociedade, que precisará que os recursos públicos sejam usados em seu benefício. Essa é uma preocupação sobre a qual acho que devemos nos debruçar.

Na semana próxima, tudo indica que teremos um relatório para ser apresentado e debatido, a seguir a dinâmica da Comissão. Aí vamos ter um grande debate final na Comissão, envolvendo debate e voto. E acho que tais temas, nesses conceitos e referências que estão sendo postos, serão trazidos de volta, para o nosso debate e para as nossas decisões finais.

E peço ao meu amigo carioca que, na próxima vez — acho que não haverá uma próxima vez, pois vamos para o debate final —, possamos estar mais juntos.

Um abraço e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos, então, iniciar as manifestações dos Srs. e Sras. Parlamentares, convidando o Deputado Heitor Schuch, que utilizará o tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHUCH - Obrigado, Presidente Carlos Marun. Saúdo V.Exa., o Relator, os palestrantes e os colegas Deputados.

Confesso que a ausência reiterada do Relator me dá susto e medo. Temo que S.Exa. vá aparecer aqui, amanhã ou depois, com um relatório da cabeça dele e como a vontade do Governo.

Queria, Presidente Marun, trazer duas manifestações que recebi por escrito. Uma é da Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do Rio Grande do



Sul, portanto, uma entidade patronal, que manifesta claramente que o cálculo do benefício da aposentadoria que é feito e apresentado na PEC nem a eles agrada. Eles sugerem inclusive modificações para o cálculo do benefício da aposentadoria, que sejam considerados apenas os 80% dos maiores salários de contribuição e não os 100%.

E eles vão mais longe, para minha surpresa — entidade patronal —, sugerindo que, para a relação do cálculo do benefício da Previdência, dos 51% mais 1% a cada ano de contribuição, seria mais adequado partir de 58%, com base nos 80 maiores salários.

Ou seja, enquanto nós da representação dos trabalhadores colocamos uma série de empecilhos nessa PEC, o fato de entidades patronais fazerem essas manifestações acende ainda mais a luz amarela no sentido de rediscutirmos algumas questões. E a manifestação que eles fazem aqui é a de que muitos têm baixos salários no início da vida ocupacional, o que causa forte impacto sobre o valor do benefício.

Quero passar esses documentos para o nosso Presidente depois.

Recebi também o documento de um grupo de sindicatos patronais, de uma federação patronal do Rio Grande do Sul, que diz:

Inicialmente pensamos que a reforma previdenciária para o homem do campo não pode ser tratada da mesma forma do que o trabalhador urbano, por serem duas realidades completamente distintas.

E segue dizendo: “Quanto à idade, é impossível que se aumente tão radicalmente a idade, especialmente para a mulher do campo, em 10 anos de contribuição (...)”.

Deixando isso de lado, queria dizer que, se aprovada essa PEC 287, senhores, vamos ver os aposentados como uma espécie em extinção num futuro muito próximo no País.

Se olharmos o que foi publicado pelo jornal *Valor Econômico* nos últimos dias, vemos uma reportagem sobre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que diz que o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH brasileiro estagnou, sem progressos e de forma desigual. Estamos atrás do Chile, da



Argentina, do Uruguai e até da Venezuela. Diz o jornal: *“Especialistas receiam que a tendência do Governo em priorizar o crescimento econômico para posteriormente melhorar os indicadores sociais agrave o quadro”*.

Tenho aqui inclusive uma manifestação do Prof. Flávio Comim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS, que defende investimentos na oferta de saúde e educação à população, para melhorar o IDH.

Fala-se nessa questão da idade mínima, reiteradas vezes abordada aqui. Quero dizer que sou agricultor de profissão. Trabalhei na roça até os 25 anos de idade e sei o que é estar lá no frio da geada, carregando frango na madrugada, plantando tabaco, seja no granizo, nas intempéries ou na seca, sem ter salário fixo, nem carteira assinada, nem Fundo de Garantia, nem férias, nem 13º salário.

Os trabalhadores rurais têm idade mínima — não se esqueçam disso: para o homem é 60 anos e para a mulher é 55 anos. E todos, independentemente de quanto contribuem ou se produzem muito ou pouco, ganham 1 salário mínimo.

Aprovar a PEC é postergar a idade mínima para a aposentadoria das mulheres rurais em 10 anos. A última aposentadoria será concedida em 2027, para quem tem hoje 45 anos, somados os 10 anos a mais. De 2027 a 2037, serão 10 anos em que nenhuma trabalhadora rural, nenhuma mulher terá a idade mínima para requerer o benefício. Portanto, serão 10 anos sem nenhuma mulher conseguir se aposentar.

Dentro desse cenário, quero concluir com duas perguntas, Sr. Presidente. A primeira pergunta faço ao Dr. Marcos Lisboa: com essa possibilidade de uma moça que hoje tem 15 anos se aposentar após 50 anos de contribuição, quando tiver 65 anos, quem o senhor acha que vai ficar no meio rural, quem vai ficar no campo?

A segunda pergunta faço ao Dr. Fabio. Não há nada mais injusto no Brasil do que a Previdência Social, até porque a PEC não vai corrigir nada de errado para trás. Vai continuar *“tudo como dantes no quartel de Abrantes”*. O senhor acha certo que, enquanto os seus colegas — que o senhor disse que se aposentaram com 53 anos — estão em casa, recebendo seu soldo mensalmente, tudo bonitinho, uma mulher vá ter que esperar até os 65 anos, trabalhando na roça, para chegar a ganhar 1 salário mínimo?

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao segundo inscrito, o Deputado Edmilson Rodrigues, que soma o tempo de Líder pelo PSOL.

V.Exa. tem 8 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, em primeiro lugar, V.Exa. permitiu que vários Deputados, no início da reunião, se manifestassem. Eu apelei contra isso, mas tenho um grau de disciplina que, às vezes, me incomoda. Tenho que ser mais rebelde como já fui.

V.Exa. anunciou duas audiências, uma com o Marcio Pochmann e outra com o Ministro, e não respondeu à seguinte questão feita por mim, em nome da nossa bancada e até de outras bancadas: se a base dessa proposta do Governo, na nossa avaliação, criminosa, é o argumento do equilíbrio fiscal, por que não realizar um debate aqui que trate especificamente desse tema? Há propostas de nomes, que o Governo pode indicar. Propusemos a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, a Dra. Maria Lucia Fattorelli, que poderia aprofundar um aspecto da fala da Dra. Denise Gentil, a que ela infelizmente só pôde fazer referência, porque é uma abordagem complexa.

Então, tínhamos que enfrentar isso. O que está havendo? É medo do Governo de ter os dados relacionados à dívida pública tão desmoralizados quanto os dados que foram desmoralizados por inclusive não terem sido apresentados aqui — e desmoralizados de forma brilhante? E nenhum outro que segue aqui o raciocínio neoliberal, esse raciocínio que leva a aumentar a miséria dos pobres, sempre com mais lucros e riqueza acumulados na mão de uma minoria, consegue questionar isso. Nem o Líder do Governo nem ninguém vai dizer que recebemos os microdados aqui, para processar com as nossas assessorias e fazer o mínimo de esforço para acompanhar este debate. A rigor, estamos aqui servindo de bobos.

Mas há uma explicação: é que o Governo fraco, com 4% de aprovação popular, ainda tem maioria aqui, mesmo que saiba que está perdendo base no caso da Previdência, é claro. Aí ele tentou o engodo daquele recuo em relação aos Estados, quando sabe que a Constituição é impositiva. Ou será que teríamos aqui um regime geral avacalhado, que só serve para alguns da República? Então, eles sabiam disso.



O Deputado Major Olimpio entendeu na hora que iriam tirar daqui, por exemplo, a bancada de policiais e outros representantes partidários que não aceitam essa reforma. Há Deputado que fala aqui que aposentado é vagabundo remunerado, mas que não consegue mais ir lá para o seu Município no Rio Grande do Sul, porque é capaz de apanhar quando chegar ao aeroporto. Não consegue ir lá porque há cartaz em tudo quanto é lado mostrando isso. E hoje muitos pobres já têm acesso às redes sociais e podem comprovar as atrocidades que são faladas aqui, para se justificar uma proposta injustificável.

Então, queria parabenizar a nossa querida economista Denise Gentil — aliás, minha colega há muito tempo — pela brilhante exposição e pela demonstração humilde e sábia de compromisso com este País, um verdadeiro compromisso.

Alguns dizem que não estão aqui em nome de ideologias, mas fazem um discurso totalmente baseado no chamado pensamento único e não têm coragem de confessar que são guiados pela agenda de Washington. Até o Banco Mundial já percebeu a desgraça que representa essa agenda de ajuste fiscal imposta a Estados como o Brasil e outros subdesenvolvidos. Mas aqui me parece que as pessoas não conseguiram perceber o potencial destrutivo do neoliberalismo.

Aí não dá para falar em ganância, para tirar dinheiro do pobre. É ou não é verdade que quem contribui é dono do patrimônio? No raciocínio capitalista, é. Só que, pela lógica, o cidadão não vai poder herdar, por exemplo, a contribuição da esposa, do companheiro. Então, nega-se até um princípio do capitalismo. Se a pessoa contribuiu por 30 ou 40 anos, por que negar o direito a esse acesso ao companheiro viúvo ou à companheira viúva?

É verdade ou não é verdade que se estabeleceu duração limitada e provisória para pensão por morte, a depender da idade? É verdade ou não é verdade que exatamente as pessoas portadoras de deficiência e os idosos vão receber menos do que um salário mínimo? É verdade ou não é verdade que, por essa regra, os servidores públicos que ingressaram até fevereiro de 2013 já estão no limite do que o INSS permite?

Então, doutor, sei que há aqui uma presença técnica, um compromisso com o País. Mas é claro que há aqui a representação dos interesses corporativos. Como, no capitalismo, a mais-valia tem que estar no centro da nossa preocupação, acho



que o País pode ser menos injusto pagando salários mais justos para certas categorias e até contendo o crescimento de algumas. É verdade que há desembargador que ganha 200 mil reais. Isso é inaceitável num país como o nosso, onde um professor universitário com pós-doutorado nunca alcança, na aposentadoria, 20 mil reais. Isso é injusto com a camponesa, que vai trabalhar até os 65 anos, quando, aos 40 anos, já aparenta ter 65 anos, porque, desde os 2 ou 3 anos de idade, está pegando sol, ajudando no plantio e na colheita. Isso não é a realidade brasileira?

Então, quem tem amor por este País e tem compromisso com o nosso futuro não pode defender isso.

Tenho que ser honesto, por isso, não vou fazer fofoca fora. Dr. Fabio, a sua área, o BNDES, tem uma contribuição enorme a dar ao nosso País. Como, daqui a 2 dias, o Ministro, que representa o capital financeiro, vai explicar por que o alvo são os pobres? Aliás, há 3 anos, o Ministro Meirelles já havia se aposentado com mais de 700 mil reais mensais de renda, não é nem salário.

Mas o argumento é sobre os que ganham um pouco mais dentro da máquina do Estado. Quem ganha muito? São algumas carreiras de Estado, é verdade, e alguns executivos de empresas privadas, como a Vale, que alcançam salários um pouco maiores. A grande maioria dos que precisam desse sistema, que não podem ver esse sistema ser destruído como alguns aqui defendem, recebe um salário mínimo. Então, vamos parar com esse discurso.

Diz o Relator: *“Porque eu tenho amigo que se aposenta com 40 e, às vezes, chega a 50 ou 52”*. Mas houve uma reforma no Governo de Fernando Henrique e uma reforma no primeiro Governo do Lula, aliás, que gerou a expulsão de Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro. E depois saímos do PT eu, o Ivan e outros, por divergência fundamental programática, tendo a Previdência como uma questão central.

Eu que sou professor da rede pública perdi, por exemplo, a minha aposentadoria especial há apenas 5 anos. Mas o professor universitário, como eu também, perdeu totalmente o direito a aposentadoria especial.

Estamos falando de que país aqui? Na verdade, quando se fala que há uma gastança social, é claro que, numa conjuntura como esta, a relação entre o PIB e os



gastos com a Previdência ficou desequilibrada. É claro isso, pois estamos num período longo de recessão, com queda do PIB industrial de algo em torno de 17%, segundo informação da própria Dra. Gentil em outra palestra. Mas existe mais de 1 trilhão de reais na conta única do Governo no Banco Central.

E continuamos, agora chamando de PPP, dando outro nome, através do BNDES, a financiar os grandes oligopólios do Brasil. Sabem para quê? Para ajudar na desindustrialização do País, na reprimarização da economia.

E aí falamos que não acreditamos no aumento de produtividade. É claro, porque a ideologia é essa, é David Ricardo que serve de referência econômica para cá, com as vantagens comparativas. E qual é a vantagem do Brasil? É vender todas as suas riquezas e todos os seus recursos, até o nióbio, até a água, tudo.

E sabem o que mais? O que não se tem é respeito à vida humana. Nós perdemos o direito de envelhecer. É um crime tentar impedir que este País se desenvolva, porque um país que se desenvolve respeita a sua população idosa. É um absurdo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Deputado Major Olimpio.

S.Exa. é o segundo Líder inscrito e vai utilizar os 4 minutos da Liderança, mais os 5 minutos para discussão. S.Exa. tem, então, 9 minutos, mais os 30 segundos já lançados no seu tempo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de cumprimentar os painelistas desta tarde, que muito contribuem para nossa tentativa de discussão da PEC do extermínio, que é a PEC 287.

Vejo, com muita tristeza, que hoje foi como o dia em que fizemos o painel sobre a questão da aposentadoria da mulher, quanto eu até disse às autoridades e personalidades que aqui estavam que a importância também dada pelo Relator às mulheres foi exatamente nenhuma. Ainda foi dito por quem presidia os trabalhos — não sei se foi V.Exa., Deputado Carlos Marun — que o Relator estava em quatro outras audiências. Então, se não há uma audiência com um tema que seja relevante para o Relator, ocorre essa circunstância de termos de nomear um Relator *ad hoc*



para fazer um pronunciamento, e não questionamentos que sejam pertinentes ao tema que está sendo apresentado.

Dra. Denise Gentil, eu não a conhecia, só tinha lido os seus trabalhos. Mas dou-lhe meus parabéns pelo que está fazendo e está tentando fazer: dar luz à população brasileira sobre essa farsa que fica mais do desmontada, com todo o respeito ao Dr. Marcos Lisboa e ao Dr. Fabio Giambiagi.

Digo “farsa” porque continuamos a não ter os dados que precisamos em relação à situação real dos gastos previdenciários ou das receitas e despesas da Previdência. Quanto aos microcálculos que nos chegam, os meus são só os dos rins, porque tenho problema de microcálculos e, vira e mexe, tenho que tomar buscopan e soro na veia. Possivelmente os microcálculos a que vamos ter acesso aqui serão só para os rins. Isso é um vexame.

Quando o Governo diz que não vai gastar 500 mil reais para esclarecer a população, ele está dizendo de passivos a que não dá para se chegar. Aí eu fico com os dados da Dra. Denise, fico com o posicionamento do Dr. Victor.

Esclareço que há juízes ou promotores no País que podem receber verbas indenizatórias ou de acumulação de função. Mas não há um teto constitucional. E é bom que fique esclarecido que foi estabelecido um regramento na Constituição, que temos que aperfeiçoar. Ninguém é contrário a esse aperfeiçoamento.

Ouvi falarem algumas coisas como se fosse um absurdo a aposentadoria. O Dr. Fabio falou: *“Olha, se eu fosse a Fabiana e tivesse essa idade, já poderia aposentar”*. Dr. Fabio, quem vem trabalhando há 30 anos no País e faz os seus recolhimentos pode fazer jus, sim — e sem ter vergonha nenhuma —, à sua aposentadoria.

Digo isso pela minha origem no serviço policial. Enquanto qualquer trabalhador do Regime Geral de Previdência trabalha 54 mil horas, um policial com 30 anos de serviço trabalha minimamente, se não tiver nenhuma hora extra, 62 mil horas. Então, é preciso que esclareçamos, sim, a população sobre a verdade.

Está tão perdida a coisa aqui em relação a essa PEC nº 287 que, na semana passada, o Governo disse: *“Estão fora da reforma da Previdência os servidores estaduais e municipais”*. Opa, eles estão fora disso? Mas, nesses cálculos que são inabaláveis, não havia previsão em relação à previdência dos Estados?



Ontem houve uma manifestação do Presidente, após um lauto almoço no domingo, na casa de um dos Parlamentares, junto com o Presidente da Câmara, o Presidente do Senado e o Relator — não sei se o nosso Presidente participou dessa lauta refeição, acho que não. Estabeleceu-se o seguinte: *“Olha, nós já demos um passa-moleque e agora vamos voltar atrás. Vamos dizer que, no art. 40, vai entrar, agora no relatório, exatamente que os Estados e Municípios terão 180 dias após a promulgação da PEC para fazerem a sua reforma, sob pena de ser cumprido o mesmo regramento para o Estado ou para o Município, se não o fizer”.*

Gostaria de lembrar aos Parlamentares, aos servidores dos Estados, a todo o mundo que também está tramitando nesta Casa o PLP 343/17, que fala do Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, que será formado por lei ou conjunto de leis. Estou falando isso para que os servidores municipais e estaduais continuem a sua uma mobilização, estejam juntos para derrotarmos essa PEC do extermínio. Esse projeto diz no seu art. 2º, item II:

Art. 2º.....

§ 1º.....

I -.....

II - a elevação da alíquota de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores ativos, inativos e pensionistas para, no mínimo, catorze por cento e a instituição, se necessário para financiar o Regime Próprio de Previdência Social, de alíquota previdenciária extraordinária e temporária.

Temporariamente por 1 ano, 2 anos, 3 anos, 10 anos ou 30 anos? Não se está estabelecendo o laço da temporariedade. Ainda podem ser estabelecidas alíquotas superiores aos 14%.

Depois vamos ao art. 8º, que diz:

Art. 8º Ficam vedados ao Estado durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal:

I - a concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros dos Poderes ou de órgãos, de servidores e de



empregados públicos e militares, exceto aqueles provenientes de sentença judicial (...);

II - a criação de cargo, emprego ou função (...);

III - a alteração de estrutura de carreira (...);

IV - a admissão ou a contratação de pessoal, a qualquer título (...);

V - a realização de concurso público (...);

VI -

VII - a criação de despesa obrigatória de caráter continuado.

Então, só quero dizer que o Governo está completamente perdido e sabe, a cada momento, que vai ser derrotado em plenário. Com relação a essa teoria do apocalipse que nossas duas autoridades, o Dr. Marcos e o Dr. Fabio, trouxeram, fico mais com a fala do Deputado de 1982, que disse: *“Toma cuidado com o que vai acontecer em 80, no mês que vem.* E, 34 anos depois, não se discutiu isso.

Enquanto não tivermos os dados concretos, enquanto ficarem com essa desconsideração até com nossa condição de Parlamentares... Eu pediria o apoio aqui dos Deputados, porque fiz um requerimento à Mesa para saber quem são os 502 Deputados aposentados da Câmara e quem são as 497 pensionistas. E até agora a Mesa não me informou isso. Se lá os Ministérios não respondem constitucionalmente aos requerimentos dos Parlamentares, imaginem uma informação dessas, que é extremamente preciosa para a sociedade, assim como as formas de aposentadoria daqui.

Mas eu encerro as minhas considerações dizendo que, mais do que nunca, nós estamos mobilizados para demonstrar exatamente essa farsa que está se engendrando, falando-se num passivo sem base. O próprio Governo apresenta uma projeção de PIB e o percentual até 2060, colocando a alíquota e a previsão do déficit, mas, ao se fazer uma regra de três simples, quando ele mostra qual é o percentual no regime próprio de Previdência, dá um número completamente diferente. Quando ele faz o mesmo percentual do PIB em relação aos regimes próprios, apresenta um número completamente diferente.



Nós estamos esperando o Sr. Meirelles de braços abertos. Pode ser na madrugada, no sábado. Era para ser na quarta-feira, porque nós tínhamos muito mais atenção dos próprios Parlamentares. Vamos fazer na quinta-feira. Nós estaremos aqui, vamos prestigiar a Casa e vamos questionar o Sr. Meirelles, perguntar de que lado da população ele está e saber do altruísmo dele em relação a favorecimento do setor financeiro, dos planos de previdência privada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço-lhe que conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Vou concluir, Sr. Presidente.

Como já demonstraram aqui, o Sr. Marcelo Caetano recebe 50 mil reais por mês e mais 10 mil reais porque recebe da BRASILPREV como conselheiro. Veio aqui o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, que recebe mensalmente — aí, sim, Dr. Victor, não é como os juízes — 80 mil reais. Essas são as pessoas que estão dizendo que estão se sacrificando pelo País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra ao próximo Deputado inscrito, o Deputado Davidson Magalhães, pelo tempo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero parabenizar quem fez as apresentações, porque vão esclarecendo pontos do debate.

Inicialmente quero destacar a fala do Sr. Fábio pela crítica implícita que fez ao Presidente Michel Temer, porque ele não teve coerência. Ele se aposentou aos 52 anos, com 30 mil reais de aposentadoria, e agora está propondo ao povo brasileiro aposentadoria aos 65 anos. Portanto, eu lhe parabeno pelo menos pela coerência ideológica que não teve o Presidente que está propondo essa medida amarga para o povo brasileiro.

Em segundo lugar, quero falar do debate que foi apresentado, primeiramente pelo Sr. Marco Lisboa. Não vamos entrar na discussão do déficit, porque esse debate o Governo já perdeu, porque ficou mais do que comprovado o problema da origem do déficit. Não é déficit da Previdência. Pode haver déficit do Governo, das contas públicas, e aí se faz a abertura de outro debate que leva em consideração



um conjunto de outros fatores, inclusive o pagamento da dívida interna e como se dá esse processo.

Um aspecto do debate é a questão da sustentabilidade do sistema. Ora, vai-se fazer um debate sobre a sustentabilidade do sistema. O que projeta a sustentabilidade ou não do sistema? É o cálculo atuarial desse sistema, são os elementos que o compõem. Aqui ninguém vai repetir o erro de Malthus, que achava que a população crescia de forma geométrica, e os alimentos cresciam de forma aritmética. Depois houve a primeira e a segunda Revolução Industrial, e caiu esse conceito.

Pegar apenas o crescimento populacional, a pirâmide, e mostrar isso sem discutir o cálculo atuarial, desculpem-me, mas é uma discussão primária. Nós precisamos levar em consideração os elementos que compõem esse debate, como formalização do trabalho. Diversas variáveis entram na composição disso: mercado de trabalho, comportamento da economia. É possível até que vocês não tenham tido acesso a esses elementos que eu destaco — se nem o Governo tinha —, mas eu acho que esse era o debate que deveria ser feito.

Infelizmente, o Relator não está aqui. Eu acho que ele deve estar incomodado com as manifestações que estão ocorrendo em Guanambi, no interior do Estado da Bahia.

Mas esse é o debate. Tinha que ser aberta aqui a discussão sobre se o cálculo atuarial está certo ou errado, porque nós iríamos discutir concretamente se esse sistema é sustentável, as variáveis que o Governo apresenta.

A Dra. Denise Gentil apresentou aqui elementos que, se o Governo está apresentando para o debate, são de uma falsidade ideológica... Trata-se de crime de responsabilidade apresentar esses elementos para este debate, porque eles distorcem de maneira vil o resultado da equação, e, efetivamente, nós não temos uma sólida discussão.

Esses microdados são brincadeira! Desde o primeiro debate, quando se discutiu a existência de déficit da Previdência, onde estão os elementos? O sistema é insustentável ou sustentável? Onde estão os elementos? Senão fica um debate...

Senão, sinceramente, por mais que se queira dizer: “*vamos pensar no País, não vamos pensar em problemas ideológicos*”, fica um debate ideológico, fica fé. O



que foi apresentado aqui é um sistema de defesa de fé. “*Eu tenho fé em que a confiança vai levar a isso, eu tenho fé em que o sistema vai levar a isso*”, mas a realidade está mostrando o contrário.

O que eu posso dizer é que todos esses países se desenvolveram e chegaram aonde chegaram porque têm plano de desenvolvimento, diferentemente do nosso País hoje, que não tem um projeto de desenvolvimento nacional, não pensa na perspectiva de seu desenvolvimento. Ele está entregando agora a área de fornecimento da cadeia de petróleo e gás, está abrindo a economia, entregando completamente todos os outros setores.

Aliás, a crise tem um elemento importante que foi a Operação Lava-Jato e que ninguém considera. Como se desestrutura uma unidade produtiva de petróleo e gás da engenharia civil no Brasil, e esse elemento não entra na discussão sobre a crise? Esse elemento é gravíssimo na crise. Nenhum país no mundo suportaria isso: são quase 15% a 20% do PIB, se se leva em consideração a cadeia produtiva.

Para concluir, Sr. Presidente, acho que, além desses dois elementos, que aí, sim, trariam um debate mais consistente — e eu não vi nesse sentido —, um terceiro elemento mostra que essa não é uma reforma para acabar com privilégio, mas para acabar com a possibilidade de acesso à Previdência Social no Brasil.

Para concluir, Sr. Presidente, lembro que 79% dos brasileiros hoje não se aposentariam, porque eles têm menos de 25 anos de contribuição em razão do tipo de mercado de trabalho que nós temos. Não se está discutindo acabar com o privilégio, é acabar com o acesso da população mais carente. Esta é que não vai ter acesso ao serviço de Previdência.

Eu lamento o fato de o Relator não estar aqui e de ele não ser Relator *ad hoc*, mas ser Relator “a toque de caixa” para só fazer discurso — e aí, sim, discurso ideológico — que não leva as contribuições do debate para o relatório.

Concluo parabenizando a Dra. Denise Gentil por trazer elementos importantes que desmontam essa farsa da inconsistência ou da insustentabilidade do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Concedo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Onyx Lorenzoni.

V.Exa. tem 5 minutos.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Presidente Marun, atrás de V.Exa. há um retrato de Franco Montoro. E o que Franco Montoro disse? *“Mais grave do que a miséria dos famintos é a inconsciência dos fatos.”*

Eu acho que isso serve como uma referência para o que estamos vendo no Brasil, no momento em que o Governo, através de todos os seus representantes, de todas as pessoas que vieram aqui defender a reforma, não traz uma ideia nova. É o mesmo do mesmo.

E o que é mais grave: não há um técnico, Dr. Gambiagi, que separe no seu *speech*, no seu discurso, na sua fala previdência de assistência social. Por que, propositalmente, está tudo embolado? Por acaso elas são a mesma coisa? Essa é a grande pergunta!

Aqui há dois técnicos do IPEA que fizeram o trabalho com os dados oficiais. O Regime Geral da Previdência, tomada a Previdência urbana, tem 8 anos de déficit e 7 anos de superávit de 2001 a 2015, devido à contração brutal pela má administração dos mesmos técnicos que propõem a reforma. A turma é a mesma, não mudou nada, e é essa a minha inconformidade. Eu achei que, ao afastar o Governo anterior, o novo Governo iria trazer alguma coisa nova para o País, mas não. É o mesmo do mesmo, requentado.

E o que é mais grave: ao misturar os dois assuntos, usa-se um terrorismo demográfico. Ora, todos os países do mundo têm uma larga experiência em solucionar as alterações demográficas, larguíssima experiência.

Então nós estamos surpresos porque descobrimos que as pessoas vivem mais, que as pessoas têm menos filhos. Mas esperem aí! Isso não aconteceu do dia para a noite!

Vem aqui na quinta-feira o cidadão que na minha visão falhou lá atrás e está falhando de novo, chamado Henrique Meirelles, incensado por muitos. Mas eu tenho dificuldade com pessoas que traem, e ele traiu o seu componente ideológico quando, eleito pelo PSDB de Goiás, abriu mão disso para presidir o Banco Central. Quando os princípios são largados de lado pela glória, ou pela referência, ou pelo poder, isso é um mau indicador das pessoas.

O que me incomoda na reforma da Previdência proposta — e eu reconheço que ela precisa ser reformada, precisa de ajuste, principalmente, no regime do



servidor público e de algumas adequações no Regime Geral — é que precisa ser de um soco, precisa ser do dia para a noite? Não pode ser feito como uma rampa? Não pode ser feito com respeito às pessoas?

Em Previdência, Dr. Marcos Lisboa e Dr. Fabio Giambiagi, não são números que contam. É a existência do ser humano. O humanismo foi para a cucuia? E a minha pergunta é a seguinte: por que não há reforma do Governo? São 30 os Ministérios. Os Deputados são testemunhas: vão aos Ministérios, há dinheiro para tudo. É só ir lá para ver. É dinheiro para cá, dinheiro para lá, plano para isso, plano para aquilo.

Se se está numa crise, como é que há dinheiro? Alguém cortou os cartões corporativos ou os 24 mil cargos em comissão? O Giambiagi sabe disso. Quantas trocas há nas maiores economias do mundo? Mil pessoas são trocadas, no máximo, nos Estados Unidos, no Canadá, na Alemanha. No Chile não chega a 900 pessoas quando há troca de Governo. No Brasil, trocam 24 mil, e ninguém fala nada. E as mordomias? Por que é preciso telefone celular até o quinto escalão do Governo Federal, pago pelo bolso daquele que vai se aposentar?

Então, quando eu defendo que nós protejamos o Regime Geral da Previdência, é porque ele funciona no Brasil. O que tem que ser discutido com a sociedade brasileira, às claras, com honestidade intelectual, é se ela quer fazer assistência social, é até que ponto ela quer fazer assistência social.

Quando o Dr. Marcelo esteve aqui, eu disse que queria vê-lo convencer um jovem a pagar o Regime Geral da Previdência dos 20 anos aos 40 anos para receber 100% da contribuição, se ele pode pagar dos 40 anos aos 65 anos, pela proposta do Governo, e receber 76% desse valor. A diferença é tão pequena, e a capacidade de apropriação que teria o pequeno empresário, o empresário ou o jovem seria muito maior do que a que o Governo pode entregar.

Qual é a lógica em falarmos do Regime Geral da Previdência e o Governo prometer entregar para as pessoas menos do que é possível? Ou todo mundo acha que ninguém faz conta? Então, o que me incomoda é que há uma mistura indevida e não há honestidade na discussão. Quero defender o Regime Geral da Previdência porque quem precisa dele é o caixa do supermercado, é o mecânico, é o taxista, é o pedreiro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado, em 30 segundos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, eu estou apelando, com a minha independência de sempre, apesar de o meu partido ser da base, para que o Governo trate as pessoas com respeito. A sociedade brasileira não merece pagar a conta brutal que paga nem ser obrigada a entrar em uma reforma que tem um único objetivo, confessado pelo Ministro Padilha aqui: de fazer caixa, porque a PEC do Teto vai pegar o Governo. E ele disse aqui que, daqui a 7 anos, vai ter que ser feita uma nova reforma. Eu gostaria de fazer uma reforma para daqui a 30 anos ou 40 anos e não um pequeno reboco, que, daqui a 6 anos, nos faça passar por todo esse processo novamente.

Só há uma coisa simples, um recado que eu quero dar ao Presidente Temer: equilíbrio, honestidade na proposta e, principalmente, respeito à cidadania brasileira. Os brasileiros estão cansados da mentira, da enrolação e da desfaçatez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu até gostaria de ouvir a sua proposta num determinado momento, Deputado Onyx Lorenzoni, com todo o respeito. Gostaria de, em certo momento, ouvir qual é a sua proposta, até para nos sentirmos mais confortáveis às suas críticas. Estou à disposição.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vamos lá. Quem tem a obrigação de fazer propostas é quem governa. Nosso papel, como fiscais da sociedade, é dizer se servem ou não. Mas, se V.Exa. quiser uma proposta, eu trago sem problema nenhum. V.Exa. me dê 5 minutos e eu lhe apresento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu até gostaria de lhe conceder a palavra na próxima oportunidade, para que V.Exa. diga qual é a sua proposta...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Só para o Deputado Onyx?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - ...para enriquecer o debate.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, mas a proposta que faço é a manutenção e a salvaguarda do Regime Geral da Previdência e a separação entre ele e a assistência social, porque juntá-la ao Regime Geral o desequilibra. Esse é o problema.



(Não identificado) - Cada Deputado também tem direito, então, de apresentar sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu estou dizendo, com todo o carinho que tenho pelo Deputado Onyx, que eu gostaria de conhecer a proposta dele.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, deixe-nos fazer a proposta nos próximos 30 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, eu já tenho uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele é meu amigo e, além de tudo, é torcedor do Internacional, como eu.

Eu não entendo por que o fato de eu querer conhecer a proposta do Deputado Onyx cria tanta celeuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, deixe-me seguir a...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Trata-se só de uma proposta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O senhor vai falar no seu determinado momento.

O próximo inscrito é o Deputado...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - A proposta é que, a cada 5 inscritos, a Mesa possa falar, porque nós não temos um debate aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou fazer o seguinte...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Isso aqui é um debate de surdos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou concordar...

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - ...em que fala a Mesa, fala o Plenário e, depois, a reunião se esvazia.

Já que V.Exa. quer o debate, quer ouvir a proposta do Deputado Onyx...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Eu vou fazer blocos de 10 Deputados. Para que nós tenhamos certa agilidade, a cada 10 expositores, passamos a palavra à Mesa, pode ser?

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Há muita gente inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Pois é, mas...



Deputado Ivan Valente...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Quantos inscritos há, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há 26 inscritos, fora os Líderes.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não podem ser feitos dois blocos de 15 Deputados, então? Isso facilitaria mais gente poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Na verdade, agora são 6 horas da tarde, e o Sr. Fábio me pediu para se retirar às 7 horas. Então, antes disso, vou abrir a possibilidade de os expositores se manifestarem, Aí, começaremos uma segunda rodada.

A Mesa falar a cada cinco Parlamentares, Deputado Luiz Sérgio, é impossível.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Então, faça dois blocos de 15, Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Faça dois blocos de 15 Deputados. Vamos tocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Vamos em frente.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 5 minutos para a sua exposição.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, o Deputado Paulinho veio bater papo aqui na frente. Aí, não dá.

O SR. DEPUTADO PAULO PEREIRA DA SILVA - Eu estou atrapalhando V.Exa.?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Está.

Depois eu conversei com V.Exa., Deputado Paulinho.

Nós estaremos juntos no ato do dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Ivan Valente, com tempo integral, até porque estamos ansiosos, e com o Deputado Paulinho sentado, a palavra é sua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, primeiro, para que isto fique claro para os nossos debatedores, eu queria colocar que é óbvio que um modelo de Previdência não pode ser dissociado de um modelo de economia, de qual é a política econômica e o modelo de sociedade que se quer. Não é possível



dissociar essas coisas, e eu entendi, pela fala do Prof. Fabio, que ele quer separá-las. Inclusive, ele coloca que o modelo de Previdência não teria nada a ver com este ou com aquele Governo, com ideologia ou com partido. Ele tem a ver com partido, sim — desculpe-me. Ele tem a ver com projeto.

O Marcos Lisboa participou do Governo com o Palocci, de quem eu fui adversário radical e que acabou onde acabou agora. O modelo dele é o de servir ao mercado financeiro, o modelo da estabilidade econômica, que veio do Fernando Henrique, eu reconheço — talvez, por isso, tenha saído do PT. Mas não existe só esse modelo. É isso que eu quero dizer.

Eu quero dizer que a ofensiva que a mídia e a elite brasileiras estão fazendo para provar que a reforma da Previdência é distributiva está aqui. É um artigo do Prof. Mansueto, publicado na *Ilustríssima* de domingo — ocupa duas páginas inteiras!

Todos os editoriais de jornais, assim como os nossos dois debatedores, diferentemente da Profa. Denise, dizem que a reforma é distributiva e faz justiça social. Não é verdade.

Cerca de 32 milhões de pessoas recebem até dois salários mínimos — dessas, 27 milhões recebem até um salário mínimo apenas. Haverá aumento da idade e do tempo mínimo de contribuição, de 15 para 25 anos. E, com esse tempo mínimo de contribuição, as pessoas passarão a receber 76% do benefício integral. Ou seja, haverá diminuição da renda. Ainda há todo o processo de transição, que é um absurdo total, porque é um salto, uma escada monumental. É o que foi exemplificado aqui: uma professora que tem 40 anos de idade e 17 de contribuição no magistério se aposentaria com 73 anos.

Esse é o projeto original do Governo. Como vocês podem dizer que isso é distributivo? É mentira da mídia, do Sardenberg, da Miriam Leitão. É o que falam todo dia na CBN. Vocês falam a mesma coisa. Vocês têm espaço na mídia. Eu não vejo nenhum artigo da Profa. Denise na grande mídia. Não temos espaço. O único espaço de debate é este aqui, e não é transmitido pela grande imprensa, só pela *TV Câmara* — a não ser que o debate pegue mesmo. É evidente que estamos falando de uma diferença brutal de pensamento.



Não podemos comungar com a ideia de que o modelo atual... Vocês fizeram questão de associá-lo ao modelo econômico, mas não mencionaram a taxa de juros. Ninguém tocou no assunto, assim como ninguém falou dos juros da dívida — foram 508 bilhões no ano passado. É óbvio que, para sobreviver no mercado internacional, é preciso fazer isso.

O exemplo da Grécia é o mais gritante. *“Ah, a Grécia gastou 3,5% do PIB com aposentadoria e por isso faliu.”* Não! Faliu por causa da política econômica, que a levou à bancarrota. A tríade FMI, Banco Central Europeu e... Foi o que impôs uma política de fazer ajuste e mais ajuste e mais ajuste. E é lógico que, no final, precisa-se cortar aposentadoria e tudo o mais. Por que o salário linear de 30%? Porque aquela era a saída, claro. O país não queria sair da União Europeia e estava sendo monitorado. É a mesma coisa aqui. Só que o Brasil é grande.

Vejam as questões de que a Profa. Denise tratou, sobre outro rumo para a economia, o problema da produtividade. O Marcos Lisboa disse que os Estados Unidos crescem a 1% de produtividade. Eu queria saber por que o Brasil não cresce. E a projeção é que não vai crescer. Então, nós vamos cortar, cortar e cortar. É disso que se trata, porque a produtividade é que daria um salto para renivelar a questão.

E por que não cresce? Por causa do modelo brasileiro, porque não temos desenvolvimento científico e tecnológico, não temos crescimento industrial nem projeto para isso. Nós somos um País reprimarizado, financeirizado pelo mercado financeiro. Nós somos escravos do mercado financeiro. É disso que se trata. Nós pagamos trilhões de dólares aqui, e ninguém fala nada.

Está aqui o senhor Mansueto, esse tipo de escritor que começa dizendo que gastamos tanto do PIB, que gastamos 54%, exceto juros.

Faço questão de ler um texto — e quero concluir com isso, Sr. Presidente — do Editorial do Jornal *Estado de S. Paulo* de hoje atacando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que disse que poderíamos auditar a dívida pública, taxar rendimentos de instituições financeiras, rever a desoneração da exportação de *commodities*, identificar e cobrar devedores da Previdência, Profa. Denise:

Essa proposta mistura tolices do século passado, como a ideia de auditoria da dívida pública, bobagens econômicas, como a taxação das exportações de



commodities (os concorrentes do Brasil agradeceriam), e obviedades, como ir atrás dos devedores.

Isso aqui é uma bobagem para um jornal conservador de Direita, hoje identificada com os tucanos até o último fio de cabelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passamos a palavra ao próximo inscrito, que falará pela Liderança e dividirá seu tempo em dois. Vou somar o tempo de inscrição somente para um. Se não, serão praticamente 30 minutos.

Estão os dois presentes. Um deles usará metade do tempo e poderá usar o tempo de Liderança e o outro no momento em que vier falar fará a mesma coisa. Não seria mais correto? Ou querem usar também o tempo de inscrição, os dois tempos?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E fica um outro com o tempo de inscrição.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. soma?

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Permanece. Quer dizer, nós temos a nossa Liderança agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Cada um terá 4 minutos e meio. Será dividido entre V.Exa. e o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Eu somo o meu tempo de 5 minutos a esse. Quando chegar a vez do Deputado Arlindo Chinaglia, serão somados os 5 minutos ao segundo tempo de Liderança, como sempre foi até agora. Não é agora, mas na vez de S.Exa., obviamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Deputado Pepe Vargas, V.Exa. tem 9 minutos e meio, acrescidos dos 30 segundos, 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, pela segunda vez, nesta Comissão, discutimos as inconsistências, que se comprovam, do modelo de projeção de longo prazo que o Governo Federal vem adotando.



Fica aqui mais uma vez a denúncia: o Governo transformou isso numa caixa-preta, porque pedimos os dados, e não temos acesso. Acho que é importante dizer isso. Agora, esse não é um problema novo. Desde 2002, o anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias tem projeção de longo prazo. O exercício que foi feito por vários pesquisadores foi ver como as projeções feitas em 2002, por exemplo, realizaram-se ao longo do tempo. O que se comprova ali é que erram. E não erram pouco. Erram muito.

Ninguém está exigindo aqui que o modelo de projeção de longo prazo acerte na tampa, como se diz. Sempre vai haver possibilidade de erro.

É preciso calcular também quais os cenários possíveis e a dispersão que há nesses cenários, porque são modelos estatísticos, probabilísticos, mas o Governo vem aqui e diz à mídia que isso é uma verdade imutável. É de uma arrogância, de uma prepotência, de uma não cientificidade abissal! Está demonstrado, está resolvido, sob o ponto de vista técnico, que não é algo a ser absolutizado.

A segunda questão que sempre perpassa aqui e que os representantes que defendem a proposta do Governo, mesmo com alterações, não reconhecem é que o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos é, sim, mais fácil de ser calculado, porque se sabe a idade dos servidores, é uma clientela mais fechada, mas esse modelo de projeção de longo prazo é mais fácil de se acertar. Nessa projeção de longo prazo isso é declinante, gente! É absolutamente declinante no médio prazo, por quê? Porque reformas foram realizadas. A mais importante delas, inclusive, a última, diz que os que ingressaram após 2013 não se aposentarão, exceto pelo teto do Regime Geral, o que é muito justo. Se alguém quiser receber além daquilo vá para o FUNPRESP complementar a sua contribuição.

Isso está resolvido, mas por que não se diz que está resolvido, que a curva do Regime Próprio é assim ao longo do tempo? Cria-se propositadamente a soma do Regime Próprio com o Regime Geral, que não é constitucional, o que não quer dizer que o Governo não gasta com o Regime Próprio.

Com o que ele gasta? Ele gasta com a parte que ele tem que aportar mais a receita do que os servidores contribuem. E o passivo atuarial inicial daqueles que não contribuíram no passado o Governo tem que assumir. Não cabe passar para a sociedade isso.



Então, isso está resolvido, mas nunca surge aqui na mesa. É uma coisa impressionante!

Nos anos 90, já havia afirmações catastrofistas de que iria explodir o Regime Geral de Previdência Social, havia um discurso catastrófico de que iria explodir, que não havia solução, que teria que fazer uma reforma para cortar direitos, porque uma reforma é sempre para cortar, sempre com a ideia de que é o único jeito de resolver a Previdência é dentro desse modelo fiscalista.

Naquela época, também vivíamos uma crise econômica muito forte, com desemprego alto, baixo crescimento econômico, grande informalidade e precarização no mundo do trabalho. É evidente que num cenário como esse a necessidade de financiamento da Previdência é maior.

E eu faço questão aqui de fazer a diferença do conceito. Eu uso necessidade de financiamento da Previdência Social, porque eu acho que está mais alinhada à Constituição da República Federativa do Brasil. O que é necessidade de financiamento da Previdência? Nós temos receitas previdenciárias e, pelo fato de ser verdade que a arrecadação que incide sobre a comercialização dos produtos rurais precisa ter uma complementação, foram criadas as contribuições sociais da Seguridade Social, entre outras questões. Então, está um pedacinho lá das contribuições sociais, COFINS e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sobremaneira, em que se pega um pedaço lá para complementar o que está previsto na Constituição. Mas, naquele período dos anos 90, aumentava essa necessidade de financiamento, porque, com aquela economia, com aquele mercado de trabalho e com aquela situação, não havia jeito, caía a arrecadação como um todo.

Aliás, naquela época aumentaram os impostos, e agora o Governo novamente fala em aumentar impostos, embora costume colocar nos outros a culpa do aumento dos impostos. Naquela época, de fato, não havia solução, e agora novamente, nós estamos num período em que tudo isto volta a acontecer: baixo crescimento econômico, desemprego alto, massa salarial caindo. Conseqüentemente, a necessidade de financiamento da Previdência Social aumentou, é óbvio, mas não vamos querer discutir isso como algo estrutural. Essa é uma questão conjuntural, de opção de política econômica e macroeconômica.



É importante fazer esse debate aqui, que tem que aparecer. E é importante dizer que, de 2003 a 2014, houve um momento de crescimento econômico, houve opções de distribuição de renda, houve aumento da massa salarial, a relação salário-PIB aumentou; houve aumento da formalização nos anos 90, houve redução da formalização e houve inclusive queda da cobertura previdenciária, o que é uma regressão social e econômica.

De 2003 a 2014 cresceu a cobertura previdenciária sobre a população economicamente ativa do nosso País. Conseqüentemente, a necessidade de financiamento da Previdência caiu novamente, e o Regime Geral de Previdência dos trabalhadores urbanos ficou superavitário, se o analisarmos isoladamente.

Isso demonstra que estão muito relacionados — não poderia ser diferente — os resultados previdenciários das opções econômicas que a sociedade faz, que o Governo faz, que o Estado brasileiro faz.

Agora voltou o discurso catástrofe. Nos anos 70 e 80, havia o cinema catástrofe, que tinha efeitos especiais que, para a época, pareciam uma coisa fantástica, mas hoje, quando assistimos a algum daqueles filmes e vemos os efeitos especiais, percebemos que são muito primários. O discurso catástrofe novamente está usando efeitos especiais que as pessoas já veem que são coisas muito primárias, porque, na realidade, o que quer justificar a reforma é uma questão só: é enquadrar a Previdência na PEC do Teto dos Gastos, na Emenda Constitucional nº 95. O que se quer é jogar parte daqueles que têm uma renda melhor para as previdências privadas. É isso, é disso que se trata! O que se quer é liberar o Orçamento público para pagar mais juros e serviços da dívida. É uma opção política de distribuição do produto social, pelo menos da parcela do produto social que é apropriada pelo Estado.

Não se discute nada de macroeconomia, não se discute. “A taxa de juros está caindo.” É, está caindo, só que a taxa de juros real hoje é o dobro do que era 1 ano e meio atrás, então não está caindo coisa alguma, continua sangrando enormemente o Orçamento público, por conta dessa taxa de juros, que é elevadíssima. O que é um grande problema para o Orçamento do Estado brasileiro e para a sociedade brasileira é isso. O gasto com seguridade social, comparado ao gasto com dívida pública, é a metade, praticamente, só que se passa para a



população a ideia de que o problema é o gasto social. “É o *gasto social*. Então, *corta-se o gasto social*.”

Dizer que essa é uma proposta que afeta os mais ricos e protege os mais pobres é um acinte.

Imagine, a pensão fica desvinculada do salário mínimo, o Benefício de Prestação Continuada fica desvinculado do salário mínimo, será aos 70 anos! Colocam-se regras para as pessoas acessarem, 44% das mulheres que se aposentam por idade, que é a maioria, não conseguem completar 20 anos de contribuição. Isso é proteger os mais pobres? Isso não cabe, isso não é à toa, e foi proposto por um Governo sem credibilidade.

O Fernando Henrique tinha a credibilidade das urnas — podíamos discordar dele, mas ele tinha a credibilidade das urnas. O Lula tinha a credibilidade das urnas. O Temer não tem a credibilidade das urnas, é um Governo com baixíssima popularidade. Não tem jeito de se fazer uma reforma da Previdência numa condição desta natureza, o que precisa é ser rejeitada esta proposta, botar a bola no meio de campo, abrir o debate de verdade, abrir os números para a sociedade brasileira, discutir o modelo de projeção de longo prazo e discutir o modelo de sociedade que queremos.

Dentro disso, sim, temos que refazer o pacto intergeracional, porque fazer uma reforma da Previdência é refazer o pacto intergeracional e discutir o quanto a sociedade quer proteger os seus idosos.

O modelo que está sendo proposto é para ter uma sociedade de idosos miseráveis, pedindo esmola na rua. Não é este o modelo que queremos. Nós queremos zerar este debate e abrir um debate de alternativas possíveis, que têm sido demonstradas, eu não vou ter tempo de falar, mas que têm sido faladas aqui por vários expositores nas audiências públicas que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

Passamos a palavra ao próximo inscrito, que é o Deputado Luiz Sérgio.

Ficam 4 minutos e meio do tempo de Liderança do PT para o tempo do Deputado Arlindo Chinaglia, no momento em que S.Exa. for falar.

Deputado Luiz Sérgio, V.Exa. tem 5 minutos.



O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui, como em outras audiências públicas, sempre tentam trazer a ideia do Brasil do futuro, de uma preocupação com o futuro. Diante deste olhar e conforme as exposições que foram feitas hoje aqui, aí é que eu me convenço de que nós estamos no caminho errado com esta reforma.

Vejam as exposições do Marcos Lisboa, que está aqui. Em um dos primeiros gráficos ele mostra que a população acima de 65 anos vai aumentar 262 vezes. Nesse período, o número de pessoas com mais de 80 anos vai se multiplicar por 10. No outro gráfico, ele fala da produtividade, do baixo crescimento da produtividade, que contrasta com a necessidade de recursos crescentes para pagar os gastos da Previdência. Depois, corrigindo as distorções, diz: *“os trabalhadores informais com renda menor se aposentam pela idade”*.

Ora, se os trabalhadores com renda menor já se aposentam por idade, para que ser perverso com eles? Os dados mostram que Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, Acre, mais de 90% das pessoas que se aposentaram o fizeram pela idade, aos 65 anos. Mas, se colocar a exigência dos 25 anos, 80% não conseguirão se aposentar. Isso significa que nós vamos ter Estados brasileiros como Roraima, Amazonas, Pará, Acre, em que 80% dos trabalhadores não conseguirão se aposentar. Aí vão para a Previdência, vão para a LOAS, mas a LOAS já coloca o limite de 70 anos e desvincula do salário mínimo.

Então, o futuro que nós estamos projetando para o Brasil é um futuro de uma população envelhecida e empobrecida? É isso? Ou morta, não é? Isso é para os que sobreviverem. Então, eu tenho dificuldade para entender isso.

Com relação à produtividade, nós vamos resolver essa questão congelando os gastos por 20 anos, por exemplo, em educação, ciência e tecnologia, limitando no que estamos aqui? Porque eu não vejo... Quando se faz qualquer pesquisa, as pessoas têm uma questão muito focada na educação.

Então, nós vamos congelar os gastos por 20 anos em educação, ciência e tecnologia e resolver a questão da produtividade brasileira como? Com sinceridade, eu não consigo entender isso. V.Exas. não conseguem me convencer.

Outra questão é que ninguém fala de um dado interessante. Quando nós tínhamos uma situação de emprego maior, nós tínhamos uma situação da



Previdência mais equilibrada. Ela hoje está mais desequilibrada porque nós temos um desemprego muito grande, muito grande. Esse é um vínculo.

O outro é que ninguém fala nada em relação aos 500 maiores devedores da Previdência. Falam de bilhões e bilhões. Então, nós também temos aqui um discurso de carga tributária, mas eu nunca vi diminuir imposto aqui, e isso refletir no consumidor.

A CPMF foi embora, não diminuiu nada. O Governo da Presidenta Dilma cometeu inclusive um erro de fazer uma desoneração de folha de bilhões de reais, que não garantiu um emprego a mais. Garantiu aumentar o déficit da Previdência e desequilibrar a conta pública.

Então fica a pergunta: nós vamos resolver o problema do Brasil e da Previdência Social criando um exército de pobres, miseráveis, no futuro? Sinceramente, não é desse jeito que eu acho que nós vamos resolver.

No seminário internacional houve um dado interessante que dizia que na Espanha se vendem mais fraldas descartáveis para idosos do que para crianças. E nós vamos criar no Brasil um exército de gente que nem isso terá, porque nós sabemos que a saúde é precária; o transporte é precário; a população, empobrecida, envelhecida e sem recurso para comprar o mínimo. Quer dizer, é esse o futuro que nós estamos projetando para o Brasil?

Eu acho que nós temos que fazer o debate da Previdência Social, mas colocar essa conta pesada nesse nível no lombo dos mais fracos e dos mais pobres e condená-los à exclusão e à pobreza eu acho que é muita crueldade. E nenhum país do mundo resolve os seus problemas condenando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Nenhum país do mundo resolve os seus problemas excluindo um percentual significativo da sua população da Previdência Social e condenando um percentual considerável da sua população à miséria absoluta, como nós estamos propondo fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.



Vejam bem, dois palestrantes nos informam que têm que sair em torno das 19 horas. Nós poderíamos ouvir os dois agora, ou daríamos a palavra para os quatro, por 10 minutos para cada um.

Vamos ouvir os quatro?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Posso responder V.Exa.? Eu queria dar a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim, se eu perguntei, eu gostaria de ouvi-lo.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Também quero falar.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, são 18h22min, em respeito ao tempo de ambos e até em respeito aos palestrantes, nós gostaríamos também de nos dirigir a eles.

Estão inscritos a Deputada Jandira, o Deputado Thiago, o Deputado Perondi e eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós temos ainda a inscrição de um Líder.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu gostaria, até em respeito às pessoas que eu considero...

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Deputado Alessandro Molon! Deputado Alessandro Molon!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Há vários outros inscritos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Pois é.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Aqui nós estamos fazendo um debate. Se falam só os dois primeiros e os outros dois não podem contrapor, nós vamos ficar com a discussão capenga.

É melhor deixar falar os dois, e os outros dois contraporem.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não há nada contra os outros dois. O meu ponto é não abrir agora a palavra. Não sei se V.Exa. pode esperar um pouco.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É o que eu sugiro.



Mas eu compreendo, agora os voos estão terminando mais cedo, reduziram a...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Sr. Presidente, o problema é que vêm as pessoas e, como são muitos inscritos, nós não conseguimos falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É a vida.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Não, não é a vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É a vida! Há vários Deputados interessados... É a vida!

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Nós reclamamos de outros convidados que marcaram voo para o mesmo dia. É claro que cada um tem seus compromissos.

Dada a importância do tema, numa reunião que vai começar às 15 horas, as pessoas terem que sair às 19 horas e não ficarem para o debate, isso não é correto. Então, eu não vou conseguir falar para os dois. Eu vou falar só para a Dra. Denise e para o Dr. Victor. E isso não é correto, porque eu tenho vários pontos de discordância, de contrapontos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Ou perguntas.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Eu não faço debate nem com chavão, nem com panfleto, eu faço com dados estudados. E eu gostaria de debater e não consigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O que não tem solução solucionado está.

Nós temos uma lista de inscritos, já houve 12 manifestações. Então vamos passar a palavra, por 10 minutos, a cada um dos senhores expositores e retomaremos a lista de inscrição.

O próximo a falar é o Deputado Thiago Peixoto. Na sequência, o próximo é o Líder do Governo. O Deputado Julio Lopes e o Deputado Darcísio Perondi dividirão o tempo, um usará o tempo e o outro ficará para o momento da sua inscrição, da mesma forma que aconteceu com o Deputado Chinaglia. E assim seguiremos em frente. Positivo?

Seguirei a mesma ordem de fala no início dos trabalhos.



Passo a palavra, por 10 minutos, ao Sr. Marcos Lisboa, Presidente do Insper, para, se possível, responder às questões postas.

O SR. MARCOS LISBOA - Primeiro, agradeço as perguntas. Deixe-me fazer alguns comentários. Vou tentar ser bem rápido, para respeitar o tempo.

O primeiro ponto é em relação à apresentação da Denise, que me surpreende. Ela disse que, se houver grande produtividade, resolve-se o problema, porque quem trabalha vai produzir mais, como quem está aposentado está constante, isso ajuda.

Isso não me parece... A não ser que se mude a lei do salário mínimo, isso não é verdade, porque o salário mínimo sobe com a produtividade, sobe com o PIB. Então, o desbalanceamento não é resolvido com grande produtividade.

Segundo, eu acho que a agenda da produtividade é fundamental.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARCOS LISBOA - Como o salário mínimo é indexado ao PIB, quando aumenta a produtividade, o produto aumenta. Isso aumenta o salário mínimo 2 anos depois. Então, como o salário mínimo indexa a maior parte das aposentadorias, sobem o numerador e o denominador da equação, aí um anula o outro.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARCOS LISBOA - Isso, mas olha só, Deputada, deixa eu falar o seguinte: tirou os tributos e só usou contribuição previdenciária. Eu não quero polemizar aqui.

Deputada, peço desculpas por ter que sair agora. O voo infelizmente está saindo mais cedo e, amanhã de manhã, eu participarei da assembleia anual dos associados da minha escola. Então, eu não posso estar ausente da reunião. Por isso, eu peço desculpas a V.Exa. por ter que sair. Os voos infelizmente terminam mais cedo, e estou restrito pelo horário.

Avançando, vamos lá. Os gastos públicos do Brasil crescem 6% acima da inflação, nos últimos vinte e tantos anos. Isso é uma parte relevante do problema.

Eu só vou relativizar um pouco. Essa é uma discussão que gera emoção, gera polêmica. Haja vista o uso de adjetivos. Eu não sou político. Eu tenho defendido, inclusive num debate público, que essa discussão deveria se dar com



base nas simulações da evolução do gasto com Previdência. Eu acho que está faltando isso. Eu concordo com os senhores. Quanto mais pudermos trazer para o debate os modelos, as previsões, é algo mais saudável para todos. Os modelos estão aí, os dados estão aí. Todos nós temos acesso aos microdados do IBGE. Obviamente, eu não sei os dados do Governo, eu não sou Governo, mas os dados do IBGE que permitem fazer simulações estão disponíveis. Eu acho que vale a pena fazer esse cenário sim e poder verificar esse processo rápido de envelhecimento da população e seus impactos.

Alguns adjetivos não deixaram de me chamar à atenção. Alguns falavam de Washington, que é a tese neoliberal. Eu me lembrei com saudade de um período em que trabalhava no Governo Federal. Eu tenho muito orgulho e respeito por ter trabalhado com o Ministro Palocci. E nós soltamos um documento, no começo do Governo, com uma agenda de produtividade, reforma de crédito, reforma em várias áreas e uma proposta para agenda social, que era focalizar os programas mais pobres, o Bolsa Família.

Essa proposta foi atacada por vários Deputados, não sei se eram políticos de esquerda ou acadêmicos de esquerda, da UFRJ, de Campinas, de ser uma proposta neoliberal de Washington. Então eu me lembrei do Bolsa Família, que nós discutimos, lá atrás, para fazê-la e focalizá-la, em abril de 2003. Ela foi criticada por muitos economistas de várias correntes de esquerda e Deputados, como se fosse uma agenda de Washington. Ou Washington está no lugar certo ou alguns economistas estão no lugar errado.

Voltando para cá, eu acho que tem que separar Previdência e assistência, e as análises as separam. Acho que, por simplicidade, acabam parecendo, mas as análises técnicas as separam. As simulações foram feitas item a item.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARCOS LISBOA - Eu estou falando como eu trabalho. Tudo bem, desculpem-me.

Eu acho que a agenda de produtividade é fundamental. O Brasil está com a produtividade estagnada há 40 anos. Não é problema de um Governo, não dá para fulanizar. Nós estamos com a produtividade constante há 40 anos em relação à



fronteira do mundo. Até recuamos, andamos piores do que os países desenvolvidos e muito piores...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MARCOS LISBOA - Estou falando de uma coisa desde 85, desde 80. E a crise começa no fim do Governo Geisel. Nós temos essa dificuldade. Eu acho que essa é uma agenda fundamental. É uma agenda crucial para o País poder avançar. Acho que nós temos diversos obstáculos ao crescimento da produtividade. É uma agenda à qual eu pessoalmente tenho dedicado muito da minha carreira em vários pontos.

Acho que algumas frases que eu ouvi aqui vão na contramão. Se a ideia é desenvolver a política industrial, política expansionista, crédito subsidiado, proteções discricionárias, nós vivenciamos isso no Governo Geisel, vivenciamos isso no Governo passado. Um debate sempre grande que existiu entre essas correntes foi: será que o País se desenvolve assim, ou será que são outras reformas que levam ao crescimento? Veja bem, não estou na discussão liberal ou desenvolvimentista. Essa discussão pode ajudar a retórica, mas não ajuda o debate, inclusive eu disse isso na minha coluna da *Folha* ontem.

Acho que o Estado é necessário para o desenvolvimento, é óbvio que o Estado é necessário. A questão é como o Estado entra, quais são as regras de atuação, quais são as regras de intervenção. Há casos em que o Estado colabora — e colaborou em vários aspectos — para o desenvolvimento brasileiro, mas em outros casos o fracasso foi gigantesco. O setor de óleo e gás não está só com dificuldades porque há uma crise fiscal; está com dificuldades, porque as empresas não se revelaram competitivas. Os estaleiros estão com dificuldades, porque não se revelaram competitivos. Vários setores, sem os subsídios públicos, não se revelam necessários, e eu tenho sido particularmente crítico sobre esse processo.

Eu vou dizer o seguinte: a desoneração, se não estou enganado — e acho que não estou —, não prejudica o déficit da Previdência, porque o Tesouro compensa. Ela prejudica o Tesouro, mas, posso estar enganado. Ela prejudica o Tesouro. Há uma conta do Tesouro que vai para...

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Apesar de ser lei, não é o que acontece.



O SR. MARCOS LISBOA - Tudo bem. Isso está na lei previsto. A lei prevê.

Agora, Deputado, concordo com a sua preocupação. Acho que a preocupação social no Brasil é inerente a todos nós. Todos nós estamos preocupados com isso. Há preocupação com o desenvolvimento e o cuidado com os mais pobres. Como faremos isso da maneira mais eficiente? Como conseguiremos otimizar os recursos? Nós aumentamos o gasto com educação no Brasil? Se comparamos os dados de países emergentes parecidos com o Brasil, como China, Índia, Egito e Turquia, e aqui, na América Latina, Chile e Argentina, verificamos que, há 15 anos, eles gastavam, em média, 3,8% do PIB com educação e hoje gastam 4,2%. O Brasil gastava pouco mais de 4% e foi pouco acima de 6%, no entanto, nossos indicadores não melhoraram em relação a esses países. Há um problema mais grave com a educação no Brasil que, por alguma razão, com toda boa vontade, a sociedade que aumentou os recursos, mas isso não resultou em ganhos. Acho que esse é desafio para nós. A boa notícia é que existem boas experiências. Há exemplos no Ceará; há exemplos em Pernambuco, no ensino médio; há exemplos em Goiás. Há exemplos espalhados pelo Brasil, mostrando que podemos fazer melhor. Essa é uma agenda fundamental para o desenvolvimento. Concordo totalmente com V.Exa.

Acho também que a questão da Previdência tem que separar os pontos. Parece-me que a idade mínima vai na direção de corrigir distorções, mas há outros itens que podem gerar preocupações. Numa discussão centrada em previsões, em modelos para estimar, podemos dizer: *“Olha, nesse item aqui não dá para mexer, porque vai prejudicar os mais pobres”*. Essa é uma preocupação da sociedade. Bom, vamos então ver se com uma questão tributária podemos resolver isso.

Esse é o debate importante para fazer. É preciso fazer o debate integrado. Como garantir a trajetória de receita e despesa para que consigamos viabilizar a manutenção desse resultado, da concessão dos benefícios? Esse cuidado com os mais pobres é importante nessa discussão. Quanto mais a discussão vier em termos de trajetória de crescimento, com simulações, mais útil ela vai ser para o debate.

Por fim, houve tantas provocações sobre taxas de juros — esse é sempre um tema polêmico. A taxa de juros no Brasil é consequência, ela não é causa. O Governo tentou baixar a taxa de juros com muita força em 2011, em 2012, e o



resultado foi uma inflação de 15%. É preciso estudar por que a nossa taxa neutra de juros, isto é, aquela taxa que se o Banco Central cobrar não gera inflação, é tão alta. O Banco Central fica refém dessa taxa neutra. Esse é um ponto polêmico que nós podemos discutir em outra oportunidade com cuidado.

Uma causa disso são os desequilíbrios fiscais do Brasil, tanto é que no Governo Lula, quando o ajuste fiscal avançou, se olharmos os juros reais, veremos que eles caem nesse período. Entre 2003 e 2010, houve uma queda significativa da taxa real de juros, ao mesmo tempo em que havia uma melhora do fiscal. Agora, como eu disse na minha apresentação, o mesmo fenômeno não ocorreu. Na hora em que o Governo sinalizou maior compromisso com o fiscal, a taxa neutra tem caído, o que tem permitido ao Banco Central abaixar os juros, sem aumentar a inflação. Acho que os juros reais podem chegar, ao fim desse processo, em termos de 3,5%, um pouco mais, um pouco menos. Ainda é alto? Sim, ainda é alto, mas é muito mais baixo do que os 20% de taxa real, como foi há mais de duas décadas. Esse é um debate importante.

Por fim, destacarei rapidamente dois pontos. A agenda de produtividade é fundamental, a agenda de como se retoma o crescimento. Essa é uma agenda boa. Há muito trabalho sendo feito, há muita evidência. O debate sobre a Previdência é fundamental.

Concluo com isso: desculpo-me mais uma vez com a Deputada, por não poder ficar mais tempo, mas estou à disposição dos senhores para me reunir com seus técnicos, trocar informações, abrir os modelos. Um debate com tantas pessoas, por ser mais técnico, eu entendo que acaba não sendo viável. Coloco-me inteiramente à disposição para entrar em todos esses pontos com cuidado, com calma, na medida em que eu possa contribuir e ouvir dos senhores também as críticas que têm ao que afirmei aqui hoje.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Concedo a palavra à Sra. Denise Gentil, também pelo prazo de 10 minutos para sua intervenção.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Vou me concentrar em três ou quatro pontos, se eu conseguir falar tão rápido assim. Houve certa afirmação a respeito da resposta que o mundo tem dado ao problema da previdência. Se nós não fizermos



essa reforma, estaremos dando uma resposta contrária à que está sendo dada no mundo. Olha, eu quero dizer o seguinte: isso aqui não é assim que se passa — certo? Recentemente o Japão se prontificou a reduzir a idade de aposentadoria, porque eles já identificaram que a idade de hoje está causando pobreza entre os idosos. Então eles vão reduzi-la.

O outro ponto que quero colocar é que houve um debate, há pouco mais de uma semana, entre os políticos na França que estão concorrendo à Presidência da República, a Le Pen, o de centro e o de esquerda, e os três políticos foram unânimes em dizer que a idade hoje da França, que é de 62 anos, deve cair. Os três concordavam com isso. Nós estamos falando da França — está certo? Os três candidatos à Presidência na França concordam que a idade tem que cair naquele país. Por quê? Porque eles já sabem que a França é heterogênea, que há regiões em que a expectativa de vida é mais baixa e que, portanto, é uma injustiça com os franceses estabelecer uma idade única. E, na França, eles têm aquilo que o colega o Juiz Victor falou aqui: eles têm uma idade de referência e uma idade mínima, que é o que a nossa reforma não está fazendo. A idade mínima é aquela que dá acesso a uma aposentadoria com idade inferior a, por exemplo, 60 anos, e a idade de referência é a idade de 65 anos, como no caso da maioria da Europa, e de 62 anos, no caso da França. Nós estamos querendo fazer uma reforma sem nenhum tipo de flexibilidade.

Quero chamar atenção para o caso da Grécia. A Grécia não fez a reforma da Previdência e se deu bem? Não, ela fez a reforma da Previdência e se deu tão mal que o FMI já escreveu três ou quatro *papers* dizendo que não é possível repetir o exemplo da Grécia, porque a reforma na Grécia vai comprometer gerações de gregos e que nenhum país, por favor, repita esse tipo de reforma.

Quero chamar a atenção dos senhores também para o fato de que o Presidente Michel Temer, quando foi em Davos, levou um pito da Presidente do FMI. Ela questionou — e saiu na televisão — o Presidente Michel Temer sobre por que ele estava fazendo uma reforma da Previdência, num momento de depressão econômica. Ela disse que isso não está correto e que o FMI não apoia. Em situações de depressão econômica, os bons manuais de macroeconomia não



recomendam que seja feito corte de gastos sociais, principalmente corte de gastos previdenciários — certo?

Então o debate no mundo está indo numa direção, e nós atrasados aqui estamos querendo fazer o que se fez logo depois da crise de 2007 e não funcionou. Desculpem-me, mas eu acho que não é isso.

Portugal está revendo todo o plano de aposentadoria que fez recentemente. No Chile, a Bachelet teve que rever o sistema previdenciário recentemente e conceder aposentadorias não contributivas, porque o processo de privatização que tinha acontecido no período anterior tinha levado as aposentadorias ao valor de 30%.

Quero avisá-los também de que, na América Latina, também se está fazendo um movimento contrário ao movimento que o Brasil está fazendo hoje. Dezoito países na América Latina criaram aposentadorias não contributivas, o que significa que é, sim, aumento de gastos.

Então, cuidado, atenção, porque de fato nós precisamos nos atualizar. Todos nós precisamos saber o que está se passando do mundo, para não achar que nós estamos fazendo a jabuticaba, se não fizermos a reforma. Não é bem assim — certo? Não é assim.

Outra questão é a macroeconômica, a questão dos juros. Eu achei interessante a expressão do Fábio, quando ele disse que havia um canibalismo do gasto social. As aposentadorias do RGPS estão canibalizando os outros gastos sociais.

Francoamente, Fábio, quem canibaliza os gastos neste País são os juros. A própria expressão do canibalismo são os juros.

Olhem só! Peço-lhes perdão, porque eu não tive tempo de mostrar esse quadro. Ele não é meu. Esse demonstrativo aqui é do Banco Central do Brasil, é o último relatório do Banco Central que se chama *Fatores condicionantes da dívida líquida do Governo Federal*. Esse é o título do gráfico. Ele diz o seguinte: “A dívida em 2016 teve um acréscimo de 756 bilhões e 25 milhões de reais”. Quais foram os fatores determinantes?

Não sou eu que estou dizendo — certo? Isso aqui não é ideológico então. Trata-se do Banco Central, do insuspeito Banco Central. Não há partido aqui nem



ideologia, ou tem? Ou o Banco Central tem partido e ideologia, Fábio? Deve ter — não é, Fábio? Mas esse insuspeito ideológico está dizendo o seguinte: os juros nominais e o ajuste cambial foram responsáveis por 80% do crescimento da dívida.

Ora, senhores, qual é a reforma que tem que ser feita neste País? Deve ser feita a reforma da Previdência, ou a reforma da política monetária, ou a reforma da política cambial? Quer dizer que a dívida cresce em 80%, tendo como causa a política monetária, e nós vamos reformar a Previdência, porque estão explodindo os gastos com ela? E os gastos com juros não explodem, não? Não! Eles não explodem. Isso aqui é uma bomba atômica, que este País sustenta há mais de 3 décadas.

Desculpem-me, se eu me destempero, mas é que isso é uma coisa tão óbvia para quem estuda finanças públicas, o papel dos juros na nossa economia...

Agora, há outra coisa: se nós usarmos a lógica, se nós temos a mais elevada taxa real de juros do mundo — porque nós não temos a taxa nominal de juros mais alta, mas nós temos a taxa real de juros mais alta do mundo —, nós deveríamos ter a mais baixa inflação do mundo. É o raciocínio que vai e volta: não se sobe a taxa de juros para combater a inflação? Então nós deveríamos ter a mais baixa inflação do mundo.

Se a nossa taxa de juros é alta, porque a nossa dívida é alta, então a taxa de juros dos países da Europa tinha que ser o triplo da nossa, porque eles têm uma dívida, em relação ao PIB, muito superior à nossa — certo? Então, eles teriam que ter não essa taxa de juros negativa, que mais de 30 países têm na Europa. Eles lá estão com juros negativos ou próximos de zero, e nós estamos com a mais elevada taxa real de juros do mundo.

Não se esqueçam, senhores, de que a dívida cresceu mesmo em 2016, quando o Presidente Temer fez ajuste fiscal bombástico. Quando se faz ajuste fiscal — deixem-me avisá-los —, a dívida sobe! Por que a dívida sobe quando se faz ajuste fiscal? Porque a receita cai. Essa é a coisa mais elementar do mundo — certo?

Ajuste fiscal implica queda de receita. Ou não descobriram isso ainda? Se a receita cai, a dívida vai subir, é óbvio, porque o resultado primário vai ficar cada vez



mais negativo. E o resultado primário colabora, junto com a taxa de juros, para aumentar a dívida.

Então, vamos parar de defender juros altos, reduções milimétricas na taxa de juros e taxas de juros de equilíbrio. O equilíbrio é para quem? Para quem é esse equilíbrio? Como é que o Banco Central mantém 1,37 trilhão na Conta Única, como já foi dito aqui por um Deputado, como colchão de liquidez para proteger os aplicadores de títulos públicos?

Quer dizer que há 1 trilhão para servir de *hedge* para as aplicações financeiras, mas não se tem dinheiro para pagar as aposentadorias dos trabalhadores rurais, para dar um BPC igual ao salário mínimo, para dar aos professores 5 anos a menos, para remunerar as mulheres no mercado de trabalho e na aposentadoria de uma forma justa? Tem *hedge* de mais de 1 trilhão de reais, e subiu no ano passado, em mais de 200%, o saldo esterilizado na Conta Única do Banco Central.

O Banco Central teria que dizer por que existe tanto dinheiro esterilizado na Conta Única, por que esse dinheiro, num ano de depressão econômica, com crescimento de -3,6%, esse dinheiro não se transformou em investimento público, esse dinheiro não se transformou em SUS, esse dinheiro não se transformou em Bolsa Família, quando a taxa de desemprego é hoje de dois dígitos — 12%. A nossa taxa de desemprego pulou em 2 anos.

Então, desculpem-me os senhores. Canibalismo, neste País, é de juros. Não tem nada a ver com Previdência. Desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Concedo a palavra ao Dr. Victor Corrêa.

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Eu gostaria de traçar alguns pontos em relação às perguntas e aos comentários feitos pelos Parlamentares, em especial o Deputado Edmilson, que eu acho que está ausente. Ele questionou em relação ao serviço público, à equiparação entre regime geral e regime próprio.

O Deputado Pepe Vargas também fez um comentário, que muito bem já...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A campanha não está funcionando, e eu peço silêncio, por favor, para que o expositor não se desconcentre.

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - O Deputado Pepe Vargas falou aqui sobre a existência de reformas que já estão em vigor em relação aos regimes próprios.

É bom lembrar que o Estado, quando atua em relação a regime próprio, está atuando numa relação bilateral direta com o servidor, como empregador desse servidor público, num regime estatutário. No regime geral, o Estado atua como terceiro, como controlador desse sistema.

Em alguns países, como o Chile, como foi muito bem exemplificado, o Estado sai de cena e entrega o controle da Previdência para entidades da iniciativa privada. No caso do Brasil, é o Estado, através do INSS e do Ministério da Previdência, que gere e cuida do regime geral.

Eu vejo na proposta uma mistura de argumentos para colocar na conta dos servidores públicos um déficit que é historicamente associado ao comportamento do próprio Estado, que só lançou suas próprias contribuições, o regime contributivo, em 1998.

O orçamento da Seguridade Social é separado. No art. 165, §5º, inciso III da Constituição, fala-se de orçamento de Seguridade Social, conceito que abrange Previdência, Assistência e Saúde. Não se fala de servidor público. O servidor público está previsto no art. 40 da Constituição. É uma relação bilateral. Se desestimularmos os bons profissionais a entrar no serviço público, que Estado nós teremos?

O servidor público tem, em seus vínculos de permanência e de estabilidade com o serviço público, várias vedações. Ele se insere nesse contexto com várias vedações que os cidadãos não possuem, como participar de sociedade, iniciativa privada, atividade político-partidária. Alguns servidores públicos têm que se afastar para poder participar dessa atividade.

Então, são conceitos distintos. Até a conta do déficit que o Governo apresenta mistura militares com civis, sem apresentar qual é a responsabilidade do serviço público civil.



O Deputado Pepe Vargas bem alertou que há uma curva descendente, nesse déficit da Previdência, do servidor público civil, que daqui a alguns anos será um superávit, e esse déficit não é responsabilidade dos servidores, ele é responsabilidade do Estado.

Então nós temos que analisar a questão por meio da história e o tempo das reformas, e não pelo retrato momentâneo.

Eu temo o perfil desagregador desta reforma, eu temo o perfil que traga falta de isonomia, de igualdade entre as pessoas. Não se viu, no contexto dessa reforma, tratamento dado a outras carreiras de Estado tanto aos civis, quanto às carreiras militares de Estado. Por que a reforma da Previdência dos militares não está sendo debatida? Agora esse recuo do Governo em relação aos Estados e aos Municípios Por que excluir Estados e Municípios do debate, se o argumento era o déficit de todo o sistema?

Ficamos preocupados com esse perfil desagregador da reforma em relação aos regimes próprios civis e militares e aos regimes próprios na Federação. Como vou tratar diferentemente o professor da universidade estadual e o professor da universidade federal? E esse discurso de que o déficit é de responsabilidade do serviço público? Como se constrói um argumento dessa forma, sem observar as peculiaridades do regime próprio, que é uma relação direta, e as peculiaridades do regime geral?

Esse potencial desagregador está nas ruas. Eu acho que os Parlamentares têm de se preocupar com essas medidas. Os Constituintes, na Constituição original, no art. 24, inciso XII, determinaram que compete à União legislar, por uma regulamentação de ordem geral, sobre a Previdência Social.

Eu não consigo — estamos ainda em dúvida — compreender como será feita a reforma só para a União. As reformas já foram feitas em relação ao serviço público federal e aos Estados e Municípios também, como o Deputado Pepe Vargas já alertou. Então, essa conta do déficit tem de ser bem analisada.

Com relação ao caráter metaeconômico da reforma, nós não temos de analisá-lo só pelos eslaides, pelos gráficos. Alguns benefícios da nossa Previdência têm nitidamente um caráter assistencial, como a aposentadoria do segurado especial. Não temos como medir economicamente o sucesso de algumas medidas.



O segurado especial é valorizado por conta da agricultura familiar? É ele que põe a alface, a rúcula, o alimento na mesa de cada um, enquanto as grandes corporações estão plantando soja para ser vendida para o exterior.

A aposentadoria do segurado especial, os benefícios do segurado especial existem também com a ideia de evitar o êxodo rural, a pobreza do trabalhador rural, e isso tudo está sendo colocado em risco.

Essa reforma, com esse caráter extremamente economicista, pode trazer de volta várias mazelas que vimos em décadas anteriores, como o êxodo intenso para as grandes capitais. Já estamos vendo essa realidade.

Preocupa-me também a questão do trabalho terceirizado, que já é uma realidade. Os senhores trabalharam isso no PL votado recentemente, que veio do Senado em 1998. Esse PL reconhece, na verdade, a existência de uma precarização das relações de trabalho, e as contribuições vão se resumir à contribuição de um microempreendedor individual. Temos de ter cuidado com essa análise metaeconômica.

O cuidado principal que tentamos trazer aqui nessa questão da segurança jurídica e das regras de transição é que essa reforma não vai acabar aqui. Ela ainda terá sessões no Senado e, do jeito que está, com diversas incongruências relacionadas à igualdade, à insegurança jurídica, ela, certamente, vai demandar algum controle de constitucionalidade no STF e vai acabar sendo judicializada.

Se os senhores querem ter proeminência neste momento social do País, é recomendável que percebam todos os argumentos que estão sendo debatidos aqui. As experiências internacionais em relação a essa questão da idade de referência e de idade mínima são muito claras. Essa proeminência do trabalho dos senhores depende dessa avaliação do quanto proporcional e razoável deva ser a reforma.

Os servidores já fizeram o seu papel em várias emendas constitucionais já aprovadas neste Congresso; já há reformas previdenciárias em vigor, como a Lei nº 13.183, de 2015, e a Lei nº 13.135, de 2015, que mudaram a pensão, que permitiram a aposentadoria sem fator previdenciário. Pelo que vejo da proposta de emenda constitucional, não há nenhum estudo sobre o sucesso da reforma com base nessa legislação. E isso demanda a observação dos senhores.



Então, a nossa preocupação na AJUFE é com a questão da segurança jurídica, com a questão da igualdade real entre pessoas que estão sendo atingidas por essas normas que a proposta pretende trazer, esse abalo nas expectativas das pessoas. Se isso não for observado por esta Casa e pelo Senado, a reforma tende a ser combatida nas ruas.

Estamos vendo esse debate intenso nas redes sociais. Acabei de receber alguns *e-mails* de pessoas que leram meus artigos e os artigos dos colegas da Comissão. Como os Deputados já falaram, não temos um espaço muito grande, então publicamos em *sites* jurídicos. As pessoas estão angustiadas com as regras de transição, com as mudanças repentinas, é algo semelhante a um soco, como foi relatado aqui por um Deputado. A sociedade está assustada com essa pressão, em especial os servidores públicos, que têm suas garantias.

É preciso que isso seja analisado com muito cuidado por esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Obrigado, Dr. Victor.

Passo a palavra ao Dr. Fabio Giambiagi, Superintendente na Área de Planejamento e Pesquisa do BNDES. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Pois não, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu peço licença a V.Exa., como aos demais pares, para fazer uma pergunta ao Dr. Fabio, porque a imprensa divulgou uma suposta declaração dele de que essa reforma da Previdência não vai resolver.

Eu gostaria que o Dr. Fabio pudesse abordar esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Com a palavra o Sr. Fabio Giambiagi.

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Quero agradecer aos Deputados, especialmente àqueles que, tenho certeza, não concordam com minha posição, alguns dos quais não tiveram até agora oportunidade de falar, como o Deputado Alessandro Molon, a Deputada Jandira Feghali, enfim, diversos Deputados.



A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Nesta que pode ser a palestra da sua vida, e o senhor não vai poder ficar. Aí é uma dificuldade!

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Quero, de qualquer forma, esclarecer dois pontos que me deixam um pouco desconfortável. O primeiro é que fui chamado para um evento que começaria às 14 horas. Pontualmente, às 14 horas, eu estava aqui e disse, desde o começo, que teria que sair em torno das 19 horas.

Deputada, eu tenho 33 anos de participação em debates. Já participei de todo tipo de debate em várias línguas e posso lhe assegurar que, depois de 3 horas de debate, a cabeça não funciona da mesma forma. A riqueza expositiva e argumentativa se perde bastante. Confesso honestamente que não sei muito bem o que eu poderia acrescentar ao que já falei depois de 5 horas de debate.

Segundo ponto: entendo o papel da retórica, mas é importante neste contexto procurar encontrar consensos e evitar o uso de algumas palavras que não são adequadas. O termo “desonestidade intelectual” foi usado aqui algumas vezes, implicitamente associado às exposições do Marcos e às minhas. Confesso que isso me incomoda. Aqui os argumentos foram expostos da forma mais honesta possível. Não sou dono da verdade. Eventualmente, alguns podem estar errados, mas fizemos esclarecimentos importantes.

Foram citados diversos pontos específicos. Eu elenquei aqui alguns deles e vou me referir a eles na ordem em que foram citados nos comentários.

Sobre se a referência a ser considerada deve ser os 80% ou 100% salários médios, acho que isso inclusive tem uma controvérsia jurídica. Quando saiu a reforma, mesmo tendo pensado nessas questões há muitos anos, sendo interlocutor frequente do Marcelo Caetano, surgiram-me algumas dúvidas se para determinadas rubricas a referência deveria ser de 80% ou 100% da vida contributiva da pessoa, depois de junho de 1994. Não sei se todas foram sanadas.

Eu particularmente sou um defensor da ideia de que deveria ser considerado o histórico completo de 100% das contribuições, mas estou longe de considerar que apenas 80% das maiores contribuições matariam a reforma. Acho que é um dos diversos itens específicos que podem ser objeto de negociação ou esclarecimento no momento da votação.



Raciocínio similar se aplica à sugestão que foi encaminhada por uma federação gaúcha ao Deputado que estava presente, o Deputado José Mentor, citando a conveniência, na opinião dela, de que a base à qual seria adicionado 1% por ano contributivo deveria ser de 58% e não 51%. Eu defendi, na minha exposição, 55% como número alternativo. Continuo defendendo 55% como melhor número, mas esse é o tipo de questão...

Deputados, os senhores são absolutamente soberanos. Eu sou um simples cidadão com algum engajamento nesta discussão. A minha importância aqui é nula na hora da votação. Cada um dos senhores vai ter um peso de cerca de trinta e poucos avos aqui na Comissão e 1/513 no plenário se for para a votação.

Sobre o terceiro ponto mencionado foi em relação à suposta equiparação, no final vista como algo que seria absurdo, iníquo e injusto socialmente entre rurais e urbanos, eu queria esclarecer o seguinte: há uma tendência à equiparação, mas não há uma equiparação plena por duas razões. Primeira, a transição é diferenciada, não é uma situação em que, a partir da aprovação da reforma, vale o mesmo para todo mundo e, principalmente, vai haver uma distinção fundamental na regra contributiva. Se eu for um contribuinte autônomo para o INSS, eu hoje tenho que pagar 20% do chamado salário de contribuição. No caso do segurado especial — e entendo que este não é tema ainda definido na reforma, e provavelmente ficará para uma legislação complementar —, já começa a se falar aqui e acolá da possibilidade de que esta pessoa, com 5% de contribuição sobre um salário referência, possa fazer jus à aposentadoria no mesmo valor, no mesmo montante de alguém que terá contribuído, no mínimo, com 20%.

Em relação às manifestações do Deputado Edmilson, peço desculpas por divergir e por fazer uma modesta sugestão.

Deputado, não subestime seus patrícios. A sua fala acerca da nossa obediência a Washington, além de ser ofensiva em relação ao Marcos, a mim e a todo um grupo de economistas, ela desconhece os elementos da realidade. Não é uma presunção, acho que é um fato, e pode-se fazer esta pergunta a diversos economistas e duvido que eles discordem de mim, em matéria de Brasil, os economistas de Washington aprendem conosco. Quantas vezes eu recebi pessoas



do Banco Mundial! Quantas vezes eu recebi pessoas do BID! Quantas vezes já recebi pessoas do FMI!

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Você subestima a inteligência do nosso povo. Se não é desonesto, é no mínimo estranho que economistas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - V.Exa. não está com a palavra.

Continua com a palavra o Sr. Fabio.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. FABIO GIAMBIAGI - O que eu quero lhe dizer é que eu penso com a minha cabeça. Eu não preciso que nenhum economista de Washington me diga o que eu tenho que dizer. Eu tenho cabeça! Eu tenho 33 anos de profissão. Respeite a opinião alheia, por mais que discorde dela! Não vim aqui para ser maltratado. Eu tenho um filho americano, morei nos Estados Unidos, poderia ter ficado lá com o *green card*. Fiz a opção pelo Brasil, e nunca me arrependi. Trate com mais respeito as pessoas das quais discorda. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O senhor tem que tratar com respeito um Deputado!

O SR. FABIO GIAMBIAGI - O senhor disse que eu obedecia aos economistas de Washington! Isso não é verdade! As minhas ideias eu venho defendendo desde os anos 80, muito antes do Consenso de Washington.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - É a agenda de Washington!

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Bom, foi dito aqui...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Deputados, por favor! Deputado Perondi!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Deputado Edmilson Rodrigues, isso faz mal à sua saúde e aos ouvidos dos outros. Respeite seus companheiros.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - V.Exa., como Deputado, tem que pedir respeito aos Deputados. Eu não ofendi ninguém.



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Eu não ouvi nenhum desrespeito.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - As teses aqui defendidas são as teses do Consenso de Washington.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Volto a palavra ao Sr. Fábio.

O SR. FABIO GIAMBIAGI - Bom, em relação à acusação de se fazer profissão de fé, quero registrar que foram apresentados números, objetivos. A despesa do INSS era 2,5% do PIB, em 1988, e vai ser 8,5%. Foram mencionados dados sobre a evolução da demografia ao longo dos últimos 50, 60 anos. Foram feitas projeções sobre o futuro, sujeitas a erros, mas baseadas em números oficiais.

Em relação ao aspecto do número de anos de contribuições exigido representar algo que vai além daquilo que corresponde ao número de anos de contribuição hoje, eventual ou supostamente impedindo a aposentadoria futura de muitos brasileiros, quero dizer o seguinte: cada um deve obediência às características da sua profissão. O médico tem características associadas à sua profissão, assim como o advogado e outros profissionais. Eu sou economista, eu tenho que acreditar no papel dos incentivos.

Se há um conjunto de regras que permitem que a aposentadoria não seja muito diferente se a pessoa contribuir por 15 ou 20 anos, podendo ela contribuir por apenas 15 anos, contribuirá por apenas 15 anos. Uma vez que se anuncia uma nova regra, com longo espaço de transição, nada mais natural do que imaginar que aquele valor com que muita gente contribui efetivamente durante apenas 15 anos irá gradualmente se deslocar, e, daqui a 20 anos, nós vamos ver essas pessoas que hoje se aposentam com 15 anos se aposentando com 25 anos, como ocorre com o mínimo contributivo em muitos países do mundo.

Em relação a regras diferenciadas entre rurais e urbanos e despesas previdenciárias e benefícios assistenciais, o Deputado Onyx, que não estou vendo neste momento, disse que ninguém tinha apresentado algo. Eu quero registrar que os eslaides 23 e 34 da minha apresentação, que, creio, está inteiramente disponível, tratam exatamente dessa questão, diferenciando urbanos e rurais e despesa assistencial e despesa previdenciária.



Relativamente à questão do Deputado Ivan Valente, a de eu não considerar a diferenciação de modelo, eu quero dizer basicamente o seguinte: posso ter o entendimento errado, mas eu gostaria que esse assunto fosse objeto de tentativas de consenso. E não estou falando nada antidemocrático.

Diversas questões estudei nesta minha dedicação ao tema. Eu me dediquei à leitura de vários artigos. Li o Pacto de Toledo, assinado na Espanha pelo PSOE e pelo PP, que foi um exemplo de construção coletiva.

Peço só um último minuto, em deferência ao Deputado Arlindo Chinaglia, para esclarecer um ponto da minha entrevista. Eu disse que o Congresso aprovou a regra do teto, e eu fui a favor da regra do teto. Acho que pode ser um divisor de águas na trajetória da economia brasileira, algo que estanque aquele processo ao qual eu me referi. Mas, se dividirmos esse conjunto, sujeito a uma regra de crescimento real zero, em três ou quatro grandes rubricas — pessoal, com a sua rigidez, mesmo que eventualmente haja reajustes um pouco abaixo da inflação ao longo do tempo; saúde e educação, com preservação em termos reais no futuro; e previdência, com a sua dinâmica associada à demografia —, e se tudo o mais for constante, a continuidade do crescimento da despesa previdenciária obrigará a um achatamento daquelas outras despesas. Tenho dúvidas acerca de se poderá ser efetivamente concretizado, havendo ausência de mudanças adicionais na Previdência.

Essa decisão caberá ao próximo Governo e ao próximo Parlamento. Eu não sou dono da verdade, mas, mantido o que eu espero que venha a ser a aprovação do regime definitivo nos próximos meses, creio que as regras de transição são brandas, no sentido de que o pedágio exigido de 50% da contribuição pode ser traduzido numa expressão muito fácil de entender: 50% de pouco é pouquinho. Então, aquele a quem faltar 1 ano de contribuição terá que trabalhar 1 ano e meio, aquele que faltar 6 meses terá que trabalhar 9 meses, etc. Nós continuaremos a ter, nos próximos anos, a figura da aposentadoria precoce, o que, numa situação de achatamento das outras despesas, será difícil de ser defendido.

Mas volto a dizer: essa é a minha opinião. Essa decisão política terá que ser tomada pelo próximo Presidente da República e sacramentada ou não pelo Parlamento.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Muito obrigado, Dr. Fabio.

Passo a palavra ao Deputado Thiago Peixoto. *(Pausa.)* O Deputado está ausente.

A próxima inscrita é a Deputada Jandira Feghali, que, por ter adicionado o tempo de Líder, dispõe de 14 minutos.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - V.Exa. pode ligar o som do microfone?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Para a senhora, eu ligo com muito prazer.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - Como faz para todos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Para todos, na hora certa.

A SRA. DEPUTADA JANDIRA FEGHALI - *(Riso.)* Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu lamento a saída dos debatedores, porque debate é debate, as pessoas têm que falar e têm que ouvir também. Infelizmente, eles precisaram sair, ou vão precisar sair agora, o que é lamentável para nós.

Eu acho que não há ninguém irresponsável nesta Comissão por ser contra esta reforma da Previdência. Ninguém deixa de pensar o Brasil porque é contra esse tipo de proposta. Na verdade, nós não poderíamos estar discutindo ou votando uma proposta desse tipo sem todos os dados e projeções que merecemos ter, e não temos. Nós estamos fazendo no escuro um debate sobre o modelo de cálculo atuarial, sobre projeções absolutamente ridículas — desculpem-me o termo — que chegaram até aqui. São ridículas as projeções que chegaram até aqui. Se a projeção que o Governo nos mandou é verdadeira, a de que o PIB em 2060 será 0,7% —, então, de fato, nós temos que entrar em desespero, porque a perspectiva de crescimento é nenhuma.

Acho que não há debate que não seja ideológico. É uma visão de mundo, é uma visão de Estado, é uma visão de modelo de país. É claro que é um debate político-ideológico. Todo mundo que está aqui se posiciona política e ideologicamente. Os dados que são ou não usados são também utilizados de acordo com a interpretação político-ideológica. Então, vamos parar de dizer que não há



debate ideológico aqui. Há, porque isso envolve uma coisa chamada papel do Estado. É uma questão ideológica e política.

Aqui há um debate em que sempre se repete que é apenas o uso absoluto dos dados demográficos. Isso é o que nós mais ouvimos aqui. Não é a taxa de dependência, não é a taxa de crescimento de idosos, não é a relação entre População Economicamente Ativa e número de filhos e número de idosos. A pirâmide é vista só num ponto, o que é extremamente grave.

Sinceramente, se for confirmada a projeção de que teremos dificuldades de sustentar as aposentadorias, qual é a saída? É excluir os trabalhadores do sistema previdenciário ou é encontrar saídas, a exemplo do que fizeram os Constituintes de 1988? O que os Constituintes fizeram em 1988? Quando universalizaram a saúde, havia um grau de indignação absurdo neste País. Para alguém entrar num hospital público, precisava ter a carteirinha do INPS, senão não podia ser atendido. Quando se universaliza, ampliam-se as contribuições sociais. Não podemos encontrar uma saída com base no conceito do seguro indivíduo-Estado. Nós precisamos saídas sociais.

Alguns economistas que tanto defenderam durante tanto tempo o Chile, vejam hoje o que a capitalização fez lá, o grau de orfandade, de exclusão do sistema previdenciário. Hoje, o Chile está tentando voltar a um sistema solidário de repartição, para afastar a orfandade social que lá permaneceu. A capitalização no Chile gerou orfandade, não gerou suficiência, e a aposentadoria lá chegou a um salário mínimo para quase todo mundo.

Ontem ou anteontem, houve uma imensa manifestação no Chile a respeito da situação previdenciária deles. Foi implantado exatamente o modelo de restrição de direitos e de redução de valores.

A produtividade, se eu não estou enganada, depende do investimento de capital. No capitalismo é assim. Não é um problema do trabalhador. Não é o trabalhador que não tem produtividade. No capitalismo, depende-se do investimento em capital fixo, em produção possível, em crescimento de produção.

Às vezes, ouvimos aqui um diagnóstico que interessa a alguns fazer e soluções que levarão, de fato, à exclusão dos mais pobres. Nenhum dos senhores trouxe um gráfico com o número de segurados que estão hoje no sistema



previdenciário que conseguem contribuir por 25 anos. Quantos são? O dado que eu tenho é de que 79% não chegam a 25 anos de contribuição. Quantas são as aposentadorias de até cinco salários mínimos? São 91,7% de aposentadorias de até cinco salários mínimos. E é essa população que estamos tentando impedir que acesse o sistema previdenciário, os benefícios previdenciários. Como carência, 25 anos representam algo absurdo, a exclusão do sistema.

O Dr. Fabio disse o seguinte: “*Quando a pessoa tem 15, ela não é estimulada a contribuir*”. Pelo amor de Deus! É o mesmo que dizer que a pessoa vai ter mais um filho para receber bolsa-família. Por favor! A sociedade não é assim. Quando as pessoas têm carência de 15, os homens conseguem se aposentar aos 65, e as mulheres, aos 60. Esses 25 anos significam a exclusão dos trabalhadores rurais e a exclusão de mais de 70% dos trabalhadores urbanos. Basta olhar a perspectiva de vida. Considerem a cidade de São Paulo, não a Região Metropolitana. A expectativa de vida num bairro é 15 anos maior do que a expectativa de vida em outro. Há desigualdade social absurda. Então, nivelar todo mundo, estabelecer 65 anos para que tenham acesso à aposentadoria, independentemente de tempo de contribuição, é uma posição de exclusão do sistema previdenciário. Eu não estou falando aqui de privilegiados, eu estou falando aqui da população de baixa renda, de trabalho de baixa renda.

Discute-se a retirada da possibilidade dos segurados especiais. O que está no texto? Menciona-se o dano efetivamente causado à saúde. Ora, a aposentadoria especial é para evitar a doença! É para evitar a doença, não é para aposentar a pessoa depois que adoeceu e que se comprovou o dano à saúde. Então, com as aposentadorias especiais, seja do mineiro de carvão, seja do aeronauta, seja de qualquer trabalhador com aposentadoria especial, o que se quer é evitar o dano à saúde. E o texto da reforma diz o seguinte: “*(...) que efetivamente tenha prejudicado a saúde*”. Nesse caso, já adoeceu! Já adoeceu. Vai se aposentar por causa de invalidez e não por causa de aposentaria especial, que procura evitar o dano à saúde.

Nós discutimos o cenário de receita, e a receita precisa ser considerada. Qual é o peso dos juros? Alguém aqui, o Relator *ad hoc*, acho, citou Fernando Henrique. Ora, no período de Fernando Henrique, a relação entre dívida e PIB subiu de 30%



para 60%; os juros reais chegaram a 40%; o desemprego foi a 12%, 13%; aumento real de salário mínimo não houve; aumento de massa salarial não houve. Então, como é que se pode buscar exemplo desse período como referência para o futuro? Como é que não se discute a receita, minha gente? Por que se utiliza DRU na Seguridade? Por que não há dinheiro? Por que existe déficit? Se a DRU é utilizada, é porque há dinheiro. Se não houvesse, o que se retiraria de lá? O déficit?

No ano de 2016, se eu não estou enganada quanto aos dados, que não estão comigo aqui, 95 bilhões foram retirados da Seguridade Social por meio da DRU. E se discute aqui o SUS, é dito que há um canibalismo social. Mas são retirados da Seguridade Social, por meio da DRU, 95 bilhões de reais, que podiam estar na saúde, podiam estar na educação, porque são contribuições rubricadas e específicas.

Qual é a nossa resposta então para a situação de crise? É retirar direitos e cortar gastos ou é pensar um projeto de desenvolvimento, um projeto de aumento de produtividade, revisar os critérios de desoneração, revisar a política macroeconômica? Eu não ouvi os senhores falarem disso aqui, exceto a Dra. Denise.

Acho até que o Dr. Fabio Giambiagi é mais rígido quanto a esse processo do que o Dr. Marcos Lisboa, pelo menos na apresentação neste momento. Cadê o gráfico das empregadas domésticas brasileiras? Em 92% dos casos, são mulheres. São 6 milhões de mulheres que, até 2014, nem sequer tinham carteira assinada. Vai ser de 25 anos a contribuição dessas mulheres, para se aposentarem aos 65 anos, mulheres quase sempre negras que, em sua maioria, não ganhavam 700 por mês?

Por que esses dados não aparecem? A comparação com a OCDE é brincadeira. A OCDE, a Europa principalmente tem uma política para os idosos de enorme proteção, independentemente da discussão previdenciária. Lá, empregada doméstica em situação precária não existe; lá, ninguém começa a trabalhar aos 9 anos de idade, ou aos 5 anos de idade no campo; lá, o tempo de aposentadoria, após a chamada idade mínima, é de 17 anos em média — aqui é de 13 anos hoje ou, em alguns casos, de 21 anos. Quanto à vida saudável, é muito maior a diferença. Então, é fácil citar a OCDE em relação àquilo que interessa. Em relação ao que não interessa, não se fala dela.



Eu gostaria de agregar algumas coisas aqui. Dados de ficção não estão nos dados que queremos, estão nos dados do Governo. Nós não sabemos até agora de onde eles tiraram a projeção de 0,7% do PIB, de 6,1% de aumento real de salário mínimo, exatamente para manipular, no sentido de a despesa ser crescente e o PIB ser decrescente.

Ora, o Dr. Fabio disse: *“Eu gastava 2,5, agora gasto 8,8”*. Claro, o PIB encolheu 3,6%! É algo comparativo, não é um dado absoluto. É óbvio que, com a redução do PIB, a despesa previdenciária terá um percentual maior no PIB. Agora, se aumentar o PIB para 1% ao ano, essa despesa já cai para 7,3%; se aumentar para 2% ao ano, ela cai para 6%, e assim sucessivamente.

Há muita distorção dos dados. Quando ouvimos aqui desonestidade intelectual, é porque os dados são assim usados. Um economista competente não poderia usá-los assim. Não pode usá-los assim, sem deixar declarado aqui que está deixando de considerar uma série de questões que estão postas na realidade econômica do Brasil.

Uma questão que me bate muito pesado é a seguinte: *“O Governo, de fato, está defendendo os mais pobres, ele é contra os privilégios”*. (Riso.) Realmente, é dramático. Numa situação de crise, nós só temos duas saídas: ou a economia sustenta a concentração de renda e aumenta a desigualdade, principalmente numa economia capitalista, rentista e com fundos de investimento olhando para a nossa economia, ou a economia serve à superação da desigualdade. Ao que me parece, o Governo fez a sua opção. Está clara a opção.

A curva da indústria não é maior do que a de julho de 2016, a curva do comércio caiu, a curva dos serviços caiu. Nós estamos apostando no quê? Qual é o projeto para o Brasil daqui a 50 anos? Como se aproveita o chamado bônus demográfico, se recursos da saúde e educação são congelados, pela PEC do Teto de Gastos, por 20 anos? O servidor público já experimentou três reformas. Ele já está no teto do INSS, já está no cálculo de benefícios diferenciado. E eu não vejo ninguém falar em tributação de herança, de dividendos, de capital, de lucros, de grandes fortunas. Essa discussão da reforma tributária progressiva não existe, apesar de haver muito projeto.



Objetivamente, a minha visão muito clara é a seguinte: não há possibilidade de se avançar no debate e na votação sem que tenhamos os dados reais, não os dados fictícios que o Governo nos encaminhou.

Eu quero deixar uma questão para a Dra. Denise, que é quem vai ficar aqui. Queria que ela explorasse um pouco mais, desenvolvesse um pouco mais a sua proposta, a sua perspectiva quanto a esse projeto macroeconômico e ao projeto de desenvolvimento de que precisamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Muito obrigado, Deputada Jandira.

O Sr. Fabio teve que se retirar. Apesar de sua ausência, quero lhe agradecer.

Marcos Lisboa, quero lhe agradecer também, em meu nome, em nome dos companheiros, em nome da Comissão e em nome do Congresso. Está sempre disposto a falar, a dar sua opinião aqui em todas as oportunidades. O meu partido também lhe é muito grato. Sempre que o procuramos, dispõe-se a conversar, e não só com o meu partido, mas também com todos os partidos, de forma voluntária. Eu quero declarar isso aqui. Obrigado.

O próximo orador inscrito é o Deputado Perondi.

Deputado Perondi, V.Exa. disporá de mais 5 minutos. São os 10 minutos da Liderança divididos. V.Exa. terá que esperar, porque está inscrito para falar na hora dos Líderes. Não demora muito. Para que eu siga a ordem, tenho que chamar dois Deputados e um Líder. Estou chamando V.Exa. como Deputado. Depois de eu chamar V.Exa. como Deputado, eu posso chamar dois Deputados e um Líder de novo.

O SR. DEPUTADO DARCISIO PERONDI - Pode deixar os dois falarem. Depois eu falo como Deputado e como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Então, vou passar a palavra agora ao Deputado Pompeo de Matos.

V.Exa. falará depois também, Deputado?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, posso falar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Carlos Aleluia) - Tem V.Exa. a palavra. O tempo de Líder será também adicionado.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, na verdade, nós assistimos aqui hoje, da parte do Governo, muito mais do mesmo. Até podia ter sido um pouco mais do mesmo, mas foi bem mais da mesma coisa a que temos assistido ao longo de todas as audiências públicas. A diferença aqui, com todo o respeito, foi o que disse a professora, a Dra. Denise Gentil, que foi gentilmente generosa nas palavras, que soaram como um bálsamo para o cidadão, para a população, para nós aqui, no sentido de podermos compreender melhor, claramente, o que é esse projeto ou o que ele não é em termos de reforma. Para mim, ele é uma espécie de desmonte, Dr. Victor.

Quando o Governo nega à Câmara dos Deputados, quando nega à Comissão que está avaliando, examinando o projeto do Governo dados essenciais, que lhe permitam fazer a leitura sobre o projeto do próprio Governo, nós chegamos então ao fundo do poço.

Eu faço esta pergunta: o que o Governo sabe, que só ele sabe, que não pode contar, e, se eu ficar sabendo e contar para o mundo, cai a casa? Eu vou repetir: o que o Governo sabe, que só ele sabe, que não pode contar, e, se eu ficar sabendo e contar para o mundo, a coisa desanda? Está aí a chave da questão. O Governo não revela. Por quê? Porque, se revelar, vai cair a casa do Governo. Os dados do Governo são confrontados com aquilo que o Governo diz. Há as palavras do Governo, mas os dados vão falar por si sós.

Aliás, a ANFIP diz isso. Eu tenho aqui o questionário. São 30 perguntas feitas para o cidadão, para que ele reflita. Eu creio que alguém tem essas 30 perguntas. Eu já o emprestei a alguém. São 30 perguntas apresentadas ao cidadão.

Por favor, Deputada Jandira, passe-me as perguntas. *(Pausa.)* Meu colega Deputado Assis do Couto, da primeira linha, aqui estão os dados. São 30 fatos que o Governo não lhe contou sobre a reforma da Previdência. São fatos que o Governo sabe, e não nos conta. Nós fazemos perguntas, e o Governo não nos dá as respostas. O Governo não responde porque, se ele, o Governo, responder as perguntas que nós estamos fazendo, ele, o Governo, responde tudo para a sociedade e terá que retirar o projeto, porque o projeto dele não tem nada a ver com as respostas que ele terá que dar, por conta das perguntas que serão feitas. Então, caiu a casa, caiu a máscara.



Vem então o Dr. Fabio Giambiagi e diz que o Governo pode reduzir algumas coisas, pode diminuir algumas coisas. Mas, eu quero repisar, reafirmar algo aqui de forma muito objetiva. Ora, 49 anos de contribuição e 65 anos de idade mínima — os dois estão juntos, não vale um sem o outro, são como irmãos siameses — é a receita do impossível da aposentadoria. Eu já disse isto aqui, e vou repetir: uma mentira dita mil vezes vira verdade. Imaginem a própria verdade repetida. É a aposentadoria pela hora da morte. O cidadão morre, é feito o velório, está presente o agente funerário, o responsável por encomendar o corpo, e, antes da ida para o cemitério, chega o agente do INSS e diz: *“Segura o corpo do morto, porque chegou a aposentadoria”*. Eu diria que é algo risível, se não fosse trágico. E vem o representante do Governo e diz: *“Não, agora nós podemos mudar, estabelecer 45, em vez de 49”*.

Eu fiz emenda, todos nós fizemos emenda, mas, na verdade, a grande emenda em relação a este projeto é emendarmos um pé nele, é chutá-lo. Não dá para aceitá-lo! Nós não queremos reforma da Previdência? Não achamos que tem de ser feita? Não é possível fazê-la? Dá para fazê-la, é possível fazê-la, mas vamos jogar o jogo da verdade. Tu sabes, e eu sei, eu sei que tu sabes, tu sabes o que estou sabendo que sabes, e cada um sabe o que o outro está sabendo. Ou seja, absolutamente, nós vamos fazer o jogo da verdade, o que não está existindo na reforma da Previdência.

Para provar o que estou dizendo, o Governo ataca cinco segmentos de pessoas, de seres humanos, um grupo de pessoas. É algo absurdo. Ele ataca, primeiro, os deficientes, tira o direito dos deficientes à aposentadoria do salário mínimo. Além de diminuir a aposentadoria, colocá-la abaixo do salário mínimo, não garante o reajuste do salário mínimo dos deficientes. Ora, isso é tirar dinheiro de cego! Isso é tirar dinheiro de aleijado — desculpem-me a expressão, que não é usual. Como o Governo vai fazer isso? Como é que pode? Desculpem-me por usar essa expressão, mas eu quero ir lá no fundo sim, dizer aonde é que estão chegando.

O Governo quer tirar direito também da pessoa velha e pobre. Hoje, o pobre com 65 anos que ganha menos de um quarto do salário mínimo ou que ganha um quarto de salário mínimo, 240 reais, essa pessoa recebe um salário de amparo



previdenciário, por meio do Benefício de Prestação Continuada. O Governo diz então: *“Não, não vai receber mais. Só receberá aos 70”*. Essa pessoa é pobre, ganha 240 reais e, aos 65 anos, vai morrer logo, é claro, porque não tem dinheiro para comprar remédio. Aliás, ela vai morrer de angústia, de raiva, de ódio, de tédio, de nojo, de morte morrida e de morte matada. O Governo quer que essa pessoa só receba o benefício aos 70 anos. É claro que ela vai morrer antes. Vai ser uma corrida entre a morte e o tal do amparo previdenciário. Quem chega primeiro? Não é o amparo, é a morte. E assim o Governo economiza. Mas quer economizar tirando dos velhos pobres? É deles que o Governo quer tirar dinheiro para salvar a Previdência?

Ele quer tirar dinheiro também da viúva. No caso de um casal de aposentados, se um morre, em vez de a viúva receber a pensão, o que morre leva para o cemitério a pensão, a aposentadoria. Se apenas um deles for aposentado e morrer, a viúva não recebe os 100%, recebe os 60%.

Então, não é aceitável! O Governo vai tirar do deficiente físico, do deficiente mental, enfim, das pessoas com deficiência, vai tirar das viúvas, vai tirar dos velhos e pobres? Não pode tirar de outro lugar? Há diferença entre a covardia e a coragem. Nos dois casos, enfrenta-se alguém, mas o corajoso enfrenta os grandes e os poderosos, e o covarde enfrenta os fracos e os humildes. O Governo não tem coragem de enfrentar a Friboi, que deve 2 bilhões à Previdência, a MARFRIG, o Itaú, o Bradesco, outros bancos. O Governo não tem coragem de enfrentar os grandes, mas têm a covardia de enfrentar os pequenos, que são os velhos e pobres, os deficientes físicos, as viúvas em situação de necessidade.

Se isso já não fosse pouco, o Governo atira contra mais dois segmentos. Atira, por exemplo, contra o agricultor. E a agricultura é a galinha dos ovos de ouro da economia deste País. A indústria está crescendo para baixo. O setor de serviços está parado. O comércio está estagnado. Quem produz riqueza neste País? A agricultura. Está aí a galinha dos ovos de ouro. E o Governo quer tirar do agricultor o direito de se aposentar. Atira contra quem produz, para desorganizar a produção.

O Governo atira também contra as mulheres. Não sabe o infeliz ou os infelizes que nós nascemos da barriga de uma mulher, crescemos no colo de uma mulher e aprendemos a andar pela mão de uma mulher. E feliz é aquele que pode



viver no coração de uma delas. Acho que eles não estão tendo coração, nem têm coração de mulher para viver. Não é possível que vão atirar contra as mulheres da maneira como estão atirando, dizendo que homem e mulher são iguais. Não são! A mulher tem tripla jornada: gera filhos, trabalha fora e cuida da casa. É ela quem primeiro se levanta de manhã e é a última que se deita à noite, cuidando da casa, cuidando da família. Então, são diferentes.

Isso chega a nos arrepiar. É essa reforma que o Governo quer, tirando dos pobres, tirando dos miseráveis, desconhecendo o professor, a professora, desconhecendo as pessoas que têm necessidade, que precisam contar com o amparo da Previdência Social?

É contra isso que eu me levanto. Venho com veemência dizer: não tirem dos velhos o direito à dignidade ao final da vida; não tirem da viúva o mínimo de condição de sobrevivência ao final da vida, quando perde o seu parceiro, o seu companheiro; não tirem da pessoa que é deficiente aquilo que a vida já lhe tirou, por não lhe ter dado condições de igualdade em relação às outras pessoas. A compensação vem por conta da Previdência, que é previdência, mas é também social. Por ser social, tem que amparar.

Não vão fazer isso com o meu voto, com o meu apoio, não vão fazer isso sem a minha crítica.

Eu vi os dirigentes do Governo dizerem que dá para diminuir, mas o que ele está propondo é tão ruim quanto a proposta que apresentou. O Governo diz assim: *“Mas não há proposta”*. Na verdade, Dra. Denise, Dr. Victor, nós temos já uma lei, que estabelece a fórmula 85/95, que vai chegar à fórmula 90/100. O Governo pode até antecipar a fórmula 90/100. Se a questão é grave, antecipa. Em vez de ser 90/100 em 2027, põe 90/100 em 2018, em 2019. E faz mais uma coisa: estabelece tempo mínimo de contribuição, 35 anos, e idade mínima, 60 anos, conjugando 35 anos de contribuição com 60 anos de idade. No caso do homem que quiser se aposentar, serão 35 anos de contribuição e 60 anos de idade, cuja soma dá 95. Faltam 5 anos. Então, ele contribui por mais 2 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Concluo, Sr. Presidente.



Ele trabalha por mais 2 anos ou 3 anos, vive por mais 2 anos ou 3 anos. Se paga, economiza com a vida; se não paga, paga com a vida. Ou seja, vive um pouco mais. Está pronta a reforma. É só aperfeiçoar, é só ajustar. Dá sim para suportar, dá para sustentar, dá para fazer o cálculo atuarial sim.

Presidente, INSS, Governo, forneçam os microdados! Forneçam os microdados. Vamos fazer o jogo da verdade. Têm medo de quê? Têm medo de quem? Não dá para se fazer a matemática do jogo? Em matemática, dois mais dois são quatro. Em política, dois e dois são 25, 32, 46, qualquer coisa menos quatro. Estão fazendo uma politicagem, cuja conta não fecha. E aí eles vão perder o debate na rua, porque o povo não é bobo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua, conclua.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Se nos comprarem por bobos, devolvem-nos de madrugada. Eles vão ver que o povo brasileiro de bobo não tem nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou interromper os trabalhos por 5 minutos, para que nós possamos votar, participar de votação nominal. Na sequência, falará o Deputado Alessandro Molon.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu vou pedir a V.Exa. que suspenda a reunião por 20 minutos, porque, com toda a franqueza, daqui a 5 minutos, só V.Exa., eu e mais um colega vamos estar de volta. Então, é melhor estabelecer o prazo de 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - É muito!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O Relator não está presente. Os dois com quem nós queríamos debater não vão estar presentes. Todos nós vamos para lá. V.Exa. sabe que demora ir ao plenário e voltar. Então, peço que suspenda os trabalhos por 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Serão 10 minutos então. Vinte minutos é demais!

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É só para haver um debate de verdade, Sr. Presidente, porque senão fazemos um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - As suas considerações serão ouvidas por quem estiver aqui, como é de praxe.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Por V.Exa. Eu agradeço. Vai ser ótimo falar para V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Peço desculpas pelo meu atraso. A situação lá estava mais quente do que parecia. *(Risos.)*

Passo a palavra à nossa expositora. Sente-se aqui, por favor, à minha direita.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Isso é provocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.

Vou passar a palavra ao Deputado Molon, que dispõe de 5 minutos, mais 5 minutos pela Liderança do seu partido. É isso? V.Exa. está inscrito como Líder e dispõe de mais 5 minutos pela Liderança da Rede?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - É isso mesmo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, eu queria inicialmente agradecer aos quatro convidados as apresentações e cumprimentar o Dr. Victor e a Dra. Denise, com os quais eu já tive o prazer de debater e aprender em alguns momentos no meu Estado, o Rio de Janeiro. Eu tenho a honra de ser do Estado que também é deles. O nosso muito obrigado aos quatro, especialmente aos dois que aqui ficaram.

Eu lamento que todos os convidados não estejam aqui. Compreenda, Presidente, que não faço nenhuma crítica ao compromisso de cada um, mas teria sido muito importante que os outros dois expositores ficassem. Eu me refiro a eles porque divirjo do ponto de vista deles e queria fazer um debate respeitoso e sincero com eles. Digo isso sinceramente. Eles apresentaram uma visão a respeito da qual eu queria dialogar. Percebi alguns pontos em comum na apresentação deles, que vou mencionar aqui, e queria chamá-los para uma reflexão sobre esses pontos e alguns outros que eles não abordaram e que eu queria mencionar. Então, a ausência deles é muito sentida por nós. É uma pena que eles não tenham ficado.



Quando houver uma audiência pública na parte da tarde, talvez convenha fazer uma recomendação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu até gostaria de ouvir o Secretário Marcelo sobre as condições em que foi feito esse convite — no momento em que ele chegar, eu vou conversar com ele sobre isso. Eu também fiquei absolutamente contrariado, até porque minha orientação era esta: em caso de necessidade de saída rápida daqui, que se cancelasse o convite.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - O meu tempo correu direto. Queria pedir que houvesse a reposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Tudo bem, eu vou repor o tempo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, por favor, Presidente, prossiga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu quero dizer que a minha orientação é esta: no caso de alguém dizer que tem de ir embora às 19 horas, por exemplo, que nem venha! Essa era a minha orientação. Quero até saber se eles pagaram as passagens ou se foram adquiridas pela Comissão, contrariando até a situação que eu havia estabelecido durante uma audiência pública.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Também fiquei bastante contrariado com essa situação.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Presidente, ainda antes de retomar o meu tempo, até para dialogar com V.Exa. sobre isso, quero dizer o seguinte: teria sido importante que os dois ficassem porque são grandes expoentes dos que defendem a reforma. A presença deles aqui era e é muito importante, porque são pessoas publicamente identificadas com essa linha, com essa proposta de reforma... *(Pausa.)*

A senhora pode interromper o meu tempo, por favor, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou repor o seu tempo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Eu acabei de pedir que não contasse o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, concordo.



O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - V.Exa. pode repor o tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O prazo de 9 minutos está bom?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - O Deputado dispõe de 9 minutos. Vamos ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Obrigado, Presidente.

Feito esse registro, eu queria analisar a apresentação que os dois fizeram. Era isso que eu gostaria de fazer diante deles. Em síntese, o que os dois nos disseram aqui? Primeiro ponto: considerando-se os números, em especial os gastos e a tendência de aumento de gastos com Previdência, uma reforma é necessária. Esse é um ponto.

Segundo ponto: para isso, é fundamental estabelecer uma idade mínima, porque essa seria uma medida de justiça. Os dois defenderam esse ponto de vista, e não defenderam mais nenhum outro ponto da reforma proposta. Nenhum!

Aliás, o Dr. Fabio defendeu, salvo engano — não me recordo se o Dr. Marcos defendeu isto —, igualar-se a idade de homens e mulheres. Foi o único outro ponto que, de alguma maneira, foi tratado por um dos dois.

Agora, não houve nenhuma palavra sobre o aumento de 15 para 25 anos, a não ser na resposta do Dr. Fabio ao Deputado Arlindo, salvo engano. Não defenderam nenhum dos outros pontos! E disse o Dr. Fabio em sua apresentação: *“O fato não é ser bom, o desafio não é ser bom, é ser justo”*. Eu gostaria de perguntar aos dois se consideram justo aumentar de 15 para 25 anos o tempo mínimo de contribuição. Eu gostaria que cada um dissesse isto: *“Eu considero justo”*.

O Dr. Fabio disse: *“Fazer isso em 20 anos vai resolver, dá tempo de as pessoas se adaptarem”*. Mas não há regra de transição para aumentar de 15 para 25 anos, Presidente! Aplicação imediata!

Nem o Dr. Fabio acha correto passar, de uma hora para outra, de 15 para 25 anos! Nem o Dr. Fabio Giambiagi! Vejam as notas taquigráficas. Ele disse: *“Fazer isso ao longo de 20 anos vai fazer com que pouco a pouco as pessoas caminhem de 15 para 25”*. Foi o que ele disse há pouco. Ou ele não sabe que há transição — não acredito nisso — ou ele não tocou propositalmente no tema, porque é uma vergonha



uma proposta como esta, fazer isso de uma hora para outra! Não há regra de transição.

Eles disseram que nos outros países isso acontece de forma gradual. Marcos Lisboa disse que, normalmente, a transição é de 20 anos. Aqui não há regra. O Dr. Victor falou isso. Da noite para o dia, no caso de alguém que falte 1 dia para se aposentar, Presidente, 1 dia, o cálculo vai ser feito com base na regra nova, vai ser sobre 100% das contribuições e não sobre 80%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está dizendo que isso vai valer para o trabalhador rural, é isso?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não, para o trabalhador urbano também!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E a transição?

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Não há transição! A transição ocorre só no tempo para se aposentar. Acrescentam-se 50%, mas o cálculo é feito com a aplicação imediata da regra nova. São 51% mais 1% por ano para todos, não importa a idade!

Isso não tem cabimento! É sobre isso que nós estamos tentando fazer o alerta. Ou o Dr. Fabio não percebeu isso, não se atentou — pode acontecer —, ou se atentou e não quis falar, porque sabe que é injusto.

Vejam as outras coisas que eles dizem que são injustas. Quanto aos 49 anos de contribuição, ele defendeu 45, e percebam que é uma pessoa tida como um dos defensores das propostas mais ortodoxas. Ele defendeu 45 anos.

Ele também defendeu que se repense a regra de pensão, porque ele a considera injusta.

Defendeu que se acabe com a vedação do acúmulo de pensão e aposentadoria, porque a considera injusta. Ele mesmo disse que talvez a média de 80% seja melhor, em vez de 100%, e que é preciso negociar. Ele, no fundo, sabe que é injusta.

Eles não falaram de BPC. Eu queria perguntar a eles sobre o BPC. Eu queria saber se eles acham que tirar o vínculo com o salário mínimo ou aumentar de 65 para 70 anos seja uma medida de justiça social. Ninguém defende isso, Presidente!



Veja V.Exa. que eles só falaram da idade mínima porque é a única coisa que eles conseguem defender. Aliás, quanto à equiparação entre homem e mulher, que o Dr. Fabio defendeu, eu divirjo, mas ele a defendeu, de alguma forma. Mesmo assim, foi um tema lateral.

Então, de acordo com a apresentação dos dois, o que vieram defender a respeito da proposta do Governo? Um: gasta-se muito. Dois: vai gastar-se mais. Três: tem que se fazer uma reforma. Quatro: uma idade mínima é fundamental. E ponto final. Não se fala de condição de justiça para trabalhador urbano ou rural. Eu não vi alguém defender aqui que é justo que um trabalhador rural tenha a mesma regra que o urbano. Não vi nenhum dos dois defenderem isso.

Eu gostaria de perguntar, e ele teria todo o direito de achar justo e de defender o seu ponto de vista, respeito, mas gostaria que ele dissesse: *“Não, eu considero justo a aposentadoria rural ser tão dura quanto a urbana”*. Tudo bem. Vou divergir, vou debater, mas queria que ele dissesse.

Eu queria perguntar a ele se é justo que só acidentado do trabalho receba 100% da pensão por invalidez. Eu queria que alguém dissesse isso aqui, porque ninguém responde a essa pergunta. E os dois também não responderam, porque não há como responder a essa pergunta.

Gente que preza pelo próprio nome, por mais ortodoxo ou liberal que seja, tem certos limites humanitários que hesita em ultrapassar, sob pena de, depois... Vejam que o Dr. Marcos Lisboa disse: *“Não, todos nós nos preocupamos com os pobres. Todos nós! Nós sabemos que o Brasil é um País desigual”*. Por quê? Porque há certos limites humanitários que não se ultrapassam, e essa proposta os ultrapassa.

Eu acho que essas duas apresentações foram muito boas para quem critica essa reforma, como é o meu caso. E não me refiro à da Dra. Denise e à do Dr. Victor, que foram excelentes e que eu já conhecia. Refiro-me às duas que, em tese, vieram defender a proposta do Governo, porque não conseguem sustentar a proposta.

O Dr. Fabio citou quatro pontos — dos que ele citou espontaneamente — que merecem ser rediscutidos. Nem o Dr. Fabio Giambiagi, conhecido defensor desse tipo de proposta, defendeu a proposta aqui. Eu concordo com ele, quando diz que



tem condição de trabalhar mais do que alguns anos e quero lhe dizer uma coisa: o senhor sabe que a sua vida no BNDES tem certas características — como a vida que eu tive também — diferentes da vida de um trabalhador rural. Os 33 anos do senhor no BNDES, que são um serviço prestado ao País — eu tenho certeza de que o faz com essa intenção, embora divirja da sua visão de economia e de país —, não se comparam ao desgaste dos 33 anos de uma pessoa no campo. E o senhor sabe disso. O senhor conhece o campo brasileiro. O senhor sabe que a vida de um trabalhador rural é diferente da vida de uma pessoa que trabalha no escritório com ar-condicionado. É diferente, não tem como comparar isso!

Então, eu gostaria de fazer essas perguntas. Faz sentido não haver essa regra de transição? Faz sentido reduzir o piso das pensões e assim por diante?

Para terminar, Sr. Presidente — eu não vou nem usar os 10 minutos —, quero apenas registrar o seguinte: considere excelentes as apresentações dos quatro e considere uma má notícia para o Governo. Aqueles que nós esperávamos que viessem aqui defender todos os pontos da reforma só conseguem defender um: que tem que haver uma idade mínima. Esse é o único ponto que eles conseguem defender.

Eu não me oponho a fazer um debate sobre idade de referência com essas características que o senhor falou e que a Dra. Denise sempre fala, com um redutor em função das condições de vida, de trabalho, das desigualdades regionais, da penosidade do trabalho, do tempo de contribuição. Esses redutores vão permitir que se cobre uma idade um pouco menor das pessoas que tiveram a vida mais dura. Mas podemos fazer um debate sobre idade de referência.

Sr. Presidente, esses outros pontos são tão vergonhosos que nem os mais árdios defensores do Governo têm coragem de defendê-los. Gol contra do Governo. Aliás, dois gols contra hoje. Que bom! É uma pena eles não estarem aqui, porque eu gostaria de poder debater isso com eles, para que, se eu também tivesse entendido alguma coisa errada, eles pudessem contrapor. O debate teria sido melhor para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu que lhe agradeço pelo respeito ao tempo, Deputado Alessandro Molon.



Passo ao próximo inscrito.

O Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Alessandro Molon, mesmo tendo usado o tempo de Liderança somado, falaram pelo critério de inscrição.

Eu passo ao próximo orador, pelo critério de Liderança.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, antes que V.Exa. anuncie... Não sei em que altura eu estou. Não estou questionando a sua orientação, mas eu também tenho parte do tempo de Líder.

Por que faço a observação? Porque, na sua breve ausência, quem estava no exercício da Presidência buscou alguém que estava lá no fundo da fila para usar a palavra como Líder.

V.Exa. nos indagou, e nós dissemos: *"Mantemos a ordem, acumulando o tempo de Liderança"*.

Então, eu queria, antes que V.Exa. anunciasse... Eu até pedi para o seu secretário alertar quem estava exercendo a função naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Deixa-me só dizer qual vai ser o procedimento que vou adotar.

Pelo tempo de Liderança, por exemplo, agora, vejo aqui que o próximo Líder a falar, o Deputado Darcísio Perondi, pelo Governo. A Liderança do Governo está dividida em dois: Deputado Perondi e Deputado Julio Lopes.

O Deputado Perondi falará agora e somará ao seu tempo de Líder o tempo de inscrição. No momento em que o tempo de inscrição do Deputado Julio Lopes chegar, ele vai somar o tempo de Líder. Da mesma forma, V.Exa. No momento em que V.Exa. falar, que não está distante, será somado o tempo de Líder, que ficou reservado no momento da fala do Deputado Julio Lopes.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perfeito. Obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. gostou do critério extremamente justo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. tem mudado, e eu atribuo isso, primeiro, à sua formação e, segundo, aos debates da reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu sempre fui justo. *(Risos.)*



Eu queria ouvir um elogio mais simbólico, para eu gravar e botar na minha página também.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Baixou São Marun.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - São Marun, marunita.

Deputado Darcísio Perondi, V.Exa. dispõe de exatos 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu vou começar comentando sobre a Dra. Denise e o Dr. Victor e vou encerrar com o Giambiagi e o Lisboa.

A Dra. Denise é professora universitária, tem artigos, é uma estudiosa. Eu a respeito, mas ela veio aqui mais para confundir, eu acho. Em primeiro lugar, ela fecha com a ANFIP e diz que a Previdência teria superávit, reputação, que não há déficit e que a OAB, os magistrados, a UNIFISCO estão todas dizendo que não há. E até botou em dúvida os números. Até botou em dúvida o IBGE.

Aliás, minha solidariedade à meritocracia do IBGE, aos funcionários antigos dessa instituição, que até fica de fora dos escândalos. Não circula dinheiro lá.

Ela botou em dúvida.

Doutora, eu acho que nós precisamos acreditar em instituições. Talvez seja por isso que o Brasil ainda esteja de pé, porque tem instituições fortes. Então, eu acredito, sim, no IBGE, eu acredito nos números da Procuradoria-Geral da Fazenda, eu acredito nos números do Ministério do Planejamento, nas LDOs que os Governos mandam para cá, inclusive o Governo ao qual a senhora foi simpática nos últimos 12, 13 anos. São números que se repetem.

Nos últimos 5 anos, o próprio Governo anterior apontava déficit.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, quero pedir respeito a esse tipo de provocação. Alguém do PMDB, que tem um Vice-Presidente em duas, três gestões, vários Ministérios, vai ficar ofendendo as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado Edmilson...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Há uma cientista, professora universitária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, eu peço que V.Exa. lhe garanta a palavra.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas ele é Líder do Governo. Não é um qualquer não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas ele está falando, está fazendo questionamento. Nós não podemos censurar.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Há pouco, eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se o Deputado cometer algum excesso, eu vou agir. Mas eu não estou vendo ofensa nenhuma. São questionamentos.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - O Sr. Fabio se sentiu ofendido com a minha fala e tentou me ofender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Quem?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Um dos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Se eu aqui estivesse, teria...

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - E eu não tive o direito de me defender. Aí, o Líder do Governo diz: *"Porque o seu Governo..."*.

Governo não, poxa. Eu saí do PT em 2005, por ter divergências. Eu acho que há um grau de respeito que é importante para manter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E não está sendo ultrapassado pelo Deputado Darcísio Perondi. Nós não podemos também censurar a palavra do Deputado. Ele não cometeu abuso. E não cabe a nenhum de nós... Eu também escuto coisa aqui da qual eu discordo, mas não cabe a censura, salvo se for cometido efetivamente algum abuso evidente. Positivo?

Recoloquem 1 minuto no tempo do Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Um minuto e meio. Eu estava com a palavra por 30 segundos quando fui interrompido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Reponha 1 minuto ao tempo do Deputado, por favor.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Está bom.

Doutora, está aqui: detalhamento do déficit em 2016. Fechou a Previdência com 227 bilhões. Aí, inclui a assistência social, elevando a 258,7 bilhões. O benefício ao regime geral deu 50 bilhões. O rural, um buraco de 103. O urbano, 46. A contribuição da União dos servidores civis e militares, 77,2. E a senhora simplesmente negou.



Por que a instituição que a senhora defendeu aqui não apresentou os números de 2016? Porque a ANFIP, usando todas as pedaladas que ela usou, tirando servidores civis e militares, DRU, etc., tudo, e mesmo assim, 2016, ela não publicou ainda, porque deu déficit com as pedaladas. E está claro de novo que as corporações públicas se juntam e são as interessadas.

A OAB é interessada, porque há uma verdadeira indústria de advogados na porta dos aposentados — uma verdadeira indústria, de toda ordem. E também todo o envolvimento que a OAB tem com a corporação jurídico-pública. O SINDIFISCO, nem se fala. Eles são os privilegiados do andar de cima, responsáveis quase que pelo o que o SUS do Brasil gasta com 200 milhões de brasileiros. E a doutora fala com galhardia que não há déficit.

(Não identificado) - E não há mesmo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Ela fala também da cobrança da dívida: *“Não, vamos cobrar dívida, vamos fazer a desoneração, que resolve”*. Ela esquece que — eu não sou economista, sou médico, mas sei somar, sei ler, sei estudar, estou estudando — mesmo que se recuperem 150 bilhões da dívida ativa da Previdência, que é muito difícil, vai se cobrir um pouco mais da metade do déficit da seguridade social — a metade, doutora. A senhora esqueceu isso.

E a senhora faz um desafio extraordinário: fazer a reforma pela receita. O Governo que a Oposição trabalhou durante 12, 13 anos entregou o País com um buraco fiscal sem precedentes, um déficit nominal de quase 3%, déficit primário. O nominal passa de 10, 12%. E a senhora quer trabalhar a receita numa depressão desse porte.

O Governo que a senhora defendeu... A sonegação está sendo enfrentada. O outro Governo fez, e está sendo enfrentada. Não é fácil, mas está sendo enfrentada.

Projeto de desenvolvimento, taxa de dependência: a senhora ignora a ciência demográfica. E mais: a senhora teve a ousadia de falar que nós não apresentamos cálculo atuarial. Primeiro, o guru da Oposição, o Prof. André, que esteve conosco semana passada, falou respeitosamente do novo cálculo atuarial que o Governo apresentou — esta reforma —, silenciando a Oposição. E a senhora confundiu. A senhora disse que o cálculo atuarial é em cima da LDO, em cima da ciência demográfica, que isso não é mais, que a senhora tem uma proposta nova.



Doutora, o sistema da LDO é obrigado a falar sobre o cálculo atuarial da Previdência Social, e a senhora sabe, no Governo do Lula e da Dilma, sempre foi apontada a questão da ciência demográfica. E a Oposição vota. A Oposição vota aqui na Comissão de Orçamento e põe no plenário. Vota e aplaudiu. A senhora ignorou isso. A senhora disse que é pela LDO. Não é. É inovador. O próprio líder, professor do IPEA, guru da Oposição, assim disse. Fala da ciência demográfica, fala da produtividade, fala da relação salário-PIB, isso a senhora ignorou. A senhora veio aqui para confundir. Realmente, confunde. Dvidou do IBGE, muito triste. E falou de uns tais de microdados na mão, sobre os quais eu conversei com os consultores. Eles não sabem disso. E, veja, as Consultorias do Senado e da Câmara são muito boas. Explique a senhora de forma melhor.

Dr. Victor, igualdade com o que ganham os Deputados, os Senadores, os juízes, os promotores, os fiscais precisam ganhar. O senhor fala em igualdade, que nós estamos aumentando a desigualdade da reforma. Eu não sei. Eu entendi muito mal. A impressão que eu tenho... Tomara que não. O senhor está defendendo as corporações públicas. E mais: juízes e promotores ainda escapam do teto com facilidade, porque há o Conselho Nacional de Justiça, etc., etc., etc. e mil e uma saídas para se justificar, aliás, se segurando por uma liminar do Ministro Fux.

E o senhor fala em igualdade? Nós estamos atacando, confirmando, mexendo com o andar superior do tempo de contribuição, que são as aposentadorias precoces. E o senhor fala que vai aumentar a desigualdade? Eu falaria que o senhor tem (*expressão retirada por determinação da Presidência*), mas o senhor tem barba. Parece Jesus Cristo? Não! O senhor é um estudioso, eu respeito. Mas dizer isso na penúltima...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, chamar o convidado de (*expressão retirada por determinação da Presidência*) é um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Retire-as, por favor, das notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É um absurdo, um absurdo!

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu disse que não é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ele disse que não é.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Retire, é tranquilo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Está retirado o termo.

Por favor, vamos dar sequência à sessão.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Retiro tranquilo. Estão sendo quebrados privilégios do tempo de contribuição, das aposentadorias precoces. No andar superior, que inclui os Parlamentares, também estão sendo quebrados privilégios. E o senhor vem dizer que aumenta a desigualdade e vem falar do princípio da proteção da confiança? Nós estamos respeitando os direitos adquiridos. Mas a expectativa de direito? Até mesmo a transição, lenta e gradual, vai levar 20 anos. As regras estão sendo respeitadas, não é como na Grécia ou em Portugal. O senhor vem aqui com esse princípio de proteção de confiança defender privilégios, privilégios desses que neste ano vão dar prejuízo de 100 bilhões na área da Previdência para a União. E não estou falando de Estados e Municípios, mas da União.

Doutor, já há jurisprudência do Supremo de que não há expectativa de direito. Eu respeito as teorias que o senhor trouxe e as posições de alguns Ministros eventualmente em alguns processos. Mas isso é muito triste. Eu fiquei triste, fiquei muito triste. O senhor ignora a expectativa de sobrevivência também, tem uma tendência de ignorar. Nós estamos confirmando a revogação da integralidade da paridade, e o senhor vem em defesa dela? É muito triste!

Os dois colegas que foram embora poderiam ter ficado. Nas próximas reuniões, realmente tem que se ordenar isso. Poderiam ficar, mas foram muito claros. Ou se faz a reforma, ou o Brasil afunda mesmo. Nós começamos, devagar, a sair de uma grave crise fiscal, de uma gravíssima crise fiscal. E isso passa pelo custo maior, que é a Previdência. A mudança para enfrentar essa grave crise por que passa o País vai ser lenta, progressiva, respeitando direitos.

E nós temos programas, sim, doutora: o pré-sal, a Lei das Estatais.

Peço só mais 1 minuto para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo. Concedo 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Nós gastávamos muito. Aprovamos a PEC dos Gastos e enquadrámos o Poder Judiciário. Eu recebi muita proteção e muita crítica, é óbvio. Nós estamos enquadrando todos. A PEC dos



Gastos afeta todos os poderes, porque havia uma gastança enorme. Esses dois conferencistas falaram a realidade. Nós vamos mudar o País independente das corporações públicas, as quais estão muito bem representadas por dois nesta Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Passamos ao próximo inscrito, o Deputado Arlindo Chinaglia, que soma o tempo reservado de Liderança, de 4 minutos.

V.Exa. tem 10 minutos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Presidente, uma informação. O André, que veio do IPEA, defendeu a proposta de reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por favor, vamos garantir a palavra ao eminente Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Senão eu perco o embalo, que já está pouco. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Reponha o tempo, por favor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também lamento a ausência do Dr. Fabio Giambiagi, bem como do Prof. Marcos Lisboa, porque, como já foi comentado, eu quero cumprimentar toda a Mesa, inclusive eles, na ausência, pelo esforço, pelo empenho e pelo conteúdo.

Ele fez uma pergunta, ainda que ele tivesse contestado aspectos retóricos que não mencionou de onde viria: *“Quem contribuir 30 ou 35 anos, e estes receberem menos de quem contribuir 45 anos, onde está a injustiça?”*

Quer dizer, esse tipo de abordagem tem chamado a atenção, porque mistura todos aqueles que estão pelo trabalho, digamos, buscando ganhar a vida e, no futuro, se aposentar. Ocorre que a nossa sociedade é profundamente injusta.

Eu queria apontar pelo menos uma contradição, aliás, uma injustiça. E, portanto, é uma contradição do que ele falou. Os mais pobres jamais vão conseguir contribuir de 30 a 35 anos. A *Folha de S. Paulo* divulgou que, em 2015, quando o desemprego não estava no nível em que está hoje, 79% não conseguiriam pagar 25 anos e 60% não conseguiriam pagar 20 anos. Então, a injustiça é brutal, porque coloca alguém que pode ter estabilidade no emprego e alguma condição melhor de vida, esse poderá contribuir até mais do que 40 anos.



Ele também fez uma frase forte. Depois me parece que ele retirou, para ser justo, ou ele atenuou, quando falou que *“ficava com vergonha de um país que permite a aposentadoria precoce”*. Ele mesmo reconsiderou, eu acho. Mas, se fosse para colocar nesse ou em outros termos, eu fico mais envergonhado com as desonerações, eu fico mais, digamos, envergonhado com a sonegação continuada, com as fraudes, com a não cobrança de dívidas, porque estamos fazendo referência aos devedores e inscritos na dívida ativa.

Mas eu quero estender, porque há uma lógica, vou repetir aqui porque eu acho que é uma boa síntese: uma grande parte do grande empresariado brasileiro tem como premissa não pagar a dívida antiga. E, como tática, dívida nova eles deixam envelhecer.

O problema é que o Estado brasileiro coonesta. Nós temos o seguinte absurdo: alguém entra com um recurso administrativo e aquilo tramita não se sabe por quanto tempo. No caso da Previdência, em 5 anos, acaba o débito. Isso é uma aberração. Se forem derrotados no processo administrativo, vão para o Poder Judiciário e não pagam.

O Dr. Fabio — faço referência respeitosa sempre a qualquer convidado — fez menção a algo que para mim é uma boa referência ao Pacto de Toledo, que veio da Espanha, na década de 90, mas não após imporem uma reforma desumana e cruel como essa. O pacto foi feito antes com a participação de trabalhadores, empresários, governo e técnicos. É aquilo que estamos dizendo o tempo todo: vamos fazer o debate público. Para que a pressa? A pressa é exatamente para que o debate não ocorra.

Portanto, faz parte de uma estratégia também esconder os dados. Eu posso até não saber, Profa. Denise, explicar o que sejam os microdados, mas eu confio plenamente na sua afirmação de que, sem os microdados, não conseguirão planejar com dados seguros.

Eu tenho uma desconfiança: eles têm os microdados. Mas não vão passá-los jamais para esta Comissão e menos ainda para a sociedade. Pelo mesmo motivo: não podem, porque várias das teses aqui anunciadas especialmente pelo Executivo perante a imprensa... Por exemplo, há 3 semanas, o Ministro interino do



Planejamento informou, através da sua Secretaria e do próprio Ministério, que o maior problema são os gastos.

Hoje, aqui, o Prof. Lisboa disse que o problema não são os gastos. Ele foi além. Não estou dizendo que concordo com ele, mas na sua tese, esse debate de déficit ou superávit está ultrapassado. Ele disse, antes disso, que não faz sentido falar nos gastos. O que ele leva em conta com referência a gastos é a evolução dos gastos. Nós concordamos, pelo óbvio. Como não se pode observar como é que evoluíram os gastos, mas também as receitas.

Sobre o Pacto de Toledo, nós gostaríamos que reproduzíssemos algo similar adaptado à realidade brasileira, mas uma das precondições é que não tentem impor esse tipo de reforma. A propósito, antes que eu me esqueça, se não me engano, nove Senadores do PMDB, maioria de uma reunião da bancada do PMDB do Senado, decidiram posicionar-se contra a promulgação da terceirização aprovada aqui na Câmara. Aquilo é outro escândalo! Aquilo é outro crime, eu diria, contra a população brasileira e contra o País.

Eu gostaria de conclamá-los publicamente. Não se manifestem após a votação da reforma da Previdência. Manifestem-se agora!

Aliás, eu conheço todos! Vou procurar todos! O Deputado Carlos Marun franziu o cenho agora. Vou dar só um nome: o Senador Renan Calheiros. Mas posso citar também a Senadora Marta Suplicy; a Senadora Kátia Abreu; o Senador Waldemir Moka, do Estado vizinho ao seu, dentre outros, porque eles têm razão. O que foi aprovado aqui na terceirização é inaceitável para qualquer ser humano que tenha o mínimo de solidariedade humana! Não é possível um negócio desses.

A propósito do que nós estamos falando aqui, da sobrevida, que muitas vezes é trabalhada como algo ruim, recebi hoje matéria do colunista Tim Vickery, da *BBC Brasil*, publicada no dia 24 de fevereiro de 2017, que diz: *“Estima-se que o aumento de 1 ano na expectativa de vida é capaz de aumentar o PIB per capita em 4%, enquanto a mão de obra mais saudável pode aumentar a produtividade de uma empresa de 20% a 47%”*.

Fiz questão de mencionar isso, porque foi um ponto de encontro a defesa que a Profa. Denise fez de aumento de produtividade para poder financiar, como a defesa do Prof. Marcos Lisboa no mesmo sentido. Acho que vocês também têm



razão. Mas eu queria saber, Profa. Denise, que propostas a senhora eventualmente julgaria oportunas na linha de se aumentar a receita? Pergunto isso porque a senhora já trabalhou aqui.

Creio que é importante registrar que é comum também se apresentar a proporção. Na década de 80, havia mais de 10 trabalhadores para 1 aposentado. Agora, são 6 trabalhadores para 1 aposentado e, daqui a pouco, serão 2 trabalhadores para 1 aposentado.

Noventa por cento das empresas brasileiras não pagam pelos funcionários que têm, mas pelo SIMPLES. Essa é a minha opinião de base. Mas gostaria de saber a opinião dos dois convidados, que ainda estão presentes e são bem-vindos, se faz sentido trabalhar o tempo todo com o número de trabalhadores da ativa, quando 90% das empresas pagam através do SIMPLES, portanto, pelo lucro presumido.

Nesse sentido, creio que podemos refletir melhor sobre essa relação supostamente biunívoca, que me parece que não corresponde à estruturação da contribuição das empresas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Só vou me permitir um comentário. V.Exa. citou o Senador Waldemir Moka e a questão da terceirização.

Hoje, em princípio, o Senador Renan Calheiros defende o projeto que nós aprovamos aqui na Câmara, há 1 ano, projeto que ele engavetou e não colocou em votação, ou por ciúmes do então Presidente Eduardo Cunha ou por não ter recebido autorização da então Presidente Dilma para tanto. Ficou mais de 1 ano sentado em cima desse projeto e agora se enche de pendores, aos quais eu me julgo no direito até de duvidar, e age, mais uma vez, parece que quase que reaglutinando os setores que foram contra o *impeachment*, em meados do ano passado.

Eu vejo isso com tristeza, porque se tivéssemos dialogado, poderíamos até partir para outra situação. Estava lá o projeto há mais de 1 ano, na gaveta do Senador Renan Calheiros, sem que a então Presidente Dilma lhe tivesse autorizado a fazer o que ele hoje disse que seria direito, mas já entrou nesse assunto, e eu acabei de ler essa notícia...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, eu queria tomar a liberdade de fazer só um comentário.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, não, não vamos partir para esse debate.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Esse debate V.Exa. vai fazer no PMDB. Agora, eu sou homem de boa-fé.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu não entrei no mérito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu quero fazer um elogio. Eu quero crer que no PMDB há pessoas com alguma sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou dizer uma coisa. Se V.Exas. quiserem exigir que eu passe aqui a tarde toda, ouvindo falar sobre a Previdência, tendo que ficar quieto, eu estou fazendo isso, estou aqui.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. escolhe os momentos estratégicos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Presidente, sobre esse assunto, há uma informação bombástica aqui. O Ministro Celso de Mello acabou de suspender o projeto da terceirização, aprovado pela Câmara, provocado pelo Senador Randolfe. *(Palmas.)*

O Ministro do STF pediu explicações à Câmara sobre o vício de tramitação da matéria. Temer não pode sancionar a lei, por enquanto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo, eu acho até pertinente, dentro do contexto da sua autoridade, um Ministro do STF atuar nesse sentido. O que me causa estranheza é o engavetador ter saudades do que engavetou.

Eu vou seguir em frente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu devo uma explicação. Fiz a menção não foi para provocá-lo, a não ser à reflexão, porque, em minha opinião, os Senadores do PMDB e de outros partidos, na reforma da Previdência, não aprovarão mesmo. Vamos refletir sobre isso, ter um prazo, trocar ideias e fazer uma boa proposta de reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E não é a bancada do PMDB. Ainda, mesmo com os nove e os dois ainda...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não, mas vai evoluir bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos em frente.



Eu sou altamente disciplinado. Estou aqui ouvindo, ouvindo. Tenho saudades do tempo que eu estava aí, podendo efetivamente debater.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pula para o lado de cá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Mas já que V.Exa. trouxe outro assunto, eu fiz questão de apresentar a minha opinião.

Quem é o próximo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Há controvérsias. Depois do Deputado Arlindo Chinaglia, seria o Deputado Roberto de Lucena. Como ele não se encontra, na sequência, tem a palavra o Deputado Arlindo... Arnaldo. Eu estou com esse ar, eu falo ar e já falo Arlindo.

Ao Deputado Arnaldo Faria de Sá tenho a honra de conceder a palavra, somado ao tempo de Líder, por 10 minutos, acrescidos de 30 segundos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Obrigado, Presidente. Está faltando ar para V.Exa.

Sr. Presidente, antes de poder fazer o meu comentário, quero ler na íntegra a nota da CNBB sobre a PEC 287, que se inicia com uma citação de Amós, Capítulo 5, Versículo 7.

“Ai dos que fazem do direito uma amargura e a justiça jogam no chão” (Amós 5,7)

O Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB (...), em comunhão e solidariedade pastoral com o povo brasileiro, manifesta apreensão com relação à Proposta de Emenda (...) de iniciativa do Poder Executivo (...).

O Art. 6º. da Constituição Federal de 1988 estabeleceu que a Previdência seja um Direito Social dos brasileiros e brasileiras. Não é uma concessão governamental ou um privilégio. Os direitos sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática; qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio.



Abrangendo atualmente mais de 2/3 da população economicamente ativa, diante de um aumento da sua faixa etária e da diminuição do ingresso no mercado de trabalho, pode-se dizer que o sistema da Previdência precisa ser avaliado e, se necessário, posteriormente adequado à Seguridade Social.

Os números do Governo Federal que apresentam um déficit previdenciário são diversos dos números apresentados por outras instituições, inclusive ligadas ao próprio governo” — e aqui também a Profa. Denise Gentil mostrou como são mentirosos os dados do Governo. “Não é possível encaminhar solução de assunto tão complexo com informações inseguras, desencontradas e contraditórias. É preciso conhecer a real situação da Previdência Social no Brasil. Iniciativas que visem ao conhecimento dessa realidade devem ser valorizadas e adotadas, particularmente pelo Congresso Nacional, com o total envolvimento da sociedade.

O sistema da Previdência Social possui uma intrínseca matriz ética. Ele é criado para a proteção social de pessoas que, por vários motivos, ficam expostas à vulnerabilidade social (idade, enfermidades, acidentes, maternidade...), particularmente as mais pobres. Nenhuma solução para equilibrar um possível déficit pode prescindir de valores ético-sociais e solidários. Na justificativa da PEC (...) não existe” — não existe, repito — “nenhuma referência a esses valores, reduzindo a Previdência a uma questão econômica.

Buscando diminuir gastos previdenciários, a PEC 287/2016 “soluciona o problema”, excluindo da proteção social os que têm direito a benefícios. Ao propor uma idade única de 65 anos para homens e mulheres, do



campo ou da cidade; ao acabar com a aposentadoria especial para trabalhadores rurais; ao comprometer a assistência aos segurados especiais (indígenas, quilombolas, pescadores...); ao reduzir o valor da pensão para viúvas ou viúvos; ao desvincular o salário mínimo como referência para o pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), a PEC 287/2016 escolhe o caminho da exclusão social — repito: a PEC escolhe o caminho da exclusão social.

A opção inclusiva que preserva direitos não é considerada na PEC. Faz-se necessário auditar a dívida pública, taxar rendimentos das instituições financeiras, rever a desoneração de exportação de commodities, identificar e cobrar os devedores da Previdência. Essas opções ajudariam a tornar realidade o Fundo de Reserva do Regime da Previdência Social (...), que poderia provisionar recursos exclusivos para a Previdência.

O debate sobre a Previdência não pode ficar restrito a uma disputa ideológico-partidária, sujeito a influências de grupos dos mais diversos interesses. Quando isso acontece, quem perde sempre é a verdade. O diálogo sincero e fundamentado entre governo e sociedade deve ser buscado até à exaustão.

Às senhoras e aos senhores parlamentares” — nós que aqui estamos — “fazemos nossas as palavras do Papa Francisco: “A vossa difícil tarefa é contribuir a fim de que não falem as subvenções indispensáveis para a subsistência dos trabalhadores desempregados e das suas famílias. Não falte entre as vossas prioridades” — Srs. Parlamentares — “uma atenção privilegiada para com o trabalho feminino, assim como a assistência à maternidade que sempre deve tutelar a vida que nasce e



quem a serve quotidianamente. Tutelai as mulheres, o trabalho das mulheres! Nunca falte a garantia para a velhice, a enfermidade, os acidentes relacionados com o trabalho. Não falte o direito à aposentadoria, e sublinho: o direito” — a aposentadoria é um direito! — “porque disto é que se trata”.

Convocamos os cristãos e pessoas de boa vontade, particularmente nossas comunidades, a se mobilizarem ao redor da atual Reforma da Previdência, a fim de buscar o melhor para o nosso povo, principalmente os mais fragilizados.

Na celebração do Ano Mariano Nacional, confiamos o povo brasileiro à intercessão de Nossa Senhora Aparecida. Deus nos abençoe!

Assina o Cardeal Sergio da Rocha, Arcebispo de Brasília e Presidente da CNBB.

Sr. Presidente, isso é um líbero, mostra, efetivamente, como se está tratando a questão da Previdência. Não se podem desmentir os dados apresentados aqui pela Profa. Denise Gentil.

Fabio Giambiagi, que falou mais um monte de abobrinha, não está aqui agora para ouvir a contestação.

Pseudogringo é o que ele é. Ele nasceu no Brasil, foi à Argentina, mas a sua própria pronúncia o mantém como um verdadeiro gringo. Ele não conhece a realidade brasileira e é (*expressão retirada por determinação da Presidência*) de Marcelo Caetano, que é do IPEA também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Da mesma forma que retirei esses termos das palavras do Deputado Perondi, vou retirá-los das suas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pode retirá-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - E peço que eles não se repitam.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas Marcelo Caetano não merece outra adjetivação, até porque ele fez jogo duplo. A Comissão de Ética



Pública da Presidência o mandou se afastar da BRASILPREV, porque ele inviabiliza a previdência pública para fazer o jogo da privada. Ele, há muito tempo, faz isso, como também Paulo Tafner, citado aqui, que hoje não estava presente.

E não adianta também — lamento que o Deputado Perondi não esteja aqui — atacar o Judiciário como se essa fosse a saída.

Aliás, Dr. Victor Roberto, parabéns pelo que os Juizados Especiais Federais — JEFs têm feito para sociedade brasileira. O JEF é a grande solução para a questão judiciária, e, se havia uma falha inicial, ela já foi corrigida com as turmas recursais. Sem dúvida nenhuma, o JEF e as varas especializadas em acidentes de trabalho da Justiça Estadual salvam muitos dos direitos dos trabalhadores.

A propósito, querem acabar com as varas especializadas em acidentes de trabalho. Há uma proposta que suprime essa condição da Justiça Estadual.

O que estão fazendo, na verdade, além de tirar todos os direitos dos brasileiros, é aniquilar as expectativas e as possibilidades de os brasileiros poderem ter acesso àquilo que é feito, com muita tranquilidade, pelo JEF — nem de advogado a pessoa precisa para poder ir lá fazer a propositura da sua ação; só no caso de turma recursal que se precisa dar uma procuração a um advogado, mas, nos demais casos, o JEF faz tudo. E sabem os Juizados Especiais Federais ainda que a Previdência, hoje, através da AGU ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vive atrapalhando soluções já pacificadas pelas turmas recursais.

Mas eu queria cumprimentá-lo, Dr. Victor Roberto, e, na sua pessoa, todos os juízes especiais federais deste País, que, nos últimos 10 anos, promoveram um avanço imprescindível, quase sendo dispensável haver as varas previdenciárias. Elas estão até sendo realocadas para outras varas, a fim de se dar sequência ao trabalho que muitos de nós reclamamos.

Mas não é só a CNBB, a nota da OAB Nacional também vem na mesma linha. E eu não entendo onde os arautos dessa reforma vão encontrar argumentos. Aliás, um deles falou aqui hoje que os 51% estão errados, que as proibições de cumulatividade de pensão e aposentadoria estão erradas, que as diferenças de idade entre homem e mulher estão erradas. Se se diz tudo isso, imaginem o que vai acontecer.



Tem razão os Parlamentares que se manifestaram anteriormente: o resultado da votação da terceirização mostra que o Governo está em pânico.

Na semana passada, V.Exa. anunciou, desta Presidência, que o Governo iria retirar da reforma da Previdência os servidores estaduais e municipais, mas ficou só na falácia, porque hoje a história já é outra. Hoje, qual é a história? Que os Estados vão receber um prazo de 6 meses para aprovarem as suas legislações. Se não aprovarem, ficarão submetidas à legislação federal.

Na verdade, a legislação federal já era aquela. Eles queriam abarcar o todo. Mas, para diminuir a pressão, iriam retirar os servidores estaduais e municipais. E isso é uma mentira deslavada, uma mentira que não quero adjetivar para não permitir a V.Exa., mais uma vez, excluir das minhas falas aquilo que este Governo merece ouvir.

Mas se está fazendo o jogo do sistema financeiro, o jogo dos financistas. Os bancos querem, os bancos exigem. E o Ministro da Fazenda é um banqueiro também. S.Exa. é o Presidente do BankBoston. Aliás, o Sr. Ministro Henrique Meirelles tem uma pensão robusta, uma pensão em dólar, por ter-se aposentado no BankBoston.

Então, não é ele que tem que dar lição de moral em ninguém aqui não. Não é ele que pensa que vai resolver o problema econômico do País, matando o direito do trabalhador, aniquilando aposentados e pensionistas, deixando as viúvas ao léu.

Nós não permitiremos isso. “Não” a essa reforma!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, agora pelo critério de Liderança.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra, pela Liderança do PMDB. *(Pausa.)*
Ausente.

Com a palavra o Deputado Bilac Pinto, pela Liderança do PR. S.Exa. somará o tempo de Líder ao tempo de orador inscrito. Portanto, dispõe de 12 minutos.

O SR. DEPUTADO BILAC PINTO - Sr. Presidente Carlos Marun, eu quero cumprimentar V.Exa., os expositores que estão aqui, a Profa. Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Dr. Victor Roberto, Juiz Federal do 11º Juizado Especial Federal, também do Estado do Rio de



Janeiro, e os expositores que não estão mais conosco aqui, o Marcos Lisboa e o Fábio Gianbiagi.

Desde já eu quero registrar, Presidente, a minha insatisfação pelo fato de eles não permanecerem conosco e nos ajudarem, efetivamente, no debate para que possamos, de certa forma, amadurecer os nossos pontos de vista. Mas, vamos ao tema que é fundamental que todos nós estamos discutindo.

Temos visto aqui diversos pontos de vista, exposições, cada um a sua maneira. E nós, que fazemos parte desta Comissão, temos o dever de ouvi-los e, a partir de amadurecimento, firmar uma opinião e um conceito com relação à contribuição que poderemos dar ao texto final que o Relator Arthur Oliveira Maia apresentará a este Plenário para que possa ser aprovado ou rejeitado.

Mas eu gostaria, como Deputado, de fazer algumas observações com relação à reforma. Em primeiro lugar, quais são as razões para essa nossa reforma? Os ajustes são fatos normais para que o sistema possa efetivamente se adequar à dinâmica demográfica e gerar equilíbrio nos cálculos atuariais — e quero enfatizar que, no nosso caso, ele tem que corrigir os sistemas que foram mal-estruturados —, garantir o pagamento dos benefícios futuros e diminuir os gastos, em minha opinião, orçamentários da União, dos Estados, dos Municípios, utilizados para a cobertura do déficit previdenciário.

Gostaria de abordar aqui a dinâmica demográfica. No sistema de repartição, que predomina, os trabalhadores atuais pagam as aposentadorias e pensões dos que já receberam, efetivamente, o benefício. É um pacto que se faz entre as gerações, quem está entrando e quem está saindo.

Dessa forma, com o aumento da expectativa de vida e a queda na taxa de fecundidade, que é um dado claro, demonstrado com muita naturalidade, há cada vez menos contribuintes no mercado de trabalho para financiarmos os benefícios dos aposentados e dos pensionistas.

As pirâmides etárias brasileiras vêm demonstrando que a proporção entre jovens e idosos vêm se invertendo. É outro dado que, para mim, é muito claro também, quando se demonstra a pirâmide e como ela está se comportando.

Segundo o IBGE, em 2013, nós tínhamos 14,9 milhões de idosos, 7,4% do total. E a estimativa é de que, em 2060, nós vamos ter 58,4 milhões, ou seja, 26,7%



do total de idosos. Em 2015, eram 8,69 ativos para cada idoso. Em 2060, teremos uma relação que cai para 2,3. Atualmente, em algumas carreiras do setor público, essa relação já chega a 3 aposentados para cada ativo. Em casos extremos são 30 inativos para cada trabalhador ativo.

Quero dizer com isso, Sr. Presidente, que, quando vemos a dinâmica demográfica, começamos a observar que o Brasil está passando por uma rápida transição demográfica em comparação com a imensa maioria dos países. Os casais tinham em média, na década de 1960, 6,3 filhos. Hoje, eles têm menos de 2. O número é de 1,75 filho por casal. Quer dizer, você tem quem aposente, mas não tem quem garanta a aposentadoria. Isso significa que a população vai começar a encolher, e a fração dos idosos, cada vez mais, irá aumentar.

Esse é um fenômeno que já ocorreu em alguns outros países e resultou na reforma das regras da Previdência Social para garantir efetivamente a sua sustentabilidade.

Eu faço aqui ainda algumas observações que eu considero relevantes para que possamos alcançar também um equilíbrio, tendo uma Previdência mais eficiente. Primeiro, eu considero que é fundamental que revejamos o fim das desonerações, das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas. Acho que essa seria uma grande contribuição a ser dada para que nós possamos ter o equilíbrio com relação às receitas da Previdência.

Segundo, além de fazer a revisão dessas isenções, também nós devemos fazer com que as entidades filantrópicas possam de certa forma se adequar dentro do critério que nós adotamos na Previdência, para que elas possam também dar a sua parcela de contribuição.

Eu considero fundamental, Sr. Presidente, que possamos não só reestruturar em razão do sistema previdenciário em si, em razão da demografia, do cálculo atuarial, como também nós olharmos aquelas isenções que foram feitas, para que elas possam efetivamente dar uma contribuição a mais.

O que nós estamos vendo no Brasil de hoje? Nós estamos vendo uma série de coisas acontecendo, apesar de os Parlamentares da Oposição não reconhecerem isso. Depois de 22 meses, nós geramos em janeiro aproximadamente 35 mil vagas de emprego. A produção industrial nossa está voltando a subir depois



de 34 meses de queda. A Moody's elevou o patamar do nosso Risco Brasil. Isso tudo é uma sinalização de que nós estamos efetivamente no caminho certo. A inflação nossa hoje se encontra abaixo da meta. As taxas de juros vêm caindo. Eu espero que no final do ano nós consigamos chegar a menos de dois dígitos.

Recentemente, nós fizemos o leilão de três aeroportos. Três empresas ganharam sem sequer contar com o dinheiro do BNDS, que no Governo passado foi muito usado para financiar determinadas empreiteiras em países que ideologicamente se afinavam com o Governo do PT.

Eu quero dizer que eu acho que nós estamos efetivamente no caminho certo. A confiança está voltando a existir. A arrecadação do mês de janeiro, pelos dados que eu tenho aqui, foi 0,79; subiu, teve uma alta de 0,79, chegando a 137 bilhões de reais. Eu acho que nós estamos no caminho, Deputado Marun. O nosso PIB vai ter uma recuperação ainda que modesta este ano, mas eu acredito muito que no ano que vem nós possamos voltar a crescer.

É fundamental também, quando nós estamos aqui discutindo a Previdência, que comecemos a ver o que os outros países fizeram, evidentemente resguardando as características de cada país, principalmente do nosso. Eu digo isso porque a idade de aposentadoria nos países da Comunidade Europeia e em alguns países aqui da América do Sul tem ficado entre 65 e 63 anos. Normalmente a idade de homens e mulheres se equivale, à exceção, salvo engano meu, no Chile, em que a mulher se aposenta aos 60 anos, ou um pouco mais cedo.

Então, é fundamental que nós possamos aqui ter uma discussão madura, uma discussão sincera e tentemos fazer uma modificação para que nós preservemos principalmente aqueles que ganham o salário mínimo da Previdência, que correspondem hoje a aproximadamente 62% ou 63% dos aposentados.

Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. que esta Comissão é fundamental. Temos que fazer uma reforma justa que atenda principalmente à camada mais baixa da sociedade, que cada vez mais depende do sistema previdenciário do Governo brasileiro.

Essas foram as minhas considerações.



Mais uma vez, agradeço aos dois expositores por ficarem conosco até altas horas. Já são quase 21h10min, e eles estão participando conosco da reunião. Muito obrigado pela determinação de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Obrigado, Deputado Bilac Pinto.

De acordo com a lista de inscrições, o próximo orador seria o Deputado José Mentor, entretanto ele não se encontra presente.

Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Presidente, primeiro eu quero fazer minhas as palavras do Deputado Arnaldo Faria de Sá. Considero uma análise correta o texto da CNBB que S.Exa. leu, e precisamos seguir com isso.

Quero saudar o nosso querido palestrante, o Dr. Victor Roberto. Parabênico pela beleza da fala a Prof. Denise Gentil, que, ao contrário de muitas informações que aqui são colocadas, fala com a autoridade de uma economista da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFFRJ, demonstrando exatamente que a realidade, nos países mais desenvolvidos, tem sido outra, como, por exemplo, no belíssimo exemplo da França e de países da América do Sul. Aqui, infelizmente, pegam um ou outro caso selecionado exatamente para tentar convencer o que não dá para ser convencido.

Quero dizer que estamos, na verdade, diante de um Governo cheio de trapalhadas. Li há pouco o despacho emitido pelo Ministro Celso de Mello sobre outra trapalhada em relação ao Projeto de Lei nº 4.302, que revogou a Lei Áurea, restabelecendo a escravidão com a terceirização.

Diz o Ministro:

“DESPACHO: Trata-se de mandado de segurança, com pedido de medida liminar, impetrado, em litisconsórcio ativo, por eminentes Congressistas, no qual se postula a declaração da prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 4.302, de 1998, da Câmara, desde agosto de 2003, momento em que fora retirado pelo Chefe do Poder Executivo Federal e seu autor — o Presidente Lula, que com a sua sensibilidade retirou o



projeto —, *com a consequente nulidade de todos os atos que se seguiram a essa data*”.

E o Ministro pede prévias informações ao órgão apontado como coautor.

Se você abre novamente outros meios de comunicação, está lá o Gilmar Mendes confirmando: *“Cassação de Temer começa na terça”*. Então, é esse tipo de Governo que tenta de uma forma inexplicável passar qualquer projeto sem negociar com a sociedade.

Eu sei do papel difícil enfrentado pelo Deputado Carlos Marun na Presidência desta Comissão. Ele preside uma Comissão que delibera uma proposta como essa, que é uma determinação partidária. Como bem colocado pelo texto da CNBB, é preciso ser um anticristão para assinar embaixo de um projeto como esse. Convoco os cristãos para que não assinem — foi colocado no texto —, porque é uma coisa muito dolorosa você exatamente prejudicar a base da pirâmide de uma sociedade e tentar ainda iludir que está fazendo o bem. Quer dizer, eu estou te humilhando, e você tem que dizer que está gostando. Não dá para trabalhar com uma questão como essa. Nós sabemos que esse projeto nasce às pressas, porque o Governo pode ser cassado a qualquer hora, como já está situando o Ministro Gilmar Mendes, e quer aprová-lo mais rápido ainda. O Governo passa desinformações, gasta milhões e milhões com divulgação na mídia, até colocando a transposição do Rio São Francisco em seu colo — já pensou que gozação? —, achando que a sociedade é burra, tentando dizer que um absurdo desse faz bem às pessoas. Como é que faz bem se se está destruindo a previdência pública? Se a pessoa não tem mais a perspectiva de se aposentar, por que vai contribuir com a Previdência? Está-se contribuindo exatamente com a previdência privada, que é a finalidade primeira desse projeto.

Um trabalhador rural está no interior produzindo o seu alimento. Qual será o custo social ao se estimular o êxodo rural, já que esse trabalhador não vai mais permanecer no campo, porque não tem esperança de se aposentar? Pessoas voltarão a ser pedintes, como havia outrora, antes da Constituição de 1988. Infelizmente, tenta-se destruir a postura que temos de responsabilidade social, de inclusão das pessoas. E alguém chega aqui e diz que está fazendo o bem para a sociedade.



Eu queria ver se esses Deputados que dizem isso teriam coragem de adiar esse projeto, e vão adiar, porque ele não vai passar aqui, ir ao seu Município, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, olhar nos olhos do trabalhador rural e dizer: eu quero aprovar esse projeto. Se o cidadão votar no Deputado, votar neste Governo com esse projeto, eu silencio, eu respeito. Quando há pacto com a sociedade por meio das urnas, eu me submeto a ele, mas não a um Governo que não recebeu voto e a Deputados que muitos deles nem neste Governo votou e defendem uma situação como esta.

Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun, sei que o seu papel aqui é muito doloroso. E V.Exa. já teve outros papéis nesta Casa, um deles quando o amigo defendia veementemente o ex-Presidente da Câmara dos Deputados, que sabíamos que estava liquidando com este País, ao derrubar a Presidente Dilma Rousseff, e V.Exa. o defendia. Sei que são papéis muito difíceis, que é uma missão que o partido lhe coloca, mas tenha a certeza, pelo o que se percebe hoje, que a base do Governo hoje está dividida, não conta com votos suficientes para aprovar esse crime contra o povo brasileiro.

Eu estou convencido de que, mais 15 dias serão suficientes. Não tenho dúvida de que o povo, que está nas ruas, não vai permitir que esse crime seja praticado nesta Casa. Nós que defendemos os mais humildes deste País estamos unidos e vamos votar contra esse projeto, e o povo, se Deus quiser, vai conhecer aqueles que colocarão suas digitais num crime absurdo como este, que fará tanto mal ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Colegas, trago a V.Exas. a seguinte situação: já são 21h15min. Temos ainda oito Deputados presentes autorizados a falar, três Líderes que ainda a palavra dos nobres expositores. Sei que todos têm vontade de se manifestar, e é natural. Sinceramente, estou chegando aqui, com todo respeito, ao meu limite físico. Estou há 6 horas e meia aqui. Será que não poderíamos pactuar um tempo um pouco mais reduzido para que pudéssemos nos preparar para os embates? Estou pensando em amanhã e na quinta-feira, até porque não pode uma pessoa só ficar 6 horas, 7 horas aqui. Nós vamos ter que estabelecer algum tipo de situação para que quem não



esteja aqui até certo momento se sinta representado por quem estiver, porque estamos chegando ao limite físico da resistência.

Poderíamos, neste momento, considerando que todos querem se manifestar, reduzir para 3 minutos o tempo de cada um dos colegas? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, ficamos aqui naturalmente. A minha preocupação é de outra natureza, mas coincide com isso em algum ponto.

Não saberemos quem vai estar presente na hora em que os convidados forem responder. Acho que deveríamos tentar compor agora, porque, pela sua informação, vamos até 22h30min aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Daqui a pouco vamos perder até a audiência, porque começa o jogo do Brasil. *(Risos.)*

Poderíamos acelerar para cada um marcar a sua posição. Vamos ser um pouco mais céleres.

Vamos pactuar aqui 3 minutos?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Sr. Presidente, eu não tenho nenhum problema e fico até pensando se eu ajudo ou não os nossos convidados com a minha fala a esta altura, em função do tempo e do cansaço físico.

No entanto, eu quero deixar registrado que o problema está do lado do Governo.

V.Exa. tem Vice-Presidentes, e nenhum deles está presente. Esta Comissão tem relatores e adjuntos, mas nenhum deles está aqui. Nenhum Parlamentar da base do Governo está neste plenário. Aqui há um esgotamento por parte do Governo em relação à sua defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não. O Deputado Delegado Waldir está ali e é da base do Governo.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Eu não tenho nenhum problema, Sr. Presidente, em abrir mão dos meus 2 minutos. Eu até acho que estou aqui muito mais, como disse o Deputado Arlindo, em respeito aos convidados pela belíssima exposição que fizeram. Eu queria elogiá-los e propor para um futuro próximo uma agenda não sobre este projeto, mas sobre outros projetos.



Eu quero deixar registrada esta observação. Há um esgotamento deste debate por parte do Governo. Eu não sei por que o Relator não volta a esta reunião e diz “*olha, eu não faço mais...*”, até porque ele tinha prometido... Numa fala dele aqui, na organização da agenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está usando seu tempo?

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - Pode ser. Já encerro e não falo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - V.Exa. está furando a ordem. Encerre e não fale mais, então.

O SR. DEPUTADO ASSIS DO COUTO - O Relator disse que 10 dias ou 2 semanas antes de encerrar o seu relatório estaria à disposição do Governo, teria agendas com o Governo, teria agenda com os Parlamentares.

Ele deve estar fazendo o relatório — não sei se é ele ou outra pessoa que está fazendo o relatório —, mas há uma angústia da nossa parte para saber o que virá, quando virá e quanto tempo teremos.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu vou dizer, me desculpando com os demais, que realmente o que me chamou a atenção nesta audiência, Dra. Denise, Dr. Victor e outros que aqui estiveram para tratar deste assunto, foi a necessidade de uma agenda de desenvolvimento inclusivo de crescimento da produtividade. Acho que esse é o debate. Tem que se retirar toda essa “besteirada” que estamos discutindo aqui do Projeto 287 e trazer essa agenda para o País.

Parabéns, mais uma vez, aos convidados pelas exposições e pelos estudos nos quais têm se aprofundado!

Essa seria a minha fala, Presidente. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Serei bem rápido.

Essa proposta de 3 minutos ou de se abrir mão da inscrição para poder prestigiar os convidados é só para esta sessão, não é?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Para esta sessão, até porque V.Exa. já falou hoje, não é?

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Não, para debater com o Márcio Fortes e com o Henrique Meirelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah, sim. É apenas para esta sessão, devido o adiantado da hora.

Alguém mais deseja fazer uso da palavra por 2 minutos? *(Pausa.)*

Deputado Reginaldo Lopes, V.Exa. é o próximo inscrito. Tem a palavra por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sei que V.Exa. é muito conciso.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Não, eu vou falar um pouco mais. *(Riso.)*

Primeiro, eu quero dizer que eu não estou preocupado com a próxima eleição; eu estou preocupado, de fato, com o futuro do Brasil.

Essa proposta é um equívoco, porque é evidente que reforma pressupõe alguns ajustes. A proposta desmonta o sistema. A lógica da busca pela sustentabilidade é um compromisso permanente de todos, de toda a sociedade. Agora, a busca da sustentabilidade deve ser um processo discutido democraticamente e não com o andar de cima que sonega, que desvia dinheiro para fora do País, que não paga a Previdência e também de um Governo que sequer debateu isso nas eleições de 2014. A sociedade não conhecia essa pauta. Esta, sim, é uma pauta golpista.

Do ponto de vista deste debate, Sr. Presidente, buscar sustentabilidade, pressupõe-se, e isso foi muito bem dito pela Dra. Denise, que seja pelos dois lados: o lado da despesa e o lado da receita.

Nós acabamos de fazer uma reforma, em 2015, pelo lado da despesa. Nós enfrentamos a questão da idade, do fator previdenciário com a ideia do fator 85/95, e houve até discussão sobre a viuvez.

Talvez, merecesse o contribuinte, a sociedade, o projeto e o pacto civilizatório, a caminhada civilizatória, que a Constituição de 1988 determinou, que



nós tivéssemos coragem de fazer, pelo menos este ano, um debate pelo lado da receita e não mais pelo lado da despesa. Pelo contrário, o que esse Governo fez foi acelerar, até 2023, as desvinculações das receitas.

O Deputado Onyx Lorenzoni disse aqui que não viu a separação da assistência. É justamente isso. O que essa proposta quer é desmontar mesmo, é fazer um modelo de capitalização: cada CPF uma conta. Não quer o nosso modelo de repartição. É justamente isso que propõe. O Governo já faz isso, quando tira as receitas, desvincula as receitas da Seguridade Social.

O que nós estamos discutindo aqui é para além do direito à aposentadoria, é um conceito de Seguridade Social como um conceito moderno de um país civilizado, que é o conceito da assistência, o conceito da saúde e o conceito de seguridade. O problema é que para o Governo ilegítimo e sem pauta política, não cabe, nesse Orçamento, essa Constituição e esse direito.

Em relação à sociedade brasileira e toda a sua economia, dois terços são consumo de família e 20%, compras de governo. E é evidente que este Governo está totalmente na contramão. Esse é o problema. Ou seja, não tem compromisso com o País, com a retomada de desenvolvimento, com essa proposta, não tem compromisso com a próxima geração e não tem compromisso com a sustentabilidade do sistema.

Peço só 1 minuto para concluir, Sr. Presidente.

Perante uma realidade mundial é que nós vamos viver a 4ª revolução industrial: os sistemas ciber-físicos. Essa introdução gerará desemprego no mundo inteiro. E aí é só conversa fiada de economista. Eu sou economista, mas é conversa fiada! Se o povo e o Governo não tiverem mais civilidade para além do discurso economicista, baseados numa lógica tecnicista, que está por trás do interesse do mercado financeiro, desculpem a palavra, esse projeto dar “merda”. Isso foi o que aconteceu no Brasil a vida inteira. As grandes vitórias da política econômica brasileira foram pela macroeconomia até porque, vamos ser sinceros, variáveis macroeconômicas são iguais em partidos, em governos de direita e esquerda, em qualquer governo. O que faz a diferença é como se retomar crescimento macroeconômico pela microeconomia, e o Governo Lula fez isso com sucesso.



Aprovar essa reforma, realmente, é reduzir cada vez mais a possibilidade de retomada de crescimento. E o pior: essa reforma significa excluir milhões de brasileiros, colocar na condição de miseráveis milhões de brasileiros, Sr. Presidente, e diminuir a capacidade de consumo da sociedade brasileira. Por isso, não dá para conciliar com essa reforma e eu vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Conclua.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu acho que a pior fala que eu ouço aqui, com todo o respeito aos colegas, é quando se diz: *“Do jeito que está eu não voto, mas tem que fazer...”*. Isso é conversa furada. Não há conciliação com essa proposta. É impossível conciliar. Então eu acho que se deve rejeitá-la na sua totalidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)* S.Exa. não se encontra.

O Deputado Reginaldo Lopes acabou de falar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Fala a base do Governo. Deputado Delegado Waldir, esteja à altura da responsabilidade, Sr. Deputado.

V.Exa. tem 3 minutos.

Posso estender o tempo para V.Exa. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Vou ser breve.

Boa noite, Sr. Presidente, colegas da Mesa, palestrantes, Srs. Deputados, assessores, brasileiros e brasileiras que nos assistem neste momento.

Eu fico preocupado com o que alguns Deputados já falaram. O que é mais importante no Brasil hoje? Discutir a reforma da Previdência ou o jogo da Seleção Brasileira agora às 21h45min? Pelo visto, os nossos colegas governistas já estão todos preparados para assistir ao jogo. S.Exas. acham mais importante uma partida de futebol.

A única coisa com que eu fico feliz, Deputado Carlos Marun, é que me parece que o Sr. Presidente está nos assistindo. Hoje já se noticiou que S.Exa. vai acabar com as desonerações fiscais. Então esse já é um avanço à quebra do déficit. Penso que outras medidas sejam importantes.



Há outra preocupação, e eu acho que o Governo deveria repensar isso antes de prosseguir e chamar o Relator. Eu vi hoje uma rebelião no Senado Federal, capitaneada pelo Senador Renan Calheiros. Vi ontem a assinatura de dez Senadores pela instalação da CPI da Previdência. Acabei de ver nos jornais a manifestação do PSDB, que já disse que não vota regra de transição se ela não for escalonada, não vota o Benefício de Prestação Continuada — BPC, é contra o BPC, é contra aposentadoria rural e dos deficientes, é contra a regra de cálculo do benefício. O que vai sobrar?

Eu acho que este é o momento de o Governo chamar a base e conversar. Vamos avançar na reforma trabalhista, que eu acho importante, e na tributária. Vamos deixar essa reforma da Previdência.

O ano que vem é ano eleitoral, Sr. Presidente, e eu sei que a maior parte dos Parlamentares vai estar preocupada, sim, com as eleições. Então pensem muito bem nisso, reflitam. O Sr. Presidente, com certeza, vai estar ouvindo o único Parlamentar da base aqui, não é? Então, ouça o que eu digo e faça o que faço.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É 100% da base.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Pensem nas eleições do ano que vem, Deputados, colegas, parceiros da base do PMDB, do PSDB, do PP. Sejam conscientes. O ano que vem é ano eleitoral, e o eleitor vai lembrar o que está acontecendo nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Muito obrigado, Deputado Delegado Waldir, que respeitou o tempo que lhe foi concedido.

Vamos passar a palavra ao Deputado Evandro Gussi, próximo Líder a falar.
(Pausa.) Ausente.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra. (Pausa.) Ausente.

Então, está encerrado o tempo destinado à fala de Líderes.

Passamos a palavra ao Deputado Julio Lopes. (Pausa.) Ausente.

Passamos a palavra ao Deputado Bebeto. (Pausa.) Ausente.

Lamento informar aos prezados amigos que está encerrada o tempo destinado à fala de Parlamentares.

Passo a palavra aos expositores, pelo prazo de 10 minutos, prorrogáveis, se for necessário.



Seguindo a ordem, concedo a palavra à Profa. Denise Gentil.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Vou ser brevíssima, porque, afinal de contas, o jogo já deve estar começando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não por isso. Nós estamos aqui.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Eu lamento que o Deputado Perondi tenha se ausentado. Eu teria muito mais do que 5 minutos para falar. Mas eu entendi porque que ele diz que eu vim para confundi-lo. Evidentemente, S.Exa. é médico e não tem que entender de detalhes estatísticos, etc. Ele pode não ter entendido, mas eu não vim confundir ninguém.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que ele balançou com seus argumentos, professora. Eu sou médico também, e gostei tanto.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Pois é, mas ele poderia ter dito “eu não entendi”, porque, às vezes, é muito técnico mesmo. Eu pensei muitas vezes se eu traria um documento tão técnico aos senhores.

Mas eu quero só dizer que hoje, em todas as falas daqueles que são a favor da reforma da Previdência, é discurso pesado no quesito demografia. Não é que eu não ache que as questões demográficas sejam relevantes; não é isso. É que não existem só as questões demográficas e esse determinismo demográfico é uma coisa pouco aceita pelos economistas desde a época malthusiana. Na época do Malthus, a população cresceria. Agora são os velhos, eles trocaram só a idade dessa população.

Os economistas têm muita dificuldade de achar que as questões populacionais determinem o rumo da economia. Muita dificuldade. Isso porque sabemos que essa ciência que estudamos tem muito mais recursos. Mas quando se quer enviesar o debate, justificando um ajuste fiscal que vem cortar direitos, pode-se usar a demografia até as últimas consequências — as últimas consequências —, que foi o que aconteceu aqui. Quer dizer, na fala dos dois expositores que já se retiraram não havia argumentos econômicos, só havia praticamente argumentos demográficos. Eles reproduziram figuras que não foram eles que construíram, foi o IBGE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fruto de uma pesquisa de lá. Eles não podem reproduzir aqueles dados, porque são economistas, certo?



O que eu queria dizer é que o Governo tem o mesmo viés demográfico no modelo atuarial dele. Como o viés é demográfico, esse modelo vai sempre gerar déficit, porque essa demografia impacta do lado da despesa.

Por outro lado, como o Governo não tem argumentos econômicos sólidos — pelo menos, eu acho que ele não tem argumento ou, propositalmente, não tem —, ignorando a dinâmica do mercado de trabalho, ele considera, por exemplo, para o mercado de trabalho a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, de 2014, e a toma como se ela fosse uma fotografia para todos os anos, até 2060. Isso não é projeção. Desculpem, mas isso não é a projeção. Projeção se faz com séries longas, no mínimo, com 30 anos de série.

Por exemplo, se vou se eu vou estimar a produtividade do futuro, eu tenho que pegar 30 anos de dados de produtividade para trabalhar essa série e projetar para frente. Como que o Governo pode estimar taxa de ocupação, taxa de urbanização, salário médio, salário mínimo, apoiado na PNAD de 2014 e dizer que ela será a realidade de 2060? É claro que ele quer subestimar a receita, porque o mercado de trabalho impacta na receita.

Então, eu acho tem que a Câmara não poderia aceitar o modelo atuarial que o Governo tem hoje como referência para se fazer uma reforma da Previdência, porque ele é um modelo muito precário. Ele é um modelo enviesado, incompleto e precário.

Quando eu digo que faltam dados, é porque esse relatório que foi recebido aqui, que eu já li muitas vezes — se os senhores o pegarem, vão ver que ele está todo cheio de anotações; eu já passei por ele várias vezes, e meus engenheiros também. Enfim, está escrito aqui, certo? Eu não sou eu não estou inventando, está escrito.

Para concluir definitivamente, micro dados são subpopulações. Temos, por exemplo, os aposentados da área rural. Mas esse é um dado muito agregado. Tem-se que desagregar para saber quem são as pessoas que moram na área rural, se elas têm ou não contribuição, se elas contribuíram sobre a produção, porque agora a nova proposta de reforma vai refletir a contribuição do trabalhador rural. Então, temos que saber se a pessoa contribuiu antes. Dessa informação nós não dispomos. Como é que eu vou saber qual é a probabilidade de um trabalhador rural vir a se



aposentar com 65 anos de idade e 25 de contribuição, se eu não tiver a informação de quanto tempo ele já contribuiu até hoje? Isso é uma subpopulação da população total, é um micro dado.

O mesmo ocorre com a pensão, por exemplo. Qual é a probabilidade de uma mulher ficar viúva e ter um filho, dois filhos, três filhos, para podermos calcular qual vai ser o gasto com pensões no futuro, porque essas pensões são calculadas de forma variável, de acordo com o número de filhos do casal. Se eu não tiver essa informação do cadastro, e esse micro dado não me for informado, eu não vou conseguir carregar a minha equação de despesa.

Então, o que temos aqui é absolutamente insuficiente para fazermos uma auditoria sobre o modelo atuarial brasileiro. Não dá para fazer uma reforma às escuras, sem saber qual será o seu impacto. E nós não temos um estudo de impacto que o Governo tenha fornecido dessa reforma, porque ele simplesmente não pode fornecer. Ou ele pode, e nós não sabemos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agradeço a exposição da Sra. Denise Gentil.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, posso pedir só um complemento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - No final, V.Exa. pergunta e nos transmite.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - S.Sa. apresenta uma proposta de desenvolvimento. o que se exigiria investimentos. Eu queria que ela abordasse esse aspecto, pelo menos.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Em 5 minutos, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - A senhora precisa de mais 5 minutos? Vamos lá.

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Três, então. Bom, pedir para um economista falar como cresce a taxa de investimento é uma empolgação.

Quem puxa a taxa de investimento numa recessão é necessariamente o Estado. Por exemplo, esse dinamismo de um mês que animou todos os governistas, perdoem-me, não dá. Não dá para animar, porque é necessário pelo menos um



trimestre para começarmos a pensar que economia começou a se recuperar. Não é com um mês que já concluiremos que a economia está se recuperando.

Enfim, sem o investimento do Estado, que, aliás, é menos do que 1% do PIB, em 2016, não há recuperação. Nós temos mais de mil obras paradas do Governo Federal. Então, o primeiro arranque tem que ser dado pelo próprio Estado. Em depressão, o mercado não arranca. Quem puxa o carro é o Estado. Agora, é claro que, para investir, vai se aumentar o déficit.

V.Exas. estão perguntando de onde se vai tirar o dinheiro. Eu acho que há muito onde se buscar dinheiro. Em primeiro lugar, há mais de 1 trilhão em caixa no Banco Central. Parte dele pode ser usado para isso. Nós temos um banco, que é o BNDES, que outro dia devolveu recursos ao Governo, porque não investiu. E esse é um banco com uma capacidade enorme de gerar recursos. Nós temos três bancos públicos, e isso é absolutamente essencial para nós realizarmos investimentos do lado do Estado. Então, o Estado brasileiro tem condições de retomar o investimento. E nós temos que fugir da armadilha do déficit.

É claro que V.Exas. vão me dizer? *“Poxa, Denise, mas com a Lei do Teto de Gastos, o que você acha que podemos fazer?”* Ué, eu acho que V.Exas. podem refazer isso, emenda em cima de emenda. A Lei do Teto de Gastos impede que este País ande. Nunca mais vai haver investimento neste País. Este País vai pagar juros e pagar a Previdência. Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Positivo.

Hoje eu acordei 1h20min da manhã, para poder estar hoje aqui na Câmara. Por isso, confesso aos senhores que eu estou realmente cansado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu levantei às 3 horas, no Uruguai, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Três? Veja bem, uma hora e quarenta a mais de sono justo. V.Exa. veio dormindo de lá até aqui.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sim, mas e a viagem, a hora em que eu fui dormir...

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - E eu não dormi. E eu não dormi, estou há mais de 24 horas sem dormir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Por quê?



A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Eu não tinha que trazer o resultado do modelo atuarial? Está aqui o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Ah, sim. Então, vejamos, estamos todos...

A SRA. DENISE LOBATO GENTIL - Por isso que as mulheres têm que trabalhar 5 anos a menos do que os homens, porque elas trabalham mais. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Com a palavra o Dr. Victor Roberto Corrêa de Souza, Juiz Federal, representante da AJUFE, para fazer as suas considerações finais

O SR. VICTOR ROBERTO CORRÊA DE SOUZA - Bom, chegando ao fim já do nosso trabalho, vou ser breve também.

Infelizmente, o Deputado Darcísio Perondi, que teceu os comentários mais contundentes contra a nossa proposta não está aqui para exercer o contraditório, mas alguns pontos têm que ser observados. Ele acusou a AJUFE — Associação dos Juízes Federais do Brasil — de praticar corporativismo, de obter privilégios. Eu queria deixar claro que isso é tema de outra proposta legislativa que está sendo debatida — a questão do teto —, mas não há, em lugar algum do País, nenhum Juiz Federal recebendo mais do que o teto constitucional de verbas de natureza remuneratória salarial. Isso é uma garantia dada pelo Presidente da AJUFE, Roberto Veloso e, ademais, eu acho que não é pauta da reforma da Previdência.

Todos nós pagamos nosso Imposto de Renda, temos contribuições recolhidas sobre a totalidade da remuneração. Esse é um discurso que, na verdade, mostra como a proposta tem sido feita, como eu disse há pouco: como uma proposta que está fragmentando a sociedade. Em vez de trazer unidade ao País, a proposta de reforma da Previdência está dividindo as pessoas, colocando servidor contra trabalhador celetista, militar contra civil, trabalhador rural contra trabalhador urbano, além de estar desconsiderando totalmente a história de trabalho dos professores.

O Deputado poderia estar aqui para exercer o contraditório, mas ele não está presente. Então, fica difícil debatermos. Fica difícil, inclusive, debater a questão da transição, que foi o foco principal da nossa exposição. Ele falou em 20 anos de transição. Eu não sei do que ele estava falando.



O texto da emenda é claro ao dizer que a regra de transição é um pedágio de 50% para quem tiver mais de 50 anos de idade ou 45 anos de idade. Quem tiver menos de 50 anos de idade ou 45 anos de idade vai ter a aposentadoria calculada pela regra nova. Na verdade, não há regra de transição alguma. Isso precisa ficar bem claro.

Além disso, ele confunde expectativa de direito com proteção da confiança. Expectativa de direito é um instituto antigo relacionado ao direito privado, tem a ver com proteção de expectativas de herança, tem a ver com contratos de produção eventual, não é usado quando se trata de direito público.

O Estado tem que dar exemplo, o Estado tem que ser o parâmetro. Os senhores têm que respeitar a legislação que já está em vigor — as emendas em vigor, a Constituição original. Sem esse respeito, os senhores estão deslegitimando a atuação do próprio Congresso. Quem sabe o que vai acontecer no futuro com relação a todo este trabalho que estamos tendo aqui, agora, e que os senhores estão tendo nessas sessões?

Então, não se pode confundir expectativa de direito com proteção da confiança. A proteção da confiança está positivada em vários ordenamentos e no nosso também. O Estado não pode mudar de comportamento perante o cidadão sem respeitar a confiança desse cidadão nos seus atos.

Não há aposentadoria precoce no serviço público. O serviço público já é formado por pessoas que têm que ter idade e tempo de contribuição — 60 anos de idade o homem e 35 anos de tempo de contribuição. Nós defendemos igualdade real. Igualdade real se consegue através de medidas que equilibrem as desigualdades, tratando desigualmente os desiguais.

Nós vemos que o Governo fala, na exposição de motivos, que a mulher ganha 80% do que ganha o homem e, ao mesmo tempo, iguala os requisitos para a aposentadoria.

Eu gostaria de deixar claro também que a AJUFE tem proporcionado isso desde nossa primeira nota, a do dia 12 de dezembro de 2016, assim que a proposta foi lançada. Naquela nota, assinada pelo Presidente Roberto Veloso, há dez pontos. Em nove pontos, nós tratamos do Regime Geral, da aplicação da reforma para toda a sociedade. Não é uma defesa corporativista, em hipótese alguma.



Talvez o Deputado também não tenha lido nossa nota. E também talvez ele não tenha lido os eslaides que nós mandamos para a Comissão com antecedência em relação a esta reunião, nos quais constam 27 sugestões de modificação para o Regime Geral de Previdência Social — RGPS. Nós nos alinhamos ao que o Deputado Pompeo de Mattos disse há pouco, no sentido de que a mudança se concentra em evitar as aposentadorias precoces.

O cidadão não tem culpa se ele tem a permissão de se aposentar com 35 anos de contribuição e sem idade. Ao contrário, ele é vítima, porque ele é vítima do fator previdenciário, que, por várias vezes, já se tentou extinguir, e não foi extinto. Acho que agora é o momento de extinguir definitivamente o fator previdenciário e de permitir uma aposentadoria que some a idade ao tempo de contribuição, como já é com a Lei nº 13.183, de 2015. Talvez a única forma de aposentadoria possível seja essa, com regras de transição adequadas, justas, razoáveis e proporcionais. Não é o que acontece.

Respondendo ao Deputado Arlindo Chinaglia, que ainda está presente, nós lançamos um texto sobre a questão dos cálculos. Não é o nosso *métier*, porque, na verdade, nós estamos focando nos aspectos jurídicos, mas uma de nossas notas técnicas diz que a desoneração da folha e a ampliação do Super-SIMPLES, que passou a considerar empresa de pequeno porte aquela que tem renda de até 4,8 milhões de reais por ano e a enquadrá-la no Super-SIMPLES, foram medidas desarrazoadas, que simplificaram em demasia o sistema. Com isso, naquele momento, abriu-se mão, renunciou-se a contribuições previdenciárias que hoje estão fazendo falta e estão servindo de argumento para se reformar a Previdência. Naquele momento ninguém se preocupou com a Previdência. Isso é interessante perceber, um *mea-culpa* que os Deputados da antiga base governista estão fazendo em relação ao tema.

É interessante trazer isso para o debate, as desonerações e a ampliação do Super-SIMPLES, porque, quando se criou a ideia de microempresa e de microempreendedor, não foi com base em pessoas e empresas que têm renda de 4,8 milhões de reais por ano, mas em empreendimentos muito menores. Essa ampliação, com certeza, foi uma renúncia fiscal inadequada, e esse problema está sendo trazido para o nosso debate.



Por fim, apesar de o Deputado Arnaldo Faria de Sá também já se ter ausentado, eu lhe agradeço os comentários sobre o juizado. Tenho orgulho de trabalhar no juizado previdenciário, especializado em matéria previdenciária, há 4 anos. Foi um dos que foram criados pelos senhores em 2011. Também foram criados os cargos de Juiz de Direito de Turma Recursal. Esse Juizado foi criado com 11 mil processos e hoje tem 1.200 processos no seu acervo. O trabalho é permanente. A conclusão está sob controle.

Graças ao trabalho dos senhores, eu acredito que a Justiça Federal hoje está pronta para receber o único dispositivo da reforma que eu acredito ser adequado: o que acaba com a competência delegada e traz a competência de volta para a Justiça Federal. O processo eletrônico está aí, a modernidade do processo eletrônico, assim como a interiorização da Justiça Federal, com a Lei nº 12.011, de 2009. Acreditamos que estamos preparados para essa missão delegada pelo único dispositivo que eu acho que dá para aproveitar dessa reforma.

Acredito que seria sábia uma decisão do Governo de repensar a reforma e de assumir a necessidade de trazer uma reforma mais razoável para a população, para o servidor público, uma reforma que congregue as pessoas, que não desagregue, como essa reforma está fazendo, separando o civil do militar, separando servidores estaduais de federais e de municipais, separando trabalhadores rurais de trabalhadores urbanos.

Esta é a nossa intenção: trazer o debate para a segurança jurídica e para a igualdade entre todos os brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu vou me permitir, neste encerramento — nós temos ainda 2 minutos ou 3 minutos —, fazer algumas considerações.

Conversava eu com a Profa. Denise e ouvia o Dr. Victor. Ela falava em diferenças; o Dr. Victor dizia que o reconhecimento de diferenças leva à colocação de alguns brasileiros contra outros — aqui, no mesmo momento. Eu conversava com a senhora, e a senhora me dizia que deveriam ser reconhecidas as diferenças. Eu ouvia, na sequência, o Dr. Victor dizer isso sobre o reconhecimento de diferenças.



Eu, sinceramente, entendo que o Brasil precisa de modernização da sua Previdência. Estou aqui e aceitei esse desafio com esse objetivo, mas é momento de nós nos unirmos.

O Deputado Onyx Lorenzoni disse que tinha uma proposta. Eu lhe perguntei qual era a proposta, e ele se ofendeu. V.Exas. viram! Foi evidente! E eu disse: "*Não, mas eu estou... tanto que eu gostaria de ouvir a sua proposta*".

Eu ouvi o ex-Presidente Lula e a ex-Presidente Dilma falando, há pouco tempo, da necessidade de uma reforma. E vejo, com todo o respeito, o Partido dos Trabalhadores aqui se colocando contra todas as propostas.

Eu formulo minha palavra assim: afinal, qual seria essa reforma? Já que nós estamos propondo uma reforma tão errada, qual seria essa reforma, porque os princípios que sustentam a proposta apresentada, que é a elevação da expectativa de vida e a diminuição da natalidade, são os mesmos que estão postos.

E daí eu ouvi isso do Presidente Lula e da Presidente Dilma. Pergunto: será que não é o momento de nós tentarmos começar a estabelecer algumas propostas e de tirarmos um pouco esse clima de Corinthians e Palmeiras, de Grenal, porque nós vamos avançar nesse sentido?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Imaginem se nós conseguirmos...

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão: V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Eu, como Presidente, estou fazendo esse desafio.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Está começando a reunião de novo. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Imaginem aqui... Deputado Delegado Waldir, V.Exa., como representante da base, sente-se aí, porque nós esperamos até agora para falar. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Agora V.Exa. fique aí.



O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - A Oposição tem uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Será que não era o momento de nós tentarmos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, vamos lá?

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sr. Presidente, vamos lá? Vamos começar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, falando bastante seriamente, eu não quero falar desta proposta — eu não sei se eu ainda estava na Liderança do Governo na época do Governo da Presidente Dilma ou se eu já tinha saído —, mas foi instituído um colegiado com representação dos trabalhadores, dos empresários e do Governo.

Por que eu faço referência a isso? Eu acabei de dizer, antes das suas observações, que eu seria favorável a algo como o Pacto de Toledo, adaptado à realidade brasileira, para discutir o tema, porque, de fato — vamos falar bem claro aqui —, em uma audiência pública, quando nós temos que debater, nós estamos jogando papéis diferentes. Quando o Governo apresenta a proposta, e nós somos contrários a ela, não nos resta alternativa, porque nós discordamos radicalmente desta proposta.

Vamos, portanto, imaginar: bom, então, alguma proposta, alguma reforma pode ser necessária? Eu creio que sim. É por isso que eu falei primeiro do método. Eu comecei pelo Pacto de Toledo, porque, ao errar no método, na minha opinião, errou muito mais na proposta. Se fosse Marx escrevendo, talvez desse bons resultados, mas essa proposta combina método e conteúdo, aí nós ficamos o tempo todo ouvindo os especialistas dizerem que não dá para projetar.

Hoje a Profa. Denise disse que, se não se acerta — não sei se ela falou da inflação, do PIB, ou de ambos — em 3 meses, como é que se vai acertar uma projeção para 2060? Então, o óbvio tem que ser estabelecido, Sr. Presidente.

Finalizo da seguinte maneira: o Lula fez reforma — foi bastante criticado à época, inclusive pelos servidores públicos. Aliás, não só por eles — não quero aqui ficar comentando isso, mas foi muito difícil. Foi muito difícil! Não foi fácil, mas foi feito. Havia quem dissesse, no Governo da Dilma, na negociação com os



trabalhadores: “*Vamos fazer nós mesmos, porque, se outros fizerem, vai piorar*”. Trata-se de uma análise política que se mostrou verdadeira.

Se o Governo mostrasse disposição de fato, dizendo: “*Vamos recomeçar o jogo*”... Por quê? Imaginem... O Deputado Reginaldo Lopes falou bem, como outros têm falado aqui — praticamente só estamos aqui a Oposição e mais dois da base, respeitosamente, com o Deputado Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Mas, Deputado Arlindo Chinaglia, sem projeto econômico diferente...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sei, eu vou chegar aí.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Aquela pergunta que eu fiz à Dra. Denise é viável, porque há 1 trilhão e 39 bilhões de reais. Vai usar tudo ou não?

Pode-se retomar 500 obras, gerar empregos, dinamizar a economia no capitalismo. Ninguém está falando em projeto socialista. Mas o Governo produz recessão. Isso é intencional, para justificar inclusive essa reforma, que é uma desgraça. É consciente isso, é intencional!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Deputado Edmilson, eu nem vou entrar nesse debate. Eu só queria concluir o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Essa recessão não começou no Governo Temer.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sim, mas nós inclusive saímos do PT por causa dessa divergência. A *Carta ao Povo Brasileiro* era esse namoro com o Consenso de Washington.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Será que este não é o ambiente de discussão? Nós não estamos aqui por acaso, recebemos do povo brasileiro uma delegação para tomarmos uma atitude, como a que estamos tomando. Por que esta discussão não acontece no âmbito normal? Por que nós estamos aqui neste clima de absoluto Grenal?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu vou explicar, Sr. Presidente, Deputado Carlos Marun.

Esta proposta está contaminada. Se nós admitirmos, digamos, partindo daquilo que está proposto, virarmos sócios minoritários irrelevantes, será suicídio político, além de contrariar aquilo que de fato nós pensamos. Então, de boa-fé, estou



dizendo que, se quiserem rediscutir a partir de uma reunião para a qual venha o Governo e venham os trabalhadores — nem precisa a Oposição participar —, nós daremos opinião tempestivamente.

Eu ia fazer referência à Profa. Denise. Ela deu alguns exemplos. Na minha opinião, o essencial do que ela disse é o papel do Estado neste momento. Estou dizendo isso, porque o Lula, em 2008 e 2009, chegou a demitir a Presidência e uma parte da Diretoria do Banco do Brasil, determinando que eles colocassem dinheiro de banco público para recuperar a economia. Foi a mesma coisa com o BNDES e foi a mesma coisa com a Caixa Econômica Federal. Não sei se o Banco do Nordeste entrou nisso.

O Deputado Edmilson Rodrigues se antecipou, mas eu concordo: a questão está intimamente relacionada com uma visão do Estado e, portanto, da economia, especialmente neste momento.

Então, nós estamos de boa-fé aqui. Se em algum momento quiserem fazer uma reunião fechada, para inclusive chamarmos os técnicos — vou chamá-los de técnicos, respeitosamente —, enfim, as pessoas que representam correntes de opinião, estamos dispostos a fazer o debate.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deixe-me dizer a V.Exa.: nós vamos encerrar. Na quinta-feira...

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, 1 minuto, por favor.

Já que V.Exa. provocou, vou fazer algumas observações. Primeiramente, nem vou entrar no ponto de vista da legitimidade deste Parlamento — sou daqueles que acham que ele tem pouquíssima legitimidade pelos métodos pelos quais foi eleito.

Em segundo lugar, se este Parlamento tivesse um pouquinho de vergonha na cara, ele rejeitava essa PEC e — aí concordo com a proposta de V.Exa. — criaria uma Comissão Especial de estudo. Vamos criar, para os dois lados!

Entretanto, é evidente que aqui há uma pressão. O Governo ilegítimo chamou todos os Ministros para pegar lista de voto. É uma vergonha o Deputado vender, por



uma bicicleta, ou uma ponte, o futuro e, pior, a possibilidade de retomada do desenvolvimento.

Há um dado que talvez a encomiasta possa confirmar: dois terços são consumo de família — essa reforma ataca consumo de família —, 20% são consumo de Governo. Nós estamos falando que 90% se concentram nesses dois setores. Então, é evidente que não há projeto de retomada do crescimento brasileiro.

Nós vamos submeter isto aqui a uma crise cada vez mais profunda, do ponto de vista econômico. Esse é o problema! Aí, meu amigo, o resto é conversa fiada! Ninguém vai investir aqui porque um homem governa, uma mulher governa, ninguém vai investir aqui porque a Esquerda governa, a Direita governa. Se houver consumo, qualquer capitalista investe. De resto, o que nós estamos fazendo aqui é um paraíso para o sistema financeiro. Essa é a lógica desse Governo ilegítimo. Não teve voto, portanto tem coragem de fazer essa maldade com a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, nós estamos aqui para, junto com V.Exa., conversarmos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Deputado, eu vou lhe dizer uma coisa: eu tenho o máximo respeito pela Oposição, inclusive por V.Exa, mas confesso que, se eu julgasse este Parlamento ilegítimo, eu renunciava. Sou engenheiro, advogado, talvez até tivesse... Eu não tenho esse pensamento.

Nós estamos aqui porque fomos eleitos: eu, V.Exa., o Deputado Chinaglia, o Deputado Waldir. Então, nós temos, sim, legitimidade para discutir o que estamos discutindo. No dia em que eu achar que este Parlamento é ilegítimo, não vou vir aqui só para bater ponto e receber salário. Eu questiono, então, esse *capitis diminutio* que V.Exa. mesmo atribui ao seu mandato.

Se julgarmos que o Parlamento do qual V.Exa. participa é ilegítimo, talvez esse seja um fator que hoje dificulte tentarmos algum tipo de conciliação. E aí? Aí temos que ir efetivamente para a disputa de voto. E a disputa de voto — V.Exas. que governaram o País por 12 anos, 13 anos sabem disto —, efetivamente, estabeleceu-se também a partir da cobrança da fidelidade da base. Quando cheguei aqui, fiz parte da base do Governo por 1 mês ou 2 meses e sei como são as coisas. Então, isso não é nenhuma novidade.

Eu penso dentro do mundo real, do mundo em que nós vivemos. Existe uma ideia majoritária, até porque eu ouvi isso dos dois grandes líderes da Oposição



brasileira, o ex-Presidente Lula e a ex-Presidente Dilma, de que é necessária uma reforma da Previdência. Por que nós não estamos tentando conciliar essa reforma? Estamos aqui simplesmente... Eu ainda estou tentando mediar, até porque hoje estou fazendo uma coisa que raramente fiz aqui. Acho que, nos cerca de 60 dias em que tenho presidido a Comissão, esta é a primeira vez que eu tomo este tipo de atitude, de conversar.

Se existe o consenso de que é necessário algo, por que nós, que somos Deputados eleitos, que estávamos em trinta e poucos há pouco tempo... Isso significa 5 milhões de votos. É verdade!

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, 10 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Nós poderíamos, efetivamente... Então eu digo o seguinte a V.Exas.: pensem nisso e até amanhã.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, 10 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Não, agora vamos encerrar. Eu vou usar minha prerrogativa de encerrar a reunião.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, 10 segundos. Eu prometo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Sim. Já que citei V.Exa., concedo-lhe a palavra.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Nós não podemos confundir representação com substituição. A sociedade do século XXI exige participação direta. Nós temos baixa legitimidade, sim. Pergunte à sociedade lá fora, olhe as pesquisas: nós temos base legal, somos representantes legais, entretanto, temos baixa legitimidade.

Nós poderíamos combinar um modelo de comissão de estudo... Eu falo à vontade, porque já fiz várias, fiz mais de dez comissões de estudo em 14 anos de mandato. Mesmo quando eu dominava o tema, sempre combinava a participação direta. A participação direta dá legitimidade ao debate.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Vamos continuar o debate depois.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, por elegância, vamos liberar os convidados e conversar depois.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Marun) - Vamos encerrar os trabalhos. Acho que o dia foi produtivo. Penso que todas as contribuições foram valiosas, posições contraditórias, mas valiosas.

Baseado nisso, eu encerro esta reunião, porque nada mais há a tratar, e convoco reunião de audiência pública para amanhã, quarta-feira, dia 29 de maio de 2017, às 14 horas, no Plenário 1, onde o Deputado Arlindo Chinaglia já é acostumado a brilhar.

Está encerrada a reunião.